



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Narrativas Turcas

A construção da geografia imaginativa da Turquia como potência média em ascensão nas publicações do Centro de Pesquisa Estratégica do Ministério das Relações Exteriores da República da Turquia (SAM)

Enos Rodrigues Barbosa de Souza

Brasília – DF

Março – 2024



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Enos Rodrigues Barbosa de Souza

Narrativas Turcas

A construção da geografia imaginativa da Turquia como potência média em ascensão nas publicações do Centro de Pesquisa Estratégica do Ministério das Relações Exteriores da República da Turquia (SAM)

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Geografia. Área de concentração: Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Shadia Husseini de Araújo

Brasília – DF

Março – 2024

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Narrativas Turcas

A construção da geografia imaginativa da Turquia como potência média em ascensão nas publicações do Centro de Pesquisa Estratégica do Ministério das Relações Exteriores da República da Turquia (SAM)

Enos Rodrigues Barbosa de Souza

Aprovado por:

Profª. Dra. Shadia Hussein de Araújo – UnB

Orientadora

Profª. Dra. Glória Maria Vargas Lopes Mesa – UnB

Examinadora Interna

Prof. Dr. Wolf Dietrich Gustav Johannes Sahr – UFPR

Examinador Externo

Brasília, 28 março de 2024

RESUMO

A Turquia passou por uma grande transformação na sua atuação geopolítica a partir da chegada do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP) ao poder seguindo as linhas propostas pelo intelectual (e posteriormente membro do partido e do governo) Ahmet Davutoğlu de que a Turquia tinha características essenciais para se tornar uma potência média e mesmo ter influência global. De uma política externa mais preocupada com a segurança interna e a unidade do Estado, a Turquia começou a se movimentar com mais desenvoltura no cenário internacional em várias frentes em busca da concretização de sua imagem de potência, que em parte é baseada numa reelaboração da leitura de sua geografia como um estado central. Sob a justificativa de laços históricos, geográficos e culturais, a Turquia ampliou sua atuação na região dos Balcãs, Ásia Central, Cáucaso, Oriente Médio e África. A pesquisa empreendeu uma análise de discurso sobre a transformação da imagem da Turquia nos artigos das publicações do *Center of Strategic Research (SAM)*, um *think tank* que pertence ao Ministério das Relações Exteriores turco, durante o período de 2009 a 2016. Esse *think tank* possui três publicações, uma revista acadêmica quadrimestral, *Perceptions*; a série de ensaios do intelectual Ahmet Davutoğlu quando de sua passagem como Ministro das Relações Exteriores agrupados sob o nome de *Vision Papers* e artigos avulsos sobre a geopolítica turca e mundial que estão sob a rubrica de *SAM Papers*. O período escolhido diz respeito aos anos em que Ahmet Davutoğlu foi Ministro das Relações Exteriores e Primeiro-Ministro da Turquia. Como marco teórico foi utilizado a corrente da Geopolítica Crítica, disciplina que foca na análise dos discursos geopolíticos que constroem geografias imaginativas e legitimam as ações dos Estados na política mundial. Como metodologia, usou-se a análise de discurso. Para realizá-la, empreendeu-se uma análise qualitativa dos artigos das publicações, selecionando apenas os que continham a palavra-chave “Turquia”. Com o apoio de software de análise de dados qualitativos, efetuou-se uma codificação indutiva das passagens que continham a palavra-chave. Posteriormente, esses códigos foram interpretados, resultando na descoberta de narrativas geopolíticas no *corpus*. Em seguida, fez-se uma análise frequencial das narrativas geopolíticas encontradas para estabelecer qual era a de destaque e quais compunham o papel de narrativas auxiliares. Assim, encontrou-se como a grande narrativa geopolítica a de que a Turquia seria uma potência média em ascensão. Por fim, foi engendrada uma análise das narrativas geopolíticas encontradas no *SAM*.

Palavras-chave: Geopolítica Crítica, Geografia Imaginativa, Narrativas Geopolíticas, Análise do Discurso, *Center of Strategic Research*, Potência Média em Ascensão, Turquia.

ABSTRACT

Turkey underwent a significant transformation in its geopolitical stance following the rise of the Justice and Development Party (AKP) to power, guided by the intellectual (and later party and government member) Ahmet Davutoğlu. Davutoğlu proposed that Turkey possessed essential characteristics to become a regional powerhouse and even exert global influence. Shifting from a foreign policy primarily concerned with internal security and state unity, Turkey began to assert itself more confidently on the international stage, engaging in various fronts to solidify its image as a potent player. This image was partly based on a reinterpretation of Turkey's geography as a central state. Under the pretext of historical, geographical, and cultural ties, Turkey expanded its presence in the Balkans, Central Asia, the Caucasus, the Middle East, and Africa. The research conducted a discourse analysis of Turkey's evolving image through articles published by the Center of Strategic Research (SAM), a think tank affiliated with the Turkish Ministry of Foreign Affairs, during the period from 2009 to 2016. SAM produces three types of publications: the quarterly academic journal "Perceptions," a series of essays by Ahmet Davutoğlu (grouped under the name "Vision Papers") during his tenure as Minister of Foreign Affairs, and standalone articles on Turkish and world geopolitics categorized as "SAM Papers." The chosen timeframe corresponds to the years when Ahmet Davutoğlu served as both Minister of Foreign Affairs and Prime Minister of Turkey. This analysis draws upon Critical Geopolitics as the theoretical framework, focusing on the examination of geopolitical discourses that construct imaginative geographies and legitimize state actions in global politics. The methodology employed is discourse analysis, involving a qualitative examination of the publications' articles. As a theoretical framework, the current of Critical Geopolitics was used, a discipline that focuses on the analysis of geopolitical discourses that construct imaginative geographies and legitimize the actions of States in world politics. As a methodology, discourse analysis was used. To carry it out, a qualitative analysis of the articles of the publications was carried out, selecting only those that contained the keyword "Turkey". With the support of qualitative data analysis software, an inductive coding of the passages that contained the keyword was performed. Subsequently, these codes were interpreted, resulting in the discovery of geopolitical narratives in the corpus. Then, a frequency analysis of the geopolitical narratives found was carried out to establish which one was the highlight and which ones composed the role of auxiliary narratives. Thus, the great geopolitical narrative was found that Turkey would be a rising middle power. Finally, an analysis of the geopolitical narratives found in the SAM was engendered.

Keywords: Critical Geopolitics, Imaginative Geography, Geopolitical Narratives, Discourse Analysis, Center of Strategic Research, Rising Middle Power, Türkiye.

SUMÁRIO

Introdução	1
1 – Abordagem histórica e os pressupostos da política externa turca a partir do AKP	7
1.1 Breve histórico: Do “homem doente da Europa” à fundação da república ocidentalizada.....	7
1.2 Os pressupostos da política externa do AKP	9
1.2.1 A política de “Zero Problemas”	13
1.2.2 A expansão do <i>Diyanet</i> no governo AKP.....	16
1.2.3 TIKA – Agência Turca de Coordenação e Cooperação: <i>Soft Power</i> Turco	20
2 – Teoria e Método	23
2.1 Abordagem Teórico-metodológica: A geopolítica crítica e a análise de discurso.....	23
2.1.1 A Geopolítica Clássica	24
2.1.2 O surgimento da geopolítica crítica.....	26
2.1.3 A Geografia Imaginativa.....	30
2.1.4 A Análise de Discurso.....	32
2.1.5 A Análise de Narrativas Geopolíticas	35
2.2 Procedimentos técnicos	37
2.2.1 O SAM e suas publicações	37
2.2.2 <i>Perceptions</i>	38
2.2.3 <i>Vision Papers</i>	38
2.2.4 <i>SAM Papers</i>	40
2.2.5 A codificação indutiva do <i>corpus</i>	40
2.2.6 A Tabela de Códigos.....	43
2.2.7 O software <i>QDA Miner Lite</i>	52
2.2.8 A Análise Freqüencial e Análise Qualitativa dos Dados.....	53
3 – Turquia, uma potência média emergente	54
3.1 A Turquia como uma potência média em ascensão.....	59
3.2 “A Turquia busca fazer valer seus interesses”	66
3.3 A “profundidade estratégica”: a história, a geografia e a cultura forjam uma nova identidade à Turquia.	70
3.4 O AKP liderou a Turquia ao seu novo papel na ordem global.....	73

3.5 A ascensão da Turquia ocorreu pela resolução de problemas internos	76
3.6 A Turquia é um modelo combinando islã, democracia e capitalismo.....	78
3.7 A Turquia não está se desocidentalizando, mas se reposicionando na ordem global..	80
3.8 A nova Turquia precisa de uma nova narrativa de si	82
3.9 O crescimento econômico e a política externa turca são interrelacionados.	85
3.10 As demais narrativas geopolíticas encontradas no <i>corpus</i>	87
3.10.1 A Turquia vista de fora: “ela não compartilha os valores da Europa”	87
3.10.2 A Turquia hoje é uma democracia que foi construída ao longo da história republicana	87
3.10.3 Idas e vindas: o movimento da diáspora turca e a diminuição da emigração é um sinal do sucesso da nova Turquia	88
3.10.4 A Turquia defende os direitos humanos.....	88
3.10.5 A Turquia ainda é um país em desenvolvimento	89
3.10.6 A Turquia construiu um papel de liderança internacional emergente.....	89
3.10.7 A Turquia sempre acolheu refugiados e exilados.....	90
3.10.8 A religião tem um projeto de potência da Turquia	90
3.10.9 O Ministério das Relações Exteriores turco se modernizou	91
3.11 Conclusões do capítulo.....	91
4 – Considerações Finais	93
Referências	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AKP	Partido da Justiça e Desenvolvimento
Diyanet	Presidência de Assuntos Religiosos
TIKA	Agência de Cooperação e Coordenação Turca
SAM	Center of Strategic Research
PKK	Partido dos Trabalhadores do Curdistão
EU	União Europeia
EUA	Estados Unidos da América
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
FMI	Fundo Monetário Internacional

INTRODUÇÃO

Desde a chegada do Partido da Justiça e Desenvolvimento (*Adalet ve Kalkinma Partisi* – AKP) ao poder, a Turquia buscou se projetar no cenário internacional como uma potência média que possui características intrínsecas que a permitiriam, inclusive, se tornar um jogador global na política mundial em contraste com a maneira mais contida de como a república turca se comportou desde sua fundação. Esse discurso foi elaborado pelo principal formulador de política externa do AKP, Ahmet Davutoğlu, e se expandiu em parte da comunidade de intelectuais, especialistas e burocratas que pensa e escreve sobre a geopolítica turca. Essa nova maneira de enxergar a Turquia foi trabalhada tanto para o público interno quanto para o público externo e o objetivo nessa dissertação é analisar como os discursos de determinada parte de intelectuais ajudou a construir uma nova imagem do estado turco para a comunidade internacional através da análise das publicações do *think tank Center of Strategic Research (Stratejik Araştırmalar Merkezi* – SAM), que pertence ao ministério das relações exteriores turco, durante o governo do AKP.

A República da Turquia ocupa uma posição estratégica no contexto da Eurásia estabelecendo uma ponte cultural e econômica entre o Oriente Médio e Ásia Central com a Europa, além de ser um membro da OTAN. Nos últimos anos, vinha se destacando no cenário mundial por sua estabilidade econômica, uma maior assertividade nas relações internacionais e por ter governando o país um partido de orientação islamista eleito democraticamente.¹ A partir da eleição do Partido da Justiça e Desenvolvimento em 2002 a religião passou a ocupar um espaço cada vez maior na esfera pública, em contraste com o forte secularismo que ascendeu na Turquia com o surgimento da república.

A história da fundação da recente república é a de um estado que buscou aprofundar e acelerar as reformas ocidentalizantes iniciadas ainda no período otomano para se modernizar. A fundação da república turca em 1923 por Mustafa Kemal “Atatürk” teve como um de seus princípios a laicidade do estado. A religião deveria ser uma

¹ Um partido islamista é aquele que é categorizado dentro do espectro do Islã político. O islã político é uma categoria em que se colocam diversos grupos que buscam valores islâmicos com o objetivo de aplicá-los na vida política da sociedade (MARCH, 2015).

referência apenas na esfera da vida privada. Para estabelecer essa visão do país, foi criada a Presidência de Assuntos Religiosos (doravante *Diyanet*) cujos principais objetivos eram resguardar os princípios da moralidade e da fé islâmica, esclarecer a população turca sobre a religião e administrar os locais de culto, inclusive treinando e pagando *imans* (os clérigos que comandam a congregação) (SUNIER; LANDMAN, 2015, p. 47). Dessa forma, o estado secular turco centralizou e reorganizou o islã no seu território de modo que o discurso religioso estivesse em consonância com a elite governante.

Com a eleição do AKP, em 2002, uma nova forma de colocar a Turquia geopoliticamente no mundo ganhou projeção, embora muitos de seus pressupostos já existissem anteriormente (CEM, 2001). Ahmet Davutoğlu, acadêmico turco que posteriormente faria parte do governo chegando até ao cargo de primeiro ministro, desenvolveu o conceito de *Profundidade Estratégica*, em que o legado cultural otomano, incluindo a religião, seria um dos principais aspectos dessa reinserção no plano internacional cujo objetivo é tornar a Turquia numa potência média. A Turquia tem buscado, desde então, estabelecer uma presença maior no seu entorno geográfico através da diplomacia tradicional, agências de cooperação internacional (como a *Turkish Cooperation and Coordination Agency – TICA* – com escritórios em 55 países, notadamente África, Balcãs e Ásia Central) e o *Diyanet*, cuja atuação aumentou vertiginosamente no período na busca de tornar a Turquia uma liderança e modelo no mundo islâmico, uma agenda claramente ligada ao viés islamista do AKP. O *Diyanet* criou e preside o Conselho Islâmico da Eurásia, organiza encontros com lideranças religiosas em diversos países e regiões do mundo além de organizações a ele ligadas que são responsáveis pelos serviços religiosos da diáspora turca em países da Europa Ocidental (ÖKTEM, 2012, p. 45).

O empenho do governo AKP em transformar a maneira como a Turquia se via e era vista no cenário internacional, de uma república secular e muçulmana para a de um país islâmico moderado, não foi efetuada sem atritos (LEÃES, 2015) ou críticas, principalmente, em seus primeiros anos, pelo *establishment* kemalista. Essa nova configuração foi chamada de “Nova Turquia” pelo AKP e seus apoiadores, calcada no realce do caráter islâmico da população turca, na liberalização e crescimento econômico, além do combate às estruturas do estado que permitiam sua tutela pelos militares. Se por um lado as trocas comerciais aumentaram consideravelmente, de 720 milhões de euros para 23 bilhões em 2008, as relações da Turquia com seus vizinhos têm sido de desconfiança (TOLEDANO, 2011). O debate sobre essas transformações tem sido muito intenso durante esse período em que o AKP se mantém no poder e envolve acadêmicos, intelectuais públicos e *think tanks* que elaboram análises e reflexões que legitimam ou questionam a maneira como essa nova identidade turca está sendo elaborada.

Cada vez mais o Islã e os países muçulmanos têm sido estudados na academia brasileira e debatidos na imprensa. É importante que cada vez mais se ampliem os estudos sobre o mundo islâmico para que se compreenda sua diversidade política, histórica, cultural e sociológica. Em vista disso, a Turquia se apresenta como uma possibilidade de estudos muito rica devido ao seu recente passado imperial centrado na legitimidade religiosa passando por seu projeto republicano de forte acento secular até chegarmos ao momento atual, em que um partido islamista chegou ao poder e procura rever o papel da Turquia no mundo como resultado de uma nova busca de identidade no plano doméstico cujo cerne é confessional. Dentre os impactos engendrados por essa ascensão ao poder, está a releitura dos parâmetros que guiavam a política externa do país baseados em novas formulações geopolíticas oriundas de intelectuais ligados ao partido que vão penetrando, não sem resistências e filtros, no *establishment* geopolítico turco.

No Brasil, cada vez mais trabalhos sobre a Turquia têm sido elaborados nas universidades em dissertações de mestrado e teses de doutorado, principalmente na última década, mas, ainda assim, a produção ainda é muito pequena. Podemos citar alguns trabalhos que estão em consonância com a nossa pesquisa em geopolítica e a política externa turca como as dissertações de Marcos Guimarães (2007), William Roberto (2018), Ricardo Leães (2015) e Aline Alencar (2014) e a tese de Rafael Lima (2018). Enquanto a dissertação de Oliveira aborda a ascensão do islã político na Turquia, por intermédio de seus diferentes partidos ao longo do tempo, culminando com a ascensão do AKP, Guimarães (2007), Roberto (2018) e Leães (2015) trabalham com geopolítica e política externa. Guimarães faz uma análise da situação da Turquia no mundo baseado na geopolítica clássica e seus desdobramentos mais recentes; Leães (2015) buscou explicar como a mudança da política externa turca durante o governo AKP só foi possível devido ao fim da sombra política que os militares projetavam sobre os governos civis da Turquia, principalmente a partir do golpe militar de 1960 quando institucionalizaram privilégios que permitiam sua interferência na vida política turca; Roberto (2018) empreendeu uma pesquisa a respeito das inflexões da política exterior turca devido a choques externos, tanto em 2011, no contexto da Primavera Árabe quanto a partir de 2015, depois das eleições turcas que tiraram a maioria absoluta do AKP no parlamento articuladas com o sucesso das milícias curdas na Guerra Síria comparativamente com a política externa do AKP em sua primeira década no governo. Lima (2018) fez uma investigação comparativa entre Brasil e Turquia e suas aspirações à liderança regional avaliando a política externa desses países durante os governos do Partido dos Trabalhadores e do AKP, respectivamente.

Este estudo questiona qual é a geografia imaginativa da Turquia que surge nos artigos das publicações do SAM. Quais seriam as narrativas geopolíticas que

constituiriam essa geografia imaginativa? Com a descoberta dessas narrativas geopolíticas, o ponto seguinte a ser investigado é sobre quais seriam as hierarquias de importância delas entre si e o que cada uma dessas narrativas políticas quer dizer e de que forma elas se conectam.

Para elucidar como se dá essa construção de uma nova maneira de se colocar no mundo, utilizaremos o conceito de geografia imaginativa cunhado por Edward Said (1995) para descrever a maneira como o discurso sobre o Oriente nas instituições acadêmicas e políticas da Europa e Estados Unidos moldou (e foi moldado) a atuação imperialista nos países islâmicos durante os séculos XIX e XX. A geografia imaginativa é um conceito bastante utilizado pela corrente da Geopolítica Crítica, pois essa linha de pesquisa estuda, justamente, a geopolítica sob a perspectiva do discurso e, portanto, de uma construção de visão de mundo (logo, influenciada por perspectivas históricas, territoriais, culturais, ideológicas, econômicas e políticas) que atinge “diferentes níveis sociais” (da população às elites econômicas, políticas e intelectuais) (ARAÚJO, 2017). A geopolítica é, então, uma “forma variada de escrever, descrever e representar, política e culturalmente, a geografia e a política internacional” (Ó’ THUATHAIL, 1998, p. 3). Por conseguinte, o discurso geopolítico é elaborado por determinados atores em diversas escalas da sociedade, influenciando uns aos outros e que disputam sua hegemonia.

A condução metodológica da pesquisa faz uso da análise de discurso, base da geopolítica crítica. Esse método permite desvelar a naturalização de discursos tomados como verdades inequívocas assim como possibilita que se enxergue a concorrência entre eles por hegemonia. Best e Kellner (1991) definem o discurso como “lugar e objeto de luta de diferentes grupos que almejam hegemonia na produção de significado e ideologia”, que se adequa ao caso dessa pesquisa, onde a definição do conhecimento geopolítico sobre posicionamento internacional da Turquia se articula com as práticas geopolíticas do estado turco. Assim será possível observar novos significados que direcionam para novas tomadas de ação política reconfigurando antigos entendimentos, como a questão da Turquia como um “estado central”² no estudo de Bilgin (2007) ou criando novas expressões como a da “Nova Turquia” que enseja uma espécie de renascimento do país em diversos âmbitos, inclusive, internacional.

Buscar-se-á responder nessa pesquisa quais narrativas geopolíticas são utilizadas para construir uma nova geografia imaginativa da Turquia a partir da chegada do AKP no poder por meio da análise do discurso em artigos selecionados em três publicações do

² O discurso geopolítico turco, desde os anos 1960 consolidou a ideia da Turquia como um “estado central”, e isso significava determinados tipos de ações defensivas do estado turco em sua política externa, preocupado com qualquer tipo de intervenção das potências mundiais, enquanto no final dos anos 1990 e principalmente durante o governo do AKP essa expressão serviu para estimular uma postura mais proativa em busca de espaço e esferas de influência no cenário internacional (BILGIN, 2007).

think tank de pesquisas em relações internacionais SAM – *Stratejik Araştırmalar Merkezi*, pertencente ao Ministério das Relações Exteriores da Turquia. As publicações são a sua revista quadrimestral, *Perceptions*; a série de artigos produzidos por Ahmet Davutoğlu quando esteve à frente do ministério, intitulados *Vision Papers* e a publicação dos *SAM Papers* que também buscam apresentar análises acadêmicas sobre política internacional.³ Assim, pode-se pesquisar a transformação do discurso geopolítico turco dentro de uma instituição criada para fornecer análises sobre política internacional e estratégias de atuação da Turquia no cenário externo para subsidiar a tomada de decisões do governo turco em relação às suas relações exteriores. São todas publicações em língua inglesa, dessa forma busca-se compreender a construção desse novo discurso geopolítico na forma como o próprio estado turco o internacionaliza para um público externo especializado.

Escolheu-se o SAM e suas publicações porque pertencem ao Ministério das Relações Exteriores turco que, em última análise, estabelece as estratégias de inserção do país no mundo. A revista *Perceptions* é a principal publicação desse órgão e funciona nos moldes de um periódico acadêmico, com intelectuais turcos e mesmo estrangeiros publicando em suas páginas, daí sua importância, pois se comunica com acadêmicos e intelectuais de estado por todo mundo. A curta série *Vision Papers* corresponde a escritos de Ahmet Davutoğlu quando ministro das relações exteriores (2009-2014), portanto, significativas em relação ao papel para si que a Turquia buscou construir no período estudado. Já a série *SAM Papers*, consiste em artigos isolados sobre assuntos de interesse do SAM. Uma seleção de artigos que se relacionam com a construção de um novo discurso geopolítico dentro do espectro das publicações *Vision Papers*, a revista *Perceptions* e para a série *SAMPapers* no período selecionado de 2009 a 2016, pois é o momento em que Ahmet Davutoğlu ocupou o ministério das relações exteriores e o posto de primeiro-ministro de estado da Turquia.

Essa pesquisa se dividirá em mais quatro seções descritas a seguir: no primeiro capítulo faremos uma contextualização histórica das transformações pelas quais a Turquia passou com a eleição do AKP e seu projeto político. Primeiro, será abordada brevemente a relação que o estado turco tinha com a religião para que se tenha dimensão do significado da ascensão de um partido ligado ao islã político ao poder. Logo em seguida, se trabalhará com os pressupostos da política externa turca e suas práticas, como a política de “Zero Problemas com os vizinhos” e a expansão da Diretoria de Assuntos Religiosos- *Diyanet* e a Agência de Cooperação e Coordenação Turca- TIKA, que se tornaram instrumentos de política externa.

³ Acessado de <http://sam.gov.tr/>, em 22/05/2019.

No segundo capítulo, a proposta é apresentar abordagem teórico-metodológica assim como os procedimentos técnicos de pesquisa. A geopolítica crítica será apresentada assim como o método, a análise de discurso realizada conjuntamente com uma análise de narrativas geopolíticas, codificação indutiva, análise frequencial e qualitativa das narrativas encontradas. Será explicado também como foram selecionados os artigos para serem analisados provenientes das publicações *Perceptions*, *Vision Pappers* e *Sam Pappers* elaboradas pelo *think tank* do ministério das relações exteriores turco, *SAM*.

O terceiro capítulo apresenta os resultados da pesquisa. Serão discutidas as narrativas geopolíticas encontradas nos artigos selecionados e como elas constroem uma nova geografia imaginativa da Turquia.

Na última seção estarão as considerações finais, em que serão discutidos os resultados da pesquisa, como podemos posicioná-la no âmbito da produção da geopolítica crítica e o que ela revelou em termos da elaboração de uma nova geografia imaginativa turca.

CAPÍTULO 1

Abordagem histórica e os pressupostos da política externa turca a partir do AKP

Nesse capítulo será apresentado o contexto histórico da ascensão do AKP ao poder, os pressupostos de sua política externa além de algumas de suas ações que buscam refletir esse projeto.

1.1 Breve histórico: Do “homem doente da Europa” à fundação da república ocidentalizada

Desde a derrota militar na Batalha de Viena de 1683, o Império Otomano iniciou seu lento declínio. Durante parte do século XVIII e todo o século XIX, o Império Otomano foi perdendo territórios sucessivamente, sendo nomeado o “Homem Doente da Europa” tendo seus territórios como alvos de cobiça pelas potências imperialistas. No início do século XIX e, principalmente, a partir da década de 1840 quando foi lançada uma série de reformas modernizantes chamadas de *Tanzimat*, ou Reorganização, buscou-se transformar o estado e a vida no império e reverter a decadência e perda de territórios (TAGLIA, 2015, p. 2). Em 1908, o grupo político dos Jovens Turcos fez uma revolução acabando com o poder absoluto do Sultão (*idem*, p. 1) e buscou aprofundar as reformas para modernizar o Império. Esses movimentos foram importantes, mas insuficientes para recuperar o Império Otomano e após a derrota na I Guerra Mundial e a vitória na Guerra de Independência (1919–23) foi fundada a República da Turquia, em 1923, pelo líder político e militar Mustafa Kemal “Atatürk”.

Kemal empreendeu uma série de reformas para acelerar a modernização turca e criar um nacionalismo turco. Além disso, buscou aproximar a Turquia da Europa, ocidentalizando-a e afastando-a das questões do Oriente Médio (em que os países artificiais criados pelo acordo franco-britânico se encontravam na condição de colônias europeias) (LARRABEE; RABASA, 2008, p. 32). Medidas simbólicas também foram tomadas, como no vestuário e na própria língua com a adoção do alfabeto latino em

detrimento do alfabeto árabe, usado há centenas de anos. Ao engendrar o nacionalismo turco, a república colocou a religião como um elemento importante, mas instrumentalizado a esse projeto modernizador. Se antes, no Império Otomano, e mesmo na transição para a república, o órgão religioso máximo tinha o estatuto de ministério, a partir de 1924 ele se tornou um órgão administrativo subordinado, com isso a nova elite da república controlaria a religião e retiraria desse órgão qualquer caráter sacro (GÖYZADIN, 2006). Cumpre ressaltar que desde o século XVI o sultão otomano também possuía o título de Califa, isto é, sucessor do profeta Mohamed (esse título existe desde o primeiro sucessor após sua morte), e que detinha, em tese, autoridade espiritual sobre todos os muçulmanos (pelo menos no seu império). Durante o reinado de Abdulhamid II, no último quarto do século XIX, houve uma grande tentativa de manter o império unido sob a égide do islã, logo buscou-se recuperar a autoridade advinda desse título (TAGLIA, 2015, p. 17).

O projeto republicano turco, dessa maneira, buscou retirar a religião do espaço público confinando-a apenas à consciência pessoal (GÖYZADIN, 2006), relacionada, portanto à fé e orações, não à coisa pública. A secularização do estado se tornou um dos princípios da república, inscrito na Constituição de 1937. A laicidade turca, como é possível perceber, é peculiar no sentido de que para retirar a religião do espaço público, ela deve ser totalmente controlada pelo estado através do *Diyanet*, responsável pelas mesquitas e serviços religiosos. Assim, esse novo estado, de acordo com Atatürk, busca a inspiração legislativa da “experiência da vida, e não das leis divinas” (*idem*, p. 2).

A partir de 1945, com o advento do sistema pluripartidário na política turca, o islã, em geral, e o *Diyanet*, em particular, passariam por transformações em sua relação com estado (SUNIER; LANDMAN, 2015, p. 47). No entanto, no que se refere ao islã político, isto é, a defesa de que o estado se oriente pelo *corpus* de orientações e valores islâmicos, esse sempre foi rechaçado pela elite política e círculos militares turcos. Qualquer partido político que colocasse em xeque o secularismo do estado poderia, constitucionalmente, ser fechado. As forças armadas, desde o primeiro golpe de estado, em 1960, pairaram como uma força de tutela sobre o sistema político turco, podendo intervir de acordo com o que quer que fosse considerado um desvio perigoso dos princípios kemalistas. Em outros três momentos ainda o exército fez sentir seu peso na política turca, 1971, 1980 e, de maneira indireta, em 1997.

Em 1996, chegou ao poder o Partido do Bem-Estar (*Refah Partisi*) cuja origem era de um movimento nacionalista-islamista, o Movimento da Ordem Nacional, fundado nos anos 1970 por Necmettin Erbakan. Erbakan também liderava o partido e buscou empreender uma política externa voltada para o mundo islâmico. Sua orientação islamista gerou diversos atritos com a cúpula militar e ele se viu obrigado a renunciar pelas forças

armadas em 1997. Um ano depois seu partido foi banido por violar os princípios seculares do estado, assim como o novo partido que ele criou, o Partido da Virtude (*Fazilet Partisi*) (LARRABEE; RABASA, 2008, p. 44–45). Deste último, dois grupos se formaram e criaram partidos diferentes. Um desses partidos buscou reformar-se e colocou-se ao lado dos princípios econômicos e políticos das elites republicanas, afirmando o islã mais como um sistema de valores pessoal, próximo do que eram os partidos cristão-democratas da Europa (*idem*, p. 47). Assim, com uma proposta econômica liberalizante e da busca de se tornar a Turquia membro da União Europeia, conjugado com um discurso de valores islâmicos associados aos valores democráticos, o *Adalet ve Kalkimna Partisi*, o AKP, chegou ao poder na Turquia em 2002.

1.2 Os pressupostos da política externa do AKP

Desde os anos 1980, nos governos de Turgut Ozal, com os programas de abertura econômica e política da União Soviética, e sua posterior dissolução, a Turquia colocou-se como modelo para ex-repúblicas de etnia turca, como Azerbaijão, Cazaquistão, Uzbequistão, dentre outras, além de ensaiar uma aproximação com os países dos Balcãs onde havia minorias muçulmanas. As ex-repúblicas soviéticas vinham de um ambiente extremamente repressor em termos religiosos e buscavam recuperar essas tradições ao mesmo tempo em que não desejavam um modelo ultraconservador como o iraniano (para o caso de populações xiitas) ou o das fundações religiosas dos países do Golfo Pérsico. Um país democrático, baseado no livre mercado (ARAS, 2009, p. 200) e com um islã controlado pelo Estado, que se mantinha secular, parecia ideal, conjuntamente com os laços culturais que uniam a Turquia a essas novas repúblicas. Treinamento de Imans,⁴ bolsas de estudos e implantação de escolas (embora muitas delas pertencessem a outro movimento político-religioso turco, de caráter liberal, mas visto com desconfiança na própria Turquia, o *Hizmet*, do clérigo Fetullah Gülen). No entanto, as crises financeiras de 1990 e 2001 interromperam esse ciclo de aproximações ensaiadas pelo governo turco (*idem*, p. 201).

O ministro das relações exteriores turco de 1997 a 2002, período imediatamente anterior à ascensão do AKP, Ismail Cem, que defendia que a Turquia devia levar em consideração suas “raízes culturais e históricas (...) herdadas do período Otomano” (ÖRMECI, 2011, p. 224) além de buscar romper com o que considerava dicotomias de valor exagerado na formulação da política externa turca, como islã-secularismo e ocidente-oriente, e pregava uma aproximação com o Oriente Médio colocando a Turquia

⁴ Iman é aquele que lidera o serviço religioso nas mesquitas.

como um modelo aos países da região. Seu período como chanceler turco coincidiu com o desinteresse dos Estados Unidos pela Turquia devido ao fim da Guerra Fria e ele defendia que a diplomacia turca fosse mais assertiva na defesa dos interesses do país (*idem*, p. 225). Essa proposta de uma atuação geopolítica mais ampla, que resgatasse o passado otomano, encontrou ressonância no partido vencedor das eleições de 2002, o AKP, na figura daquele que indicaria os parâmetros de sua política externa, Ahmet Davutoğlu.

Ahmet Davutoğlu é um intelectual (com um papel importante na política turca de 2003 até 2014) que vinha elaborando desde a década de 1990 um modelo de atuação em política externa para Turquia que levasse em conta as aspirações de seu campo político, mas que fosse realmente racional (OZKAM, 2014, p. 120). Em 2001 publicou seu livro *Profundidade Estratégica* que delineava seu projeto para a Turquia em que defendia uma equação que levava em consideração aspectos históricos, culturais, geográficos, populacionais articulados com capacidades econômicas, tecnológicas e militares implementadas por coeficientes humanos com mentalidade estratégica, planejamento estratégico e vontade política formam uma equação de poder (LAMI, 2017, p. 29; ERSOY, 2010, p. 121). Percebe-se, portanto, que para Davutoğlu, os aspectos culturais são parte importante do que ele considera fundamental para um estado possuir e que lhe permitiria ter uma atuação mais expansiva no mundo (ERSOY, 2010, p. 121). Para ele, a Turquia possuía todos esses atributos, conjugados, principalmente após 2003, com o advento de estabilidade econômica e política. Dessa maneira:

In addition, the concept of strategic depth emphasises the importance of Turkey's Ottoman past and its historical and cultural ties with the Balkans, the Middle East and Central Asia. These ties are seen as important assets that enhance Turkey's ability to become a regional power. The doctrine also suggests that Turkey should counterbalance its ties to the West by establishing multiple alliances. This would enable Ankara to enhance its freedom of action and increase its leverage, both regionally and globally (LARRABEE, 2010, p. 159).

Assim, a doutrina da “profundidade estratégica” pretende estabelecer laços com países onde houve presença otomana para assim se colocar como um poder regional e ainda construir uma maior independência em relação ao Ocidente por meio do estabelecimento de “múltiplas alianças”. A pretensão turca é para se tornar uma potência com influência regional e global. Se a doutrina de Davutoğlu não preconizava uma projeção de poder imperialista, muitos de seus vizinhos viam com desconfiança essa defesa de uma área de influência cada vez maior da Turquia, vista como uma política externa “baseada na *realpolitik* e moderadamente ofensiva” (ERSOY, 2010, p. 117).

A proximidade e a própria participação no núcleo de poder⁵ (LARRABEE, 2010, p. 158) permitiu que Davutoğlu pudesse sugerir e implementar suas ideias, que tiveram bastante ressonância no AKP. A religião é um fator extremamente importante tanto para Davutoğlu, quanto para seu partido. Em artigos publicados durante os anos 1990, ele defendeu em vários momentos a ideia de que os nacionalismos na região do Oriente Médio seriam superados, já que seriam artificiais, criados pelas potências imperialistas após a Primeira Guerra Mundial e que uma união islâmica surgiria a partir de um novo projeto político com a liderança da Turquia (ERSOY, 2010, p. 121).

In geographical terms, it spans from the Balkans to the Mashreq, and gives particular weight to Palestine. In religious terms, it is a map made mostly of Muslims, and to be more precise, of Sunni Muslims, mostly of the Hanafi school. This is no doubt a selective image of the empire, excluding above all the memory of the non-Muslim and hence of the Christian Balkan nations, as well as of the overall torturous last decades of the empire's disintegration. (ÖKTEM; KADIOGLU, 2012, p. 4).

Seu projeto político advoga o aumento da esfera de influência turca nos Bálcãs, Cáucaso, Oriente Médio e o uso do Islã para legitimar essa proeminência (ERSOY, 2010, p. 125). Com efeito, sua busca em se conectar com populações muçulmanas que fizeram parte do antigo Império Otomano como forma de transformar a Turquia como líder do mundo islâmico é perceptível na grande expansão pela qual passa o Diyanet e os projetos de cooperação econômica por intermédio da TIKA desde o início dessa Era AKP. A pretensão turca de ser uma grande liderança no mundo islâmico esbarra em diversas limitações, notadamente na influência religiosa. Os únicos lugares em que a Turquia verdadeiramente conseguiu expandir sua escola de interpretação islâmica foram com as minorias muçulmanas dos Balcãs e com países do Cáucaso e Ásia Central.

A proximidade que a Turquia passou a desenvolver com países muçulmanos, especialmente no Oriente Médio, geraram diversas dúvidas nos antigos aliados ocidentais da Turquia, e mesmo domesticamente, se a estratégia geopolítica do AKP não estaria mudando o eixo da política externa turca, afastando-a do Ocidente e levando-a para o Oriente Médio. No entanto, essas mudanças de atuação da Turquia no cenário internacional estão relacionadas a outros fatores a desorganização da ordem mundial com a globalização a partir dos anos 1990:

⁵ Davutoğlu ocupou cargos públicos importantes no governo como conselheiro de política externa do primeiro ministro seguido de sua indicação para ministro das relações exteriores em 2009 para, por fim, ser indicado a primeiro ministro em 2014, permanecendo nessa posição até meados de 2016, quando renunciou ao entrar em choque com os interesses do homem forte do partido e recém-eleito presidente, Recep Erdogan.

Pro-activism and active globalization constitute Turkey's response to global turmoil. Rather than reactionism and isolationism, Turkish foreign policy behaviour can best be described as "active globalization"—engaging in global problems and debates actively, and responding in a proactive and committed fashion to strengthen its place and position vis-à-vis "global turmoil". From security to economy, from identity to modernity, from energy to water, in the broader spectrum, Turkish foreign policy has paid special attention to the construction of regional and global communities of shared interests, and to regional and global multilateralism. (KEYMAN, 2012).

Dessa forma, as transformações pelas quais a política externa turca passou durante a primeira década do governo AKP estava relacionada a um movimento de resposta da Turquia a um mundo turbulento com diversos conflitos espalhados, principalmente perto de suas fronteiras. A Turquia, dessa maneira não estaria executando uma visão geopolítica voluntarista, mas necessária para que pudesse atravessar esse momento delicado do período após o final da Guerra Fria de uma maneira que resguardasse sua segurança. A estratégia seria, dessa forma, um reposicionamento geopolítico. Por necessidade e segurança, a Turquia não poderia mais se manter no cenário internacional como no período da Guerra Fria.

A Turquia deveria ser proativa para construir novas arquiteturas de segurança, de maneira multidimensional, estabelecendo "comunidades regionais e globais de interesses compartilhados" e o apoio a um "multilateralismo regional e global". Se por necessidade pelas mudanças numa tumultuada ordem global ou não, a Turquia tem muito claro um projeto de se tornar uma potência capaz de influenciar os países vizinhos por intermédio de mediação de conflitos, criação de blocos políticos regionais, parcerias econômicas ou pela cultura popular. No entanto, não se pode reduzir o engajamento da Turquia no Oriente Médio apenas por esse viés das turbulências que se seguiram com o final da Guerra Fria. É preciso observar que essa aproximação e recriação de laços está no bem delineado na estratégia geopolítica de Ahmet Davutoğlu. A Turquia busca proeminência no mundo islâmico (WARNING; KARDAS, 2011, p. 128).

Ainda assim, por mais que a Turquia estivesse buscando ampliar suas áreas de influência, suas alianças ocidentais ainda eram muito fortes. Na virada da primeira década do século, as relações da Turquia com os EUA haviam melhorado (antes do início da Primavera Árabe e os desencontros com a administração Obama na guerra civil síria) e o processo de ingresso na União Europeia continuava forte, ajudando a implementar reformas democráticas na Turquia (ONIS, 2010, p. 3).

É importante ressaltar que a ideia da Turquia como um estado central, devido ao seu posicionamento geográfico não surgiu com Davutoğlu e não é novo no pensamento geopolítico turco (BILGIN, 2007, p. 748). Desde os anos 1960, sua localização geográfica era vista pelos geopolíticos turcos como fundamental no cenário internacional.

Seria o país que ligaria o Mar Negro com o Mar Mediterrâneo, através dos estreitos do Bósforo e Dardanelos, podendo controlar o fluxo comercial e militar da então União Soviética (e devido à pressão soviética sobre a navegabilidade desse canal marítimo, a Turquia logo se ligou à Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN em 1952); conectaria o Oriente Próximo e Ásia Central por terra à Europa. Por essa centralidade, considerada fundamental no jogo de poder mundial pelos geopolíticos turcos, a Turquia deveria se defender. Dessa forma, o discurso geopolítico justificava, principalmente, políticas no âmbito doméstico como o estado unitário, o controle das minorias curda e armênia, o sunismo ortodoxo da escola Hanafi em detrimento das outras escolas de pensamento islâmico além do xiismo sincrético da minoria Alevi⁶ para que o estado estivesse unido para qualquer forma de ameaça externa.

Com Ahmet Davutoğlu, e sua influência na formulação da política externa turca, esse discurso geopolítico construído nessa determinação geográfica turca (*idem*, p. 747) se mantém; mas, ao contrário do que se preconizava antes, essa centralidade capacita a Turquia para a ação e para a criação de áreas de influência. A *Profundidade Estratégica* da Turquia estaria relacionada com os laços culturais e históricos com os Bálcãs, Oriente Médio, Cáucaso e Ásia Central. Além disso, a Turquia deveria buscar novos parceiros estratégicos para além da tradicional aliança com o Ocidente para que pudesse ganhar projeção regional e mundial (LARRABEE, 2010, p. 159; ARAS, 2009a, p. 4). E para que isso se efetivasse, era preciso que a Turquia resolvesse suas questões com vizinhos imediatos, como Síria, Irã, dentre outros; essa parte da política externa turca, capitaneada por Davutoğlu, foi chamada de “Zero problemas com os países vizinhos”.

1.2.1 A política de “Zero Problemas”

A Turquia buscou trabalhar seus principais pontos de atrito com países vizinhos, alguns com mais sucesso do que outros. Em 2008, o governo AKP buscou uma aproximação com o Governo Regional do Curdistão (GRC), do norte do Iraque, com o objetivo de refrear o apoio que os curdos iraquianos davam ao movimento de independência do Curdistão turco, através do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK). Um acordo entre o governo turco e o GRC beneficiava ambas as partes, os curdos iraquianos perdiam o apoio e força das tropas americanas no Iraque, ficando à mercê do

⁶ Os Alevi são uma parte importante da população turca, que tradicionalmente se casavam entre si e que seguem o ramo xiita com elementos de antigas religiões das tribos nômades da Ásia Central, com ensinamentos sufis. Seu local de oração não são as mesquitas, mas os chamados *cemevis*, guiados pelos seus líderes espirituais. Não praticam diversos preceitos islâmicos alegando que não estão no texto corânico, como as cinco orações diárias.

estado iraquiano, massivamente árabe e xiita, com apoio do vizinho Irã, além de seu petróleo ser escoado pelos portos turcos (LARRABEE, 2010, p. 162). Para a Turquia, um bom acordo significava continuar a abrir o mercado do norte do Iraque, receber e distribuir o petróleo curdo, como também distender a guerrilha no sudeste do país (ÇALISKAN, WALDMAN, 2015, p. 217) que culminaria num processo de paz controverso com os curdos turcos, atualmente já fracassado.

A Turquia se aproximou de dois estados pária no sistema internacional na primeira década de governo AKP, Síria e Irã. Em relação ao Irã, a aproximação turca se deu devido às questões de segurança, militar e energética. O governo iraniano, que também possui uma minoria curda, declarou o PKK como uma organização terrorista e assinou com o governo turco acordos no setor de energia. O objetivo da Turquia era diversificar seus fornecedores de gás, que se baseava principalmente na Rússia. A Turquia também prefere um Irã não nuclear, mas buscou uma solução diplomática para o impasse (LARRABEE, 2010, p. 165–166). Já as relações com a Síria também envolviam o PKK. No governo anterior ao AKP, as pressões turcas já haviam funcionado e o governo sírio já havia expulsado do país o líder do movimento militante curdo, Abdullah Öcalan, quanto já havia fechado campos de treinamento do PKK em seu território (*idem*, p. 166). Diversos acordos foram fechados entre ambos os governos, mas essa aproximação se encerrou com o início da primavera árabe, quando Ankara apoiou os revoltosos, inclusive grupos considerados radicais islâmicos para derrubar o governo do presidente Bashar Al-Assad. Esses posicionamentos em relação ao Irã e Síria foram vistos com muita desconfiança pelos aliados ocidentais da Turquia, no entanto, no caso sírio, ele deixou de existir por causa do apoio turco à oposição durante a guerra civil e em relação ao Irã, foi frutífero devido ao Plano de Ação Conjunto Abrangente (o acordo de não proliferação de armas nucleares pelo Irã) que levantou sanções contra Teerã estimulando o fluxo de negócios entre ambos os países- até a saída e atual pressão americana sobre o acordo.

A estratégia de “Zero Problemas” no mundo árabe então colapsou completamente a partir da primavera árabe. No Egito e na Tunísia, onde não havia substanciais investimentos turcos, o apoio turco, mesmo atrasado (pois ninguém previu a chegada da Primavera Árabe), não trouxe grandes problemas inicialmente, embora depois o comércio entre ambos os países e Ankara tenha caído significativamente (ÇALISKAN; WALDMAN, 2015, p. 220). Já em relação à Líbia onde a Turquia tinha bilhões investidos, o apoio turco à revolta popular demorou a ser dado; preferiu-se inicialmente um caminho de compromisso com reformas com o ditador líbio Qaddafi apenas para receber a hostilidade da população com bandeiras turcas sendo queimadas nas ruas (*idem*, p. 221) até finalmente a Turquia apoiar a resolução contra a ditadura líbia.

Já com a Síria, foi tentado um caminho parecido com caso líbio, mas, dessa vez, mais rapidamente (para não parecer hesitante como na Líbia). Ankara rompeu relações com governo sírio com quem a pouco vinha mantendo bom entendimento em diversas áreas confiando que a queda de Assad era iminente. Esse posicionamento tinha em vista da Turquia tomar à frente na iniciativa internacional e obter influência numa possível nova configuração de poder no mundo árabe.

Na revolta da população xiita do Bahrein (governados por uma monarquia absolutista sunita) a Turquia defendeu uma saída negociada, e mediada por ela, mas o Conselho de Cooperação do Golfo, do qual fazem parte as monarquias da Península Arábica, reprimiu o levante. Devido a seus interesses financeiros com os países do CCG, a Turquia acabou por respeitar as preocupações com segurança das monarquias do Golfo (ÇALISKAN; WALDMAN, 2015, p. 220). Há ainda que se considerar o apoio que a Turquia dá a Irmandade Muçulmana na região (o que inclui o Hamas), o que a distância de países como Arábia Saudita, Egito, Jordânia e Emirados Árabes Unidos. A estratégia de “Zero Problemas” na região do Oriente Médio foi englobada pelas ações turcas que mais a afastaram do que aproximaram dos países árabes.

Armênia e Rússia são outros países com quem a Turquia buscou melhorar suas relações externas no período. Dois pontos importantes travam o relacionamento com os armênios: a questão do genocídio armênio e a anexação pela Armênia de territórios que pertenciam ao Azerbaijão, aliado turco. Após mais de dez anos, ambos os países buscaram normalizar suas relações (LARRABEE, 2010, p. 170). Esse movimento, contudo, não foi bem aceito por significativa parte da sociedade nos dois países e os protocolos assinados à época, em 2009, nunca foram ratificados pelas respectivas assembleias nacionais, sendo nulificado pelo parlamento armênio. Hoje, esse acordo ainda está longe, principalmente após a Turquia apoiar o governo do Azerbaijão a retomar pela força seus territórios, incluindo o contestado enclave armênio de Nagorno-Karabakh.

Com a Rússia, em que pese uma antiga rivalidade e interesses distintos sobre algumas questões no Cáucaso, Ásia Central e Oriente Médio, a Turquia tem buscado pontos em comum para desenvolver melhor suas relações bilaterais. Nos últimos anos, com a guerra na Síria, e as subsequentes conversações entre Rússia, Irã e Turquia-Processo de Paz de Astana; a compra turca do sistema de defesa de mísseis russo S-400 e a inauguração de um novo gasoduto saindo da Rússia direto para o lado europeu da Turquia, o *Turk Stream*, que também abastecerá a Europa Central, Balcãs e Europa do Leste, a Turquia vem se aproximando cada vez mais da Rússia da mesma forma que se afasta da União Europeia e Estados Unidos.

Os antigos aliados europeus e os Estados Unidos têm suas relações estremecidas com a Turquia a cada momento que o governo do AKP vai se tornando autoritário

internamente e também se aproximando da Rússia em questões de segurança militar, como a compra do sistema de mísseis S-400 e de dependência energética. Embora a análise para a entrada da Turquia tenha perdido impulso na última década em ambos os lados das negociações, a UE fez um grande acordo com a Turquia para que esta recebesse os imigrantes oriundos da guerra civil síria e impedisse que a maior parte deles chegassem à Europa. Foi criado um fundo de seis bilhões de euros que gerou controvérsias sobre a origem do financiamento dentro da UE e que também não satisfazia o governo turco por não receber o dinheiro diretamente em suas mãos, já que ele era distribuído através de agências da ONU e organizações não-governamentais, além da velocidade com que o dinheiro realmente chega na Turquia.⁷

A relação com os EUA tem se deteriorado com acusações do governo turco de que a tentativa golpe de 2016 foi orquestrado pelo clérigo Fetullah Gülen, através de seu movimento religioso, o *Hizmet*. Gülen é radicado nos EUA, que tem negado, por enquanto, os pedidos de deportação requerendo provas do governo turco sobre o real envolvimento do clérigo no evento (embora, de acordo com governo turco, conversas nesse sentido tenham avançado).⁸ O movimento *Hizmet* foi qualificado como terrorista na Turquia e seus membros têm sido perseguidos, dentro e fora da Turquia, com pedidos de extradição a diversos países. Para além disso, os EUA financiam os curdos na Síria na luta contra o governo de Assad, o que gera ansiedade nas elites dirigentes e militares turcas devido ao separatismo curdo na Turquia. Já a compra do sistema de mísseis russos criou um impasse no relacionamento da Turquia com seus parceiros da OTAN. Os Estados Unidos não entregaram os aviões de última geração F-35 que a Turquia havia comprado alegando que poderiam ser *hackeados* pelos russos colocando em risco o sistema de defesa ocidental. Apenas recentemente, no contexto da Guerra da Ucrânia a situação se normalizou, quando a Turquia aprovou a entrada da Suécia na OTAN e os EUA se comprometeram a vender novos F-16 à Turquia.

1.2.2 A expansão do *Diyanet* no governo AKP

Como já aventamos anteriormente, o *Diyanet* foi um órgão criado pela elite republicana turca para controlar discurso religioso e concomitantemente legitimar seu projeto secular. Os objetivos do *Diyanet* ao longo do tempo se transformaram, embora seu cerne seja atuar junto ao público turco. Devido a sua característica de subordinada ao

⁷ <https://www.ft.com/content/1e9aeb34-0100-11e8-9650-9c0ad2d7c5b5>, acessado em 29/05/2019.

⁸ https://www.washingtonpost.com/world/us-officials-in-turkey-to-discuss-extradition-of-exiled-cleric-state-media-says/2019/01/03/00197348-4f34-48d8-ad53-abe5a0167a53_story.html?noredirect=on&utm_term=.f21e2b4729c4, acessado em 29/05/2019.

poder do governo, sua relação com muitos grupos religiosos turcos nunca foi fácil (SUNIER; THIJL, 2015, p. 48). Na sua fundação ficou estabelecido que suas principais tarefas seriam administrar os assuntos da fé islâmica, seus princípios de moralidade e culto; iluminar a população sobre a religião e administrar os locais de culto (*ibidem*) e a *sharia* como um sistema legal foi abolido (GÖZAYDIN, 2006). Isso significava que no espaço público apenas um tipo de visão do Islã poderia ser praticado, o modelo oficial do Estado, que também seria o único que poderia gerir os locais de culto, as mesquitas. Na constituição de 1982, os princípios destinados ao *Diyanet* ditam que ele deve estar em acordo com as bases seculares do Estado, se afastar de ideologias e opiniões políticas, além de ter como principal objetivo a busca pela solidariedade e unidade nacional (*ibidem*). Ele deve ser um instrumento que corrobora a ideologia do estado no que concerne a relação da população com a religião e o secularismo oficial turco. Hoje, possui um dos maiores orçamentos da República com um extenso número de funcionários com atuação em praticamente todas as regiões do globo (OZKAN, 2014, p. 227).

A expansão do *Diyanet* no exterior começou no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980 nos países europeus que detinham uma razoável população de origem turca, oriunda de processos migratórios dos anos 1960 e 1970 (SUNIER; THIJL, 2015, p. 49). Essa expansão ocorreu devido a percepção do governo militar, que deu um golpe de estado em 1980, de que grupos religiosos que faziam oposição ao governo e mesmo ativistas de esquerda estavam influenciando a diáspora turca, a Turquia passou a investir no controle do fornecimento de serviços religiosos a essa população para mantê-la alinhada aos interesses da República (*idem*, p. 50; ÖZTÜRK, 2016, p. 8). Assim, mesquitas foram construídas ou estimuladas a transferir seu controle para uma organização ligada ao próprio *Diyanet* nesses países (SUNIER; THIJL, 2015, p. 50). Na Alemanha, por exemplo, o *Diyanet İşleri Türk-İslam Birliği*, conhecido como DITIB, um braço do *Diyanet*, é a maior organização islâmica do país. Essas organizações demonstram como o braço do *Diyanet* alcança os cidadãos de origem turca em vários países da Europa Ocidental.

A função do *Diyanet* nesses países reside em defender e inculcar os princípios do estado turco na população da diáspora. Com a ascensão do AKP, no entanto, alguns autores afirmam que organização foi sequestrada pelos objetivos e ideologia do partido (YETER, 2017; ÖZTÜRK, 2016) e a instituição tem sido utilizada para transferir conflitos políticos do AKP na Turquia para os países onde se encontra (ÖZTÜRK, 2018). De acordo com Öztürk (2016, p. 9), após a virada autoritária do AKP a partir de 2011:

Nesse contexto que o *Diyanet* se tornou um dos mais politizados e disputados instrumentos ideológicos de todo o aparato estatal da Turquia. Além disso, no decorrer da última década, sua estrutura e suas atividades se tornaram cada vez mais sincronizadas com as políticas de Erdogan e do AKP.⁹

Conjuntamente com essa transformação durante o governo do AKP, o *Diyanet* também parece atuar conforme e o projeto de preeminência islâmica da Turquia de Ahmet Davutoğlu. Aproveitando o espaço deixado pelo fim do comunismo e pelo surgimento de diversos países com a maioria de sua população muçulmana ou com expressivas minorias. O primeiro espaço de ação geopolítica foram os Bálcãs, o Cáucaso e a Ásia Central onde realmente o *Diyanet* se impôs como uma espécie de liderança religiosa (ÖKTEM, 2012).

Ele atua em três frentes nesses países, uma educacional com oferecimento de bolsas de estudos para formação de novos clérigos em escolas e faculdades turcas (OZKAN, 2014)¹⁰ para assim, consolidar a escola islâmica predominante na Turquia, a hanafita, e a interpretação religiosa turca. Assim, as instituições islâmicas desses países estariam mais próximas religiosamente da visão turca do que a dos países do Golfo. Outra justificativa, mais para o caso dos Bálcãs, é que eles, islamicamente, já seriam próximos da Turquia devido ao legado otomano. A segunda frente diz respeito à atuação conjunta do *Diyanet* com a Agência de Coordenação de Cooperação Turca (TIKA) para a construção e, principalmente, restaurações de mesquitas do período do Império Otomano buscando aprofundar laços culturais que esses diversos países teriam com em comum com a Turquia. Por último, o *Diyanet* organizou diversos conselhos de entidades islâmicas nos Bálcãs e criou o Conselho Islâmico da Eurásia, sendo quase sempre o anfitrião das reuniões. Segundo Öktem (2012, p. 45):

O papel do *Diyanet* em sediar os Conselhos da Eurásia e dos Bálcãs, somadas às reconstruções e construções de mesquitas, é um indicativo do papel da Presidência [de Assuntos Religiosos] e da Turquia como o líder simbólico das comunidades muçulmanas dos Bálcãs e da Ásia Central.¹¹

De forma semelhante, a Turquia fez pesados investimento na África, tanto pela sua agência de cooperação, TIKKA, quanto pela atuação do *Diyanet*. De acordo com Ozkan (2014, p. 230), para além da ajuda econômica e humanitária, a dimensão religiosa não poderia ser desconsiderada. Em 2006, o *Diyanet* organizou o Primeiro Encontro de

⁹ “It is in this context that the *Diyanethas* become one of the most politicized and disputed ideological tools of all the state apparatuses in Turkey. Moreover, over the last decade its structure and activity have become increasingly synchronized with the policies of both Erdoğan and the AKP.”

¹⁰ De acordo com o autor, até 2014, mais de mil bolsas já haviam sido distribuídas na região para estudos religiosos na Turquia.

¹¹ “The *Diyanet*’s role in hosting the Eurasian and Balkan Councils, in addition to the reconstruction and construction of mosques, are indicative of the role of the Presidency and Turkey as symbolic leader of the Muslim communities of the Balkans and Central Asia.”

Líderes Religiosos do Continente Africano, Países e Sociedades Islâmicas em Istambul com representantes de 21 países da região (OZKAN, 2014, p. 231). Em 2011, houve um novo encontro em Istambul em que foi pedido por diversos países africanos que a Turquia financiasse escolas religiosas de acordo com o modelo *Iman-Hatip* que vigora no país, uma escola de ensino médio que possui em sua grade a formação de clérigos, diferentemente das tradicionais *madrassas* onde o foco é apenas o ensino de teologia islâmica (*idem*, p. 230). A Turquia busca, dessa forma, se estabelecer na África como referência na produção de religiosos com uma visão mais moderna das relações da religião com o tempo que vivemos e, também como um país mais próximo culturalmente, estimulando a progressão na realização de negócios, o que pode ser atestado pelo aumento significativo no volume de negócios da Turquia com o continente.

As relações da Turquia com a América Latina sempre foram um tanto distantes com pouca ou mesmo nenhum tipo de identificação cultural. No entanto, na busca por novos mercados foi ocorrendo uma espécie de descoberta de pontos em comum e o início de uma aproximação. Na virada do século XIX para o século XX houve um grande movimento migratório de cidadãos otomanos de origem árabe para diversos países da América Latina, seguido de imigrações mais recentes de populações muçulmanas e um grupo crescente de jovens que têm se convertido ao Islã. A partir dessas bases, o governo turco tem buscado cada vez mais estratégias para ampliar suas relações com os países do hemisfério e obter aumento de influência política e acesso a mercados.

O ano de 2006 foi escolhido como o Ano da América Latina na Turquia e serviu para jogar luz sobre o continente para diversos setores da sociedade turca. As trocas comerciais continuaram e ocorreu um número maior de visitas de autoridades e mesmo de abertura de embaixadas, como no Peru e na Colômbia, por exemplo. Ajuda humanitária a países como Cuba e Haiti¹² também foram formas de começar a buscar certa inserção e influência na região. No Haiti também já foram ofertadas bolsas de estudo pelo *Diyanet* que ainda construiu uma mesquita; em Cuba bolsas de estudos de teologia também foram ofertadas para capacitação da comunidade. Em ambos os casos por pedido das comunidades islâmicas desses países.

Apesar de uma reduzida população muçulmana o *Diyanet* tem encontrado espaços de ação. Em 2014 realizou em Istambul a primeira Cúpula de Líderes Muçulmanos da América Latina, com a participação de 70 delegados de 41 países que colocaram seus problemas em relação a serviços religiosos, *imans* que falassem bem as línguas locais, a confiabilidade de fontes de informação virtuais e sua utilização no ensino de jovens na falta de livros com traduções locais (OZKAM, 2014, p. 228; YILMAZ; KILIÇOĞLU,

¹² Quando falamos de América Latina também nos referimos ao Caribe.

2016). Tradução em espanhol e distribuição do Corão e outros livros religiosos já ocorreram (2016), além da tradução ao português de crônicas de viagem de um *iman* turco ao Brasil no século XIX que oferecia serviços religiosos a escravos e ex-escravos.

1.2.3 TIKA – Agência Turca de Coordenação e Cooperação: *Soft Power Turco*

A TIKA (*Türk İşbirliği ve Kalkınma Ajansı*) foi fundada em 1992 com o objetivo de atuar em projetos sociais, econômicos e culturais nas novas repúblicas turcas surgidas do colapso da antiga União Soviética¹³ para mostrar a Turquia como um modelo democrático, secular, ocidentalizante e orientado pelo livre mercado para diminuir o peso da Rússia na região assim como impedir a influência do Irã (ÖZKAN; DEMIRTEPE, 2012, p. 648). Era a promoção do chamado “modelo turco”, a Turquia como uma referência para outras nações muçulmanas em que um determinado aspecto ou outro é utilizado, dependendo do momento histórico. A iniciativa da TIKA nos anos 1990 não foi bem-sucedida devido à instabilidade econômica e política na Turquia do período, tornando esse “modelo turco” menos atrativo além do ressurgimento da Rússia como um poder na Ásia Central. A situação apenas se transformou após o apoio e ajustes preconizados pelo Fundo Monetário Internacional – FMI, resolvendo a instabilidade financeira e uma coalizão política mais firme, já sob o AKP. Tudo isso coincidindo com os ataques de 11/09 nos Estados Unidos, em que o modelo turco voltou à ribalta, contudo dessa vez como um exemplo de islã moderado, democrático e de livre mercado, serviu para se realizar uma reorientação da TIKA, não limitando seu escopo apenas à Ásia Central, mas possui escritórios em 52 países (alguns com mais de um escritório, como o Afeganistão) e projetos em 150 países atualmente. Nessa nova reorientação, ela funciona como uma moderna agência de cooperação, seguindo os padrões do Comitê de Assistência em Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*idem*, p. 658) e atuando conjuntamente com outras agências e também continua como um importante instrumento de política externa da Turquia, porém seguindo o direcionamento estabelecido por Ahmet Davutoğlu (*idem*, p. 649).

A agência é usada em diversos projetos de infraestrutura e serviços, como educação e saúde, mas também onde os laços culturais e históricos turcos se fazem sentir, como nos Bálcãs e mesmo promover refeições de *iftar* durante o mês sagrado do Ramadã em comunidades muçulmanas carentes, da África à América Latina e estandes em feiras de livros, como a Feira Internacional de Livros de Bogotá em 2019.¹⁴ Além da Ásia

¹³ https://www.tika.gov.tr/en/page/about_us-14650, acessado em 31/05/2019.

¹⁴ <https://www.tika.gov.tr/en/news/list>, acessado em 31/05/2019.

Central e Europa, a TIKKA também atua fortemente na África, onde a Turquia busca ampliar sua influência econômica e diplomática (2012, p. 656) onde já possui escritórios em 20 países, sendo o continente em que se faz mais representada. O orçamento de 2018 foi da ordem de oito bilhões de dólares, tornando a Turquia no sexto país do mundo em assistência oficial em desenvolvimento.

1.3 Center of Strategic Research

Todas essas transformações da atuação turca em sua política externa estão em consonância com a busca pela concretização da nova geografia imaginativa da Turquia estabelecida pelos intelectuais em política externa do AKP, tornar-se uma potência média, com uma atuação não apenas regional, mas global. Essa busca por proeminência tem uma atuação em várias frentes. Uma delas, fundamental, é o convencimento dos intelectuais de estado, formuladores de política externa, de considerarem a Turquia como uma potência média e reconhecer suas áreas de influência. Dessa maneira, iremos analisar as publicações de um *think tank* turco, o *Center of Strategic Research*, e testar a hipótese se existem narrativas geopolíticas que constroem a geografia imaginativa da Turquia preconizada pelo AKP ao longo dos artigos de suas publicações.

A definição de *think tanks* é complexa e há uma diversidade na literatura a respeito que questionam se eles são instituições acadêmicas, de conselho aos formuladores de políticas públicas ou lobbistas (McGUNN, 2019, p. 18–19). O consenso que existe é a de que são organização que buscam influenciar, com suas pesquisas, a formulação de políticas públicas dos estados dos quais fazem parte (RICH, 2004, p. 11). Existe a percepção de alguns pesquisadores de que *thinktanks*, com foco em pesquisa sobre política externa, têm sido utilizados entre potências emergentes como uma maneira de “auxiliar no fortalecimento de cooperação entre potências emergentes”, embora as pesquisas sobre *think tanks* nos países emergentes ainda sejam escassas (McGUNN, 2019, p. 51–52).

Autores como Ahmad e Mughal (2011), ao estudarem os tipos de *think tank* que fazem pesquisas sobre política externa China, criaram uma classificação sobre os tipos de *think tank* chineses, os *think tanks* oficiais/governamentais; os semi-oficiais/acadêmicos e os que pertencem à sociedade civil/universidades (Ahmad; Mughal, 2011, p. 146). Os *think tanks* do tipo oficial são financiados exclusivamente pelo governo central, sendo subordinados a ele (*idem*, p. 146). Seus membros não possuem responsabilidades ou poder administrativo e buscam auxiliar na tomada de decisões dos formuladores de política externa. (*ibidem*). Apesar das grandes diferenças entre os modelos políticos-

administrativos turco e chineses, essa classificação é útil para tratar a respeito de *think tanks* ligados aos governos centrais dos países emergentes e o SAM encaixa-se, em parte, nesse conceito de *think tank* oficial. Para a geopolítica crítica, *think tanks* são instituições que fazem parte do conjunto de locais onde atuam os *intellectualls of statecraft*, aqueles cujos discursos elaboram geografias imaginativas que orientam os estados nas suas tomadas de decisão (Ó'THUATHAIL; AGNEW, 1992, p. 193).

O SAM foi fundado em 1995 com o objetivo de ser um órgão consultivo do Ministério das Relações Exteriores e outros órgãos da administração turca com “pesquisa acadêmica e avaliações científicas de questões importantes de política externa”¹⁵. Para cumprir com esses objetivos, o SAM afirma produzir pesquisas acadêmicas que debatem a atuação geopolítica turca no mundo assim como realiza a publicação de textos acadêmicos, notadamente na revista *Perceptions*, quadrimestral, com artigos de revisão por pares e publicada em inglês, mas também nas séries *SAM Papers* e *Vision Papers* (em que o ministro das relações exteriores publica sua “visão” geopolítica do mundo e do papel da Turquia na ordem global).¹⁶ Também são organizados eventos com intelectuais turcos e estrangeiros para a discussão de problemas de política externa que interessem à Turquia. Dessa forma, dentre outras de suas funções estaria a de estabelecer pontes entre o ministério das relações exteriores turco, organizações não-governamentais, outros *think-tanks* e com a comunidade acadêmica em geral.¹⁷ As publicações e esses encontros são momentos em que o SAM busca discutir e promover a visão geopolítica turca a uma audiência especializada de intelectuais de estado.

¹⁵ <http://sam.gov.tr/about-sam/>, acessado em 10/01/2020.

¹⁶ <http://sam.gov.tr/about-sam/>, acessado em 10/01/2020.

¹⁷ <http://sam.gov.tr/about-sam/>, acessado em 10/01/2020.

CAPÍTULO 2

Teoria e Método

Neste capítulo serão abordados os aspectos teórico-metodológicos desse trabalho assim como seus procedimentos técnicos, os quais possibilitaram a análise do capítulo final.

2.1 Abordagem Teórico-metodológica: A geopolítica crítica e a análise de discurso

A geopolítica é um subcampo da geografia, ciência política e relações internacionais (MOISIO, 2015). Peter Taylor (2000, p. 375) ainda vai mais longe dizendo é que um subcampo da geografia política, que é um subcampo da geografia humana que nunca esteve ao centro das ciências sociais. Além disso, em termos institucionais, a disciplina não conta com grande número de periódicos ou espaço acadêmico comparativamente com a disciplina de relações internacionais. Apesar disso, hoje há cada vez mais acadêmicos utilizando o termo e pensando sobre a disciplina (TAYLOR, 2000, p. 377), principalmente por causa da reconceitualização pela qual começou a passar há trinta anos que a aproximou das discussões epistemológicas que as ciências sociais também vêm observando no período. O que se chama de geopolítica clássica, baseada num determinado tipo de abordagem relacionada a competição interestatal no cenário internacional com base na geografia, continua a ser praticada, pôr o que podemos chamar de intelectuais de estado (*intellectuals of statecraft*). Essa noção de geopolítica, contudo, sofreu críticas desde os anos 1970 e uma visão mais estruturalista dos chamados sistema mundo e, a partir dos anos 1980, as teorias pós-estruturalistas fizeram seu percurso até a disciplina com um grupo, nomeadamente no mundo acadêmico anglo saxão, que desenvolveu a chamada geopolítica crítica.

2.1.1 A Geopolítica Clássica

O termo ‘geopolítica’ surgiu no final do século XIX com o cientista político sueco Rudolf Kjellén, que pretendia criar uma ciência a ser utilizada pelos altos escalões militares e políticos dos impérios para garantir a sobrevivência do estado baseada na relação entre espaço e poder (COSTA, 1990, p. 59). No entanto, isso seria apenas nomear uma prática acadêmica que já havia surgido em sua forma contemporânea alguns anos antes (as obras de Ratzel e Mahan sendo anteriores à cunhagem do termo) e como ações práticas dos estados em relação a uma determinada visão global do mundo, desde o início da modernidade com as grandes navegações europeias (AGNEW, 1998, p. 15). A geopolítica surgiu no contexto da grande expansão europeia do último quarto do século XIX, potencializada pela revolução industrial, desenvolvimento do capital financeiro e por um grande desenvolvimento tecnológico, em busca de acesso a recursos e mercados (COSTA, 1990; Ó’THUATHAIL, 1996, p. 16) criando uma competição regional e global entre esses países.

A geopolítica surge num momento de ascensão do colonialismo, imperialismo e nacionalismo (MOISIO, 2015), criada como um instrumento para a tomada de decisões dos estadistas em função da projeção de seu projeto nacional no cenário internacional (COSTA, 1990, p. 59), isto é, intimamente conectada com a expansão do capitalismo industrial e financeiro e a busca por mercados e matérias-primas através de disputas de hegemonia com os estados vizinhos. Ela tinha por objetivos garantir a sobrevivência do Estado e sua busca por proeminência e poder no sistema interestatal. A geopolítica, como disciplina estava em perfeito acordo com o contexto de surgimento de diversas associações e sociedades, políticas e civis, de orientação imperialista, nas grandes potências que buscavam popularizar a ideia em suas respectivas populações, que a empreitada colonialista era benéfica a todos (Ó’THUATHAIL, 1996, p. 16). Ela ainda coincide com a própria busca de afirmação Geografia como ciência e sua popularização nos últimos trinta anos do século XIX, com a criação de mais cátedras de geografia em universidades e sua expansão para o ensino secundário (Ó’THUATHAIL, 1996, p. 16).

Pode-se dizer que duas escolas se sobressaíram no início do século XX e que tiveram, de uma forma ou outra, influência na tomada de decisões dos estados. A escola alemã, inaugurada por Friedrich Ratzel, com sua obra *Geografia Política*, de 1897 e a escola anglo-saxã cujos expoentes clássicos foram Halford Mackinder, na Inglaterra e Alfred Mahan, nos Estados Unidos. Ratzel enxergava a unificação alemã como extremamente frágil e incompleta (com bolsões de população alemã em outros estados da Europa Central e do Leste) e seu trabalho pretende ajudar os “pragmáticos homens de estado” a enxergar o problema e resolvê-lo (COSTA, 1990, p. 32) através do conceito de

“senso geográfico”, o fundamento geográfico do poder político, já que o Estado seria um “organismo com uma íntima relação com espaço” (*ibidem*). Essa analogia com organismo e solo significa que o Estado, da mesma forma que os seres vivos nascem, se desenvolvem, estabelece relações e pode acabar e a medida de seu sucesso ou fracasso são as potencialidades do solo, ou seja, aquelas potencialidades geográficas como o relevo, vias de navegação e capacidade da agricultura, por exemplo (*idem*, p. 33). É um determinismo baseado no potencial que aquela geografia específica permite ao estado que só poderá se realizar caso haja coesão e unidade a ser conquistada por uma política nacional ou ideal nacional (*idem*, p. 34). Essas ideias vão inspirar diversos intelectuais do estado alemães até o apogeu desse tipo de pensamento na Segunda Guerra Mundial quando o nazismo se apropria dessa teoria para justificar sua expansão em busca de “espaço vital” para a Alemanha.

Alfred Mahan era um oficial naval americano que defendeu o desenvolvimento de uma poderosa marinha de guerra para os Estados Unidos já que concebe que o poder marítimo é o principal a ser cultivado por uma potência como os EUA. Os oceanos seriam um vasto espaço social e político, articulado ao espaço terrestre por portos e cidades (COSTA, 1990), por isso o desejo que seu país se dedicasse a construir uma ampla frota bélica. Halford Mackinder tem a trajetória peculiar porque pode escrever em diferentes momentos, da virada do século até a Segunda Guerra Mundial. Desenvolveu a ideia de que era necessário possuir uma “visão estratégica global”, se tornando global, com os acontecimentos nos estudos de geografia e nas elites políticas inglesas (COSTA, 1990, p. 76), um verdadeiro olhar distanciado e de cima do mundo, que agora estava plenamente conectado e “descoberto”, um mundo global em que os eventos políticos reverberam por todos os continentes (Ó’THUATHAIL, 1996, p. 21); e de que o poder terrestre era essencial a qualquer estratégia de poder global. Sua ideia de *Heartland*, uma imensa massa terrestre englobando partes da *Eurásia*, que permitiria o deslocamento da população desse território a todas as direções (COSTA, 1990, p. 77). A obra do geógrafo inglês é repleta de binaridades, como poder marítimo e terrestre e distinções culturais entre ocidente e oriente além de uma preocupação com a balança de poder europeia (MOISIO, 2015, p. 221). As formulações desses geopolíticos clássicos tiveram imenso alcance, inclusive atualmente, como pode-se perceber da terminologia apropriada e reelaborada pelos geopolíticos turcos a respeito da posição do país no mundo como um *estado pivô* (ou central, que na teoria de Mackinder é o Império Russo) (BILGIN, 2007, p. 748) ou do estado como organismo (*idem*, p. 745).

Depois da Segunda Guerra Mundial, o termo ‘geopolítica’ caiu em desuso na maior parte da academia, ficando restrito mais a círculos militares. A geopolítica estava associada à expansão nazista e a uma grande ideologização e, portanto, à não-

cientificidade acadêmica. Seu significado passou a ser o do “controle do espaço como uma via ao poder” (MOISIO, 2015, p. 222) Foi a ascensão da geografia política. Ela se desenvolveu durante a Guerra Fria e “compreendia a espacialidade do mundo político como um conjunto de fatores, forças geográficas que resultavam na capacidade dos atores estatais e que podiam ser analisados por um acadêmico treinado” (*ibidem*). Essa lógica geopolítica que compreendia um equilíbrio entre dois grandes blocos de poder sobreviveu na “tradição do realismo dos estudos em relações internacionais” (*ibidem*).

A geopolítica clássica quer discutir a prática da política internacional através de uma leitura que se funda em determinismos geográficos. A política internacional se explicaria pelas condições geográficas dos Estados e, dessa forma, qualquer estratégia de defesa do estado assim como sua expansão, deveria levar em consideração como o espaço se articula com o poder no cenário internacional. Dessa forma, a geopolítica é uma prática política que conjuga “poder, lugar, sujeitos e mundo de uma maneira única” (*idem*, p. 220) atuando “apenas com dados materiais da realidade política como recursos, localização, acesso ao oceano e a materialidade do poder como a capacidade militar” (Ó’THUATHAIL, 2003, p. 75); ela é prática porque convida os homens de Estado a utilizarem seus preceitos e estudos para reposicionarem seus respectivos Estados no espaço global. A geopolítica se colocava como objetiva e científica capaz de apreender as “realidades do poder político mundial” quando é, em verdade, uma “prática interpretativa cultural” (*ibidem*).

2.1.2 O surgimento da geopolítica crítica

A partir dos anos 1980, no contexto da ascensão dos estudos pós-estruturalistas nas ciências sociais e humanas, um grupo de geógrafos políticos se apropriou do conceito de geografia imaginativa de Said articulado com a teoria do discurso e de poder/conhecimento de Michel Foucault, e uma nova corrente ganhou forma se intitulando de geopolítica crítica para se distanciar da geopolítica clássica e da geografia política relacionada à política internacional, muito preocupadas com a prática das relações entre o ambiente físico em que se encontram os estados, com o território, os recursos, a geografia e a política externa. Ainda, a geopolítica era (e ainda o é) produzida para a tomada de ação pelos estados e sua busca para se afirmar como um discurso científico baseado em premissas dadas como objetivas e em fatos naturais imutáveis. A percepção de que a partir da pretensa cientificidade a lógica geopolítica estava imersa em ideologias, em construções discursivas cujas representações reducionistas de complexidades geográfica, histórica e política operacionalizavam ações bélicas (como no caso da teoria do domínio na Guerra Fria, que legitimou ações armadas diretas de EUA e URSS –Vietnã

e Afeganistão – ou apoio a ditaduras, guerrilhas e golpes, que dizia que se determinado país se tornasse comunista todo o seu entorno seguiria assim por diante até chegar no último bastião, os EUA) levou ao surgimento da Geopolítica Crítica.

A geopolítica crítica se preocupa com os discursos que alimentam a tessitura das ações práticas empreendidas pelos estados em suas relações externas já que seria “através do discurso que os líderes agem, é através da mobilização de alguns simples entendimentos geográficos que certas ações de política externa são explicadas (...)” (Ó’THUATHAIL; AGNEW, 1992, p. 191). De acordo com as premissas da disciplina, a própria geografia não é um fenômeno dado, natural, objetivo, não ideológico (*idem*, p. 192), mas sim um construto social e cultural. A geopolítica crítica vê como um discurso geopolítico busca estabelecer suas próprias verdades e enxerga a sua produção como política propriamente dita e não como uma “objetiva descrição da realidade” (Ó’THUATHAIL, 1998, p. 3). Percebe-se o conhecimento geopolítico como uma forma de descrição, uma representação da realidade do espaço político internacional que permite a seus formuladores o exercício do poder; por isso, a geopolítica crítica “radicalmente reconceitualizou a ‘geopolítica’ como uma complexa e problemática gama de discursos, representações e práticas” (POWER; CAMPBELL, 2010, p. 243).

Ao tratar a geopolítica como uma prática discursiva que permite a espacialização da política internacional pelos Estados, a geopolítica crítica pretende analisar como essa representação espacial do mundo, definidas pelos intelectuais de Estado, cria efeitos de verdade que definem regiões e povos e possibilitam a realização de determinadas práticas de política externa, ou seja, ela é parte ativa na construção do que é o cenário internacional. Como no exemplo de Edward Said em seu *Orientalismo* (1978) sobre a construção de um Oriente ontologicamente diferente do Ocidente com em que era possível justificar o controle e as intervenções das potências europeias na região. A própria forma da resignificação geográfica da Turquia no início do governo AKP em um país central com conexões com Europa, Ásia e África tendo vantagens geográficas em relação ao outros países centrais como Alemanha, Rússia e Irã que deveria cuidar não apenas de sua própria ordem, estabilidade e segurança, mas também das de seus vizinhos enxergando-se como um poder global e não mais periférico (DAVUTOĞLU, 2007, p. 78) e as ações perpetradas pelo Estado turco em busca da realização dessa nova imagem de si mesma no cenário internacional denotam como a lógica geopolítica trabalha e como ela pode ser vista como um discurso. Ele, nesse caso, busca reinscrever a Turquia no mapa político mundial por meio de uma nova leitura geográfica Turquia criando um sentido abstrato do que isso significaria em termos políticos.

A lógica geopolítica surge através do trabalho dos chamados intelectuais de Estado. Segundo Ó’Thuathail (1998, p. 9), eles criam, reelaboram, transformam o

discurso geopolítico e oferecem “regras imperativas que devem ser seguidas por quem detém o poder do estado”. Ó’Thuathail (*ibidem*) afirma que podemos vê-los como a continuidade da tradição do conselheiro do príncipe, aquelas figuras extremamente próximas do poder auxiliando o soberano sobre questões de estado e, por isso mesmo, poderosas dentro do sistema político. Dessa maneira, os geopolíticos buscam poder, maneiras de influenciar os rumos do estado e não sendo, de maneira alguma, observadores apartidários, distanciados, científicos, como a disciplina preconizava. Muitos geopolíticos ou estavam ou buscaram posições de poder; esses intelectuais são provenientes da academia, dos serviços de chancelaria, das forças armadas, de instituições pertencentes ou não ao Estado, como *think tanks*, e que “discutem, influenciam e conduzem as atividades do estado” (Ó’THUATHAIL; AGNEW, 1992, p. 193) e a mídia.

O processo que leva um intelectual a ser considerado um especialista depende de uma série de fatores como formação, rede de contatos, gênero, lugar e crenças políticas (Ó’THUATHAIL, 1998, p. 8) e o geopolítico crítico também pode investigar como as instituições possibilitam a ascensão desses intelectuais a especialistas em política internacional. Um caso notório é do próprio Ahmet Davutoğlu, principal formulador da política externa turca no período do AKP na Turquia. Davutoğlu teve uma formação acadêmica em locais de prestígio e ao longo de sua carreira foi desenvolvendo relações com os movimentos islamistas turcos e criando teorias pan-islamistas a partir de conceitos da geopolítica clássica se tornando um verdadeiro intelectual orgânico na acepção gramsciana, sendo o primeiro a elaborar um programa coerente de política externa dentro dos círculos do islã político turco (OZKAN, 2014, p. 121). A maior parte do tempo Davutoğlu publicou seu pensamento em veículos islamistas e não em periódicos acadêmicos (*ibidem*) criando uma reputação de um grande acadêmico, com uma visão geopolítica global, nesses círculos. O próprio Davutoğlu afirmou que pretendia que sua visão geopolítica fosse para a geopolítica turca o que as de geopolíticos clássicos como Spykman, Mackinder e Haushofer eram para a geopolítica em seus respectivos países (*idem*, p. 123). Quando o AKP venceu as eleições foi logo transformado em conselheiro para política internacional do primeiro ministro Recep Erdoğan; posteriormente foi alçado a ministro das relações exteriores onde pode aplicar com mais ênfase seu programa, foi alçado ao posto de sucessor de Erdogan quando este não podia se eleger para mais um mandato como primeiro-ministro e se elegeu presidente até entrar em conflito com o líder político de seu partido e ter que renunciar ao cargo sendo hoje um deputado na Assembleia Nacional turca.

Um ponto sensível da geopolítica crítica é a maneira que as lógicas geopolíticas são produzidas pelos intelectuais de estado nos estados hegemônicos e posteriormente se espalham para a produção geopolítica nos países periféricos em mais uma mostra do

poder que determinadas posições alcançadas por intelectuais de Estado podem alcançar. Eles inclusive definem como complexos conflitos em outros lugares do mundo devem ser lidos geopoliticamente. Os discursos geopolíticos, elaborados por esses intelectuais de estado, reverberam no que a geopolítica crítica chama de geopolítica popular, ou seja, a geopolítica contida em obras e veículos com ampla disseminação como filmes, jornais, revistas, telenovelas, entre outros. A popularização das lógicas geopolíticas por meio dessas plataformas também faz parte do escopo de pesquisa da geopolítica crítica porque ajuda a construir sentido para o público não familiarizado com as discussões geopolíticas e para que os intelectuais de Estado tenham suas teses cada vez mais aceitas e, conseqüentemente, tenham mais influência e poder; e mesmo os intelectuais de Estado não estão além da cultura nacional hegemônica e por ela são influenciados (SHARP, 2009, p. 316).

A geopolítica crítica também analisa a formação de identidades e diferenças a partir dos discursos geopolíticos. Essa operação subjetiva de inclusão e exclusão espacial (MOISIE, 2015, p. 225) ocorre porque o discurso geopolítico constrói seus conceitos de maneira binária, como Oriente e Ocidente, cristão e muçulmano, política interna e política externa, e conseqüentemente a construção de um é o espelho negativo do outro. A construção de identidades, portanto, não está relacionada somente pelos fatores que criariam laços entre um determinado povo, mas também a descrição daqueles que estão fora do espaço doméstico que não refletem apenas divisões inerentes do mundo, mas criando diferenças (SHARP, 2009, p. 361). A elaboração de uma geografia imaginativa indica para determinada população quem são inimigos ou aliados “naturais” por meio dos valores de identidade construídos. De acordo com Samuel Huntington, por exemplo, seriam por sistemas culturais. Ao definir geografia imaginativa Ó’Thuathail (2004, p. 84) afirmou:

Uma geografia imaginativa, então, pode ser definida como o caminho em que influentes grupos da vida cultural de um estado definem o estado e a nação no mundo. Ela trata dos atos primários de identificação e formação de laços de solidariedade em que populações desse estado se engajam.

Após trinta anos do lançamento de seus pressupostos, questionamentos a respeito da geopolítica crítica vão se estabelecendo. De acordo com Dalby (2010), há uma percepção de que a disciplina se expandiu muito e se por um lado questões como o meio-ambiente e gênero trouxeram perspectivas importantes haveria uma sensação de diluição do propósito inicial da disciplina de analisar “a escrita global do espaço”. Existem críticas ao foco estreito da geopolítica crítica por ter como objeto a política externa e, como análise de discurso, ser uma eterna crítica do que se fala e faz em geopolítica e não propor uma nova forma de se elaborar a geografia da política internacional. E ainda, que essa

preocupação com textualidade afasta a geopolítica crítica dos intelectuais de estado que efetivamente implementam as estratégias no dia a dia e que uma aproximação mais etnográfica deveria ser realizada. Por último, há o desalento de que a disciplina tem muito pouco impacto no debate e entre atores que elaboram as políticas espaciais externas de seus respectivos países (POWER; CAMPBELL, 2010, p. 244).

É importante notar que essa análise crítica da disciplina tem em sua origem geógrafos que já vêm praticando-a a algum tempo e demonstra justamente o desenvolvimento e capacidade de absorção de novos temas e novos olhares da geopolítica crítica que vem cumprindo importante papel no desvelamento do discurso da objetividade da geopolítica tradicional, que inscreve na terra¹⁸ espaços articulados com a busca pelo poder cujos resultados são invasões, apoios a conflitos bélicos que geram milhares de mortos e milhões de refugiados e a regimes opressores.

É o quadro teórico que cabe a nossa pesquisa já que pretendemos, justamente, analisar como tomou corpo na geopolítica turca um novo discurso sobre sua atuação no cenário internacional baseado numa reconfiguração de sentido de conceitos já existentes no *corpus* teórico geopolítico turco (BILGIN, 2007) além da construção de uma nova identidade (geo) política da Turquia que se relaciona com o islã político, praticado pelo AKP no coração de uma instituição do estado, o *think tank Center of Strategic Research* ligado ao ministério das relações exteriores turco.

2.1.3 A Geografia Imaginativa

Em 1978, Edward Said escreveu a obra que lhe projetou mundialmente, o *Orientalismo*. Baseado na teoria do discurso de Michel Foucault e na teoria da hegemonia de Antonio Gramsci, Said (2007) trabalhou com a construção da representação do Oriente no discurso intelectual europeu e americano nos séculos XIX e XX e suas consequências nas práticas sociais em relação a, especialmente, o mundo muçulmano das potências imperialistas do período e que, ainda hoje, mantém sua força. A disciplina que congregava os discursos formativos dessa ideia de Oriente era o chamado Orientalismo. Said demonstrou que ela era um discurso de poder, permeado de tendências políticas, intelectuais e culturais europeias que dizia muito mais sobre uma autopercepção do Ocidente em relação ao resto do mundo, e aos países muçulmanos estudados nesse caso em particular, do que a uma espécie de Oriente real. A questão de seu estudo não é se há

¹⁸ Refere-se ao conceito cunhado por Ó'Thuathail em *Critical Politics* (1996) para descrever como políticas são criadas e depois impostas ao mundo no cenário internacional, seria o uso da lógica geográfica para a serviço do poder. Cf. SHARP, 2010, p. 359.

uma correspondência entre discurso e um determinado Oriente real, mas de que forma esse discurso construiu uma efetiva representação do Oriente por e para o Ocidente, que permite a essas potências legitimar seu exercício de poder político, econômico e militar sobre os chamados “orientais”, ou seja, o “orientalismo como o estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente” (SAID, 2007, p. 29).

Ao utilizar-se do método de análise de discurso de Foucault, Said (*ibidem*) afirma que sem tratar o Orientalismo como um discurso, não é possível compreender como a “cultura européia foi capaz de manejar – e até mesmo produzir – o Oriente política, sociológica, militar, ideológica, científica e imaginativamente no período pós-iluminismo”. O Orientalismo é, portanto, uma poderosa ordem do discurso quando se trata sobre o Oriente, que estabelece seus dogmas, seus limites a qualquer um que queira escrever ou agir em relação ao Oriente (*idem*, p. 30), estabelecendo uma própria coerência interna. A disciplina elabora uma distinção geográfica entre Oriente e Ocidente que engendra distinções epistemológicas e mesmo ontológicas entre ambas as categorias. Said (*idem*, p. 31) então reelabora a afirmação de Vico sobre a construção da história pelo homem para dizer que “lugares, regiões e setores geográficos são construídos pelo homem”. E, nesse caso, de forma tão fundamental que hierarquiza os seres humanos e cria a diferença de *nós e eles*, que justifica o domínio de um pelo outro em que cabe, ao Ocidente, atributos superiores como a “ciência”, que permite o conhecimento do outro, de seu caráter, de sua psicologia, qualidades e defeitos, em suma, de sua inferioridade; ele conhece esse outro mais do que o outro a si mesmo, por isso poderia tutelá-lo na direção da modernidade europeia.

Para explicar melhor as diferenças estabelecidas entre Ocidente e Oriente pelo Orientalismo, Said (*idem*, p. 85) desenvolveu o conceito de geografia imaginativa. Ela mostra uma determinada relação entre espaço geográfico e político, estabelece o “nós e o eles” de acordo com representações, categorias discursivas que permitem criar espacialidades em que esse discurso se reconhece, “uma unidade geográfica, cultural, linguística e étnica” (*ibidem*); no caso do estudo de Said, o Oriente, o Islã e o oriental. É um lugar imaginado que encerra unidades de discurso e vocabulário próprios, formulada unilateralmente pelo *nós* a despeito *deles* e que estabelece características fundamentais do conjunto social, político e cultural dos que nele vivem orientando o que se produz sobre o outro ou sobre si mesmo em relação ao outro, construindo uma espécie de identidade negativa. Dessa forma, as pessoas que habitam no espaço determinado por essa geografia imaginada têm sua história, suas contribuições científicas, sua cultura, seu posicionamento no mundo moderno avaliados não de acordo com as circunstâncias históricas, sociais, políticas que as vão compondo, mas sim em decorrência de razões ontológicas que explicariam seu estar no mundo antes de qualquer outra coisa.

2.1.4 A Análise de Discurso

O filósofo francês, Michel Foucault, é fundamental para a teoria do discurso e as relações entre verdade e poder, método e princípios dos quais a geopolítica crítica agregou ao seu programa. Embora o conceito de discurso seja uma das ideias centrais na obra foucaultiana, ela é mais presente na sua fase arqueológica e encerra um importante ponto metodológico definindo as regras do fazer arqueológico (CASTRO, 2006), que é um “conjunto de enunciados que provêm do mesmo sistema de formação com seus modos específicos de temporalidade” (CASTRO, 2006; JØRGENSEN; PHILLIPS, 2002, p. 12). A verdade é, portanto, uma construção discursiva em que regimes de conhecimento determinam o que é falso e o que é verdadeiro (JØRGENSEN; PHILLIPS, 2002, p. 13). A partir dessa definição, Foucault buscou pesquisar os chamados regimes de conhecimento, as regras do porque podemos ou não dizer algo e os limites do que podemos considerar verdadeiro ou falso (*ibidem*), o porquê de alguns enunciados serem aceitáveis e inteligíveis, ou não, para determinados discursos. Um ponto importante a ser destacado é que para Foucault existe apenas um regime de conhecimento por período histórico, conceituação contestada por outras abordagens que defendem que há uma competição entre diversos regimes que buscam estabelecer seu efeito de verdade como hegemônico (*ibidem*).

A análise do discurso utilizada na geopolítica crítica é aquela derivada das teorias pós-estruturalistas que transformaram a visão de que existia uma espécie de neutralidade da linguagem e dos discursos e que foi utilizada por Michel Foucault para analisar as relações de poder presentes na sociedade sob mitos do conhecimento neutro e da objetividade da linguagem científica. O discurso seria “uma forma particular de se falar sobre o mundo e o entendimento que se tem sobre ele (ou um de seus aspectos)” (*idem*, p. 1), ou seja, o discurso é uma forma que possibilita uma determinada maneira de enxergar o mundo, que possui seus próprios limites que o permitem criar um sentido, naturalizando-o. De acordo com Orlandi (2012, p. 21), o discurso é a produção de efeitos de sentido entre interlocutores. É um “processo complexo de identificação de sujeitos, de argumentação, de subjetivação, construção da realidade, etc” (*ibidem*), o discurso dessa maneira não é “transmissão de informação” ou comunicação, mas produtor de sentido entre sujeitos.

De acordo com Jørgensen e Phillips (2002, p. 9), o acesso à realidade se dá pela linguagem, que cria uma representação dessa própria realidade: “O sentido e as representações são reais, objetos físicos também são reais, mas só ganham sentido através do discurso”. A realidade então não pode ser encontrada fora dos discursos; dessa maneira, o que se torna objeto de análise é o próprio discurso.

(...)Language, then, is not merely a channel through which information about underlying mental states and behaviour or facts about the world are communicated. On the contrary, language is a 'machine' that generates, and as a result constitutes, the social world. This also extends to the constitution of social identities and social relations. It means that *changes* in discourse are a means by which the social world is changed. Struggles at the discursive level take part in changing, as well as in reproducing, the social reality. (*ibidem*).

Dessa forma, a linguagem é que “constitui o mundo social”. É através dela que damos sentidos às coisas. Como as autoras colocam, a própria constituição de identidades e relações sociais é construída pela linguagem. Portanto, mudanças causadas por disputas entre diferentes discursos ajudam a transformar a própria “realidade social”. Assim, trabalha-se a língua como elemento vivo no uso de significar, de dar sentido ao que cerca o ser humano em sua existência. O discurso é um elemento sócio-histórico, portanto é ele construído, reelaborado e mudado ao longo do tempo com diferentes discursos disputando os efeitos de verdade na realidade social (ORLANDI, 2012, p. 16).

Existem algumas diferentes teorias de análise do discurso e segundo as autoras todas as correntes concordam com quatro pressupostos básicos (JØRGENSEN; PHILLIPS, 2002, p. 5): primeiro, que no nosso mundo, acessado pelas nossas representações, todo conhecimento deve possuir uma abordagem crítica, nunca aceitando sua naturalização, afinal, o conhecimento do mundo não é objetivo, nós categorizamos o mundo para poder acessá-lo. Isso significa que é preciso refletir sobre elementos que aparecem como dados, naturais. O conhecimento precisa estar em constante avaliação. Pensemos na abordagem da geopolítica crítica quando discute as categorias utilizadas nas teorias geopolíticas que pretendem reduzir os habitantes de uma região de acordo com sua localização geográfica, como os árabes, no *Orientalismo* (1978) de Edward Said.

O segundo pressuposto que Jørgensen e Phillips (2002, p. 5) colocam é o da especificidade histórica e cultural. Todo nosso conhecimento do mundo sofre de uma contingência cultural, histórica e, podemos acrescentar, espacial. Uma mudança em cada um desses itens já poderia transformar as categorias que utilizamos para representar o mundo, e que podem mudar dependendo das mudanças pelas quais passamos nesses três processos. Nem o conhecimento, nem as identidades são dados a priori, mas construídos social e discursivamente. Por exemplo, a transformação da identidade internacional da Turquia de um estado muçulmano secular para a de um estado do islã moderado e em ambos os casos o país se colocar como modelo são claras construções discursivas de identidade nacional.

O terceiro ponto é a conexão entre conhecimento e processo social. É através dos processos sociais que criamos e mantemos nosso entendimento do mundo com o conhecimento sendo construído através da interação social permitindo a construção de

verdades comuns e a competição entre o que é verdadeiro e o que falso (*ibidem*). Por último, é a ligação entre conhecimento e ação social. Esse pressuposto nos mostra a relação entre a construção do conhecimento e de verdades com a tomada de ação no mundo. Conseqüentemente, podemos dizer que nenhum conhecimento é desinteressado, pois ele possibilita um conjunto de maneiras de agir. Evidentemente esse tipo de pensamento sofreu duras críticas como a de que se tudo está em constante movimento não existiram quaisquer limites ou regularidades para a vida social (*ibidem*), mas a questão é que, em princípio, o conhecimento e as identidades estão em constante movimento, mas o que ocorre é que em determinadas situações ambas as categorias são um tanto inflexíveis, existe um limite no qual se pode aceitar determinadas afirmações como inteligíveis.

Para efetuarmos essa investigação baseada na análise do discurso, nos basearemos na proposta de Jørgensen e Phillips (2002, p. 139). Primeiro, o discurso deve ser entendido como estrutura e prática. Isso quer dizer que, no caso do discurso, o sentido nunca é estável e imutável, mas temporário e sujeitos a transformações, pois depende de como ele é significado nas práticas discursivas que os reproduzem ou os transformam (*ibidem*). Dessa forma, para compreendermos um discurso precisamos nos voltar para a produção anterior de sentidos no qual ele se baseia para analisar possíveis mudanças que se refletem nas práticas discursivas. Para que essa análise das mudanças seja feita utilizaremos os conceitos de Fairclough (*ibidem*) de interdiscursividade e intertextualidade.

O primeiro diz respeito à quando diferentes discursos são articulados juntos em um evento comunicativo (o veículo, plataforma onde o discurso aparece) e permitem perceber novas e complexas combinações de discursos. Essa combinação e recombinação de discursos são limitadas pelo estado em que se encontram suas disputas por hegemonia. A intertextualidade se refere a importância que a história tem para determinado texto assim como o contrário também é verdadeiro, já que expressões utilizadas na prática discursiva já foram utilizadas em outros textos e assim por diante. Esses dois conceitos, interdiscursividade e intertextualidade, ajudam a identificar processos de mudança social. Ainda, nenhuma prática discursiva reproduz fielmente estruturas anteriores, sempre há um elemento de mudança (*ibidem*). É preciso então analisar a prática discursiva sob a ótica da estrutura, do sentido com o qual se relaciona.

Para analisarmos essas mudanças de sentido, é necessário compreender a relação das práticas discursivas com a ordem do discurso na qual ela se insere e mesmo com outras ordens com as quais se relaciona. Um discurso é a atribuição de sentido dentro de um domínio em particular e uma ordem do discurso é composta pelos discursos de um mesmo campo social ou instituição (JØRGENSEN; PHILLIPS, 2002, p. 141). Cada

discurso que compõe esse campo busca preenchê-lo com seu próprio significado; a competição dos discursos pela hegemonia, o local em que se dá essa disputa e o senso comum que os permeia são objetos de análise do pesquisador (*ibidem*) que pode mapeá-los e distribuí-los dentro da ordem do discurso para compreender suas disputas e porque eles despontam.

É importante, na análise, distinguir onde a ordem do discurso se ancora e em que tipo de instituição, pois a prática discursiva é permeada pela prática social. Se o foco da pesquisa é em apenas uma ordem do discurso, como a nossa, cumpre procurar discursos provenientes de outras ordens, pois essa é uma das formas de ressignificação de uma ordem do discurso. Deve-se então dedicar atenção especial àqueles que trazem discursos de fora da ordem analisada e identificar quais são os discursos que estão sendo deslocados. Por fim, podemos dizer que a ordem do discurso é a base comum de uma variedade de discursos, que são os padrões de significado dentro dessa ordem.

Não existe uma metodologia única ou padrão para a análise de discurso. A análise comporta possibilidades multidisciplinares que permitem avaliar a construção de sentidos nos textos que são objeto de estudos. Além disso, a metodologia também possui limitações, pois o foco da análise é a formação de discursos que representam uma imagem desejada pela Turquia na ordem global, mais do que o impacto concreto das ações turcas. No caso do presente estudo, foi utilizada uma análise quantitativa aliada à codificação indutiva, com o auxílio do software QDA Miner Lite, em sua versão gratuita. Com os códigos em mãos, foi possível realizar uma análise das narrativas geopolíticas presentes no material. Na seção a seguir, será exposto o processo pelo qual se chegou à codificação indutiva, como se empreendeu a pesquisa e se chegou aos sentidos encontrados no *corpus*.

2.1.5 A Análise de Narrativas Geopolíticas

Narrativas são um tipo particular de estrutura que busca tornar coerente um conjunto de eventos, fenômenos e códigos vivenciados pelos seres humanos (PAMMENT, 2014, p. 50). É uma estratégia desenvolvida pela humanidade para compreender “o tempo, os processos e as mudanças” pelas quais passam (HERMAN, 2009, p. 2). Ainda, ela traz consigo um “conhecimento objetivo e subjetivo do mundo” (MOTTA, 2003, p. 2); a capacidade de enunciar transformações em sucessão que permite estabelecer o discurso narrativo e, dessa maneira, produzir significado e sentido ao que temos à nossa volta (*ibidem*) podendo-se considerar a narrativa também como uma forma típica de discurso (BROCKEMEIER; HARRÉ, 2003, p. 527).

Narrativas buscam construir sentidos para eventos humanos. Narrativas geopolíticas são discursos que buscam legitimar imagens, ações, identidades de um determinado ator. É a construção de uma geografia imaginativa, que permite a um estado definir-se no mundo; estabelecer objetivos políticos e a forma de agir para atingi-los; criar divisões entre si e os outros; delimitar áreas de atuação e segurança. É a construção de um espaço geopolítico baseado na elaboração de sentidos para a atuação de um determinado ator na ordem global. Atores estatais usam o discurso para construir narrativas com o “objetivo de influenciar as opiniões e o comportamento dos outros (MISKIMMON *et al*, 2013, p. 10).

Once we take these processes into account, we find that far from being passive recipients of narratives from above, most audiences hold nuanced understandings of the strategic narratives circulating in their media ecology. Not only that, but they are aware of, and take into account, the way those narratives are formed, projected, and mediated. Consequently, audiences are not a blank slate for narratives to be projected onto, and skilful practitioners of strategic narratives must take into account the political and media literacies of their target audiences if they are to create a credible and convincing narrative (MISKIMMON; O’LOUGHOLIN; ROSELLE, 2013, p. 18).

No entanto, as narrativas não são efetivamente aceitas pelo seu valor de face pela audiência que a recebe. Por isso, ao elaborar narrativas geopolíticas, deve-se ter em mente para qual audiência se pretende passar e construir a narrativa de forma mais “crível e convincente”. Se o objetivo é convencer outros intelectuais de estado e acadêmicos, é necessária a criação de um espaço onde as ideias devem circular de forma reconhecida por pares como local de produção de artigos científicos, mesmo que a temática seja voltada para a atuação internacional de um estado.

Neste trabalho, um conjunto de narrativas encontradas em diversos artigos de acadêmicos e intelectuais de estado turcos, busca criar uma nova geografia imaginativa para a Turquia. O mundo é reespecializado para comportar uma atuação geopolítica mais proativa na ordem global. Os artigos, que pertencem a publicações de um *think tank* de pesquisa ligado ao ministério das relações exteriores da Turquia, contêm narrativas geopolíticas que engendram o discurso de um novo papel para o país.

2.2 Procedimentos técnicos

2.2.1 O SAM e suas publicações

Ao observarmos como tem sido o comportamento turco frente à ordem global desde a ascensão do AKP, é nítido que o governo turco busca emitir sinais de que houve grandes mudanças na maneira como a Turquia se identifica geopoliticamente e, como consequência, como age no cenário internacional baseada nessa nova identidade. A busca por um status de potência média, que desafia a assimetria do poder de decisão das instituições internacionais, concentrado nas mãos de grandes potências e que consegue projetar seu poder de forma regional e global era o objetivo da política externa turca no período analisado.

Assim, pretende-se analisar as mudanças no pensamento geopolítico turco pelas publicações *Perceptions*, *Vision Papers* e *SAM Papers*, que pertencem a um *think tank* turco, o *SAM*, ligado ao Ministério das Relações Exteriores da Turquia. É um centro de pesquisa em relações internacionais e geopolítica, de caráter consultivo para as ações da chancelaria turca e qualquer outro órgão governamental que busque orientação em política externa e que existe desde 1995. Sua principal publicação é a revista *Perceptions*, quadrimestral, publicada desde 1996, já tradicional, diferentemente das outras publicações: o *Vision Papers* consistiu em artigos produzidos por Ahmet Davutoğlu quando do seu exercício como ministro das relações exteriores turco para mostrar suas ideias geopolíticas. Já o *SAM Papers* busca artigos acadêmicos que abordem problemas específicos que interessam a comunidade acadêmica também voltada para a política externa da Turquia, suas características, em geral, são menos acadêmicas e mais políticas. Todas as publicações são em inglês, portanto as geografias imaginativas produzidas nelas se dirigem a um determinado público internacional, intelectuais de estado e acadêmicos de outros países. Para além das publicações, o *SAM* realiza colóquios, *workshops*, palestras e painéis de discussão sobre política internacional.

Nessa investigação, procura-se se debruçar nos padrões, nos lugares-comuns, nas narrativas geopolíticas turcas que buscam estabelecer a hegemonia de uma nova geografia imaginativa para a Turquia com a chegada do AKP no poder, dentro das publicações elencadas do *SAM*. É compreender como as práticas discursivas (a produção e o consumo do texto), construíram significados que se tornaram hegemônicos na produção da política externa turca. O teor da política externa nos anos AKP está associado às ideias de Ahmet Davutoğlu, que defendeu a Turquia como um país central e com capacidade de atuação no seu entorno regional, diferentemente do tradicional posicionamento turco na esfera

internacional, em que a Turquia se considerava um país central, mas cercado de inimigos, e ocidental com sua política voltada para a Europa e para os Estados Unidos.

Nos artigos analisados, se analisará as narrativas geopolíticas presentes e como elas buscam moldar uma nova percepção da Turquia na ordem mundial. Essa nova geografia imaginativa estabelece uma nova forma de atuação no cenário internacional, ressignifica que tipo de relações externas com seus vizinhos a Turquia deve ter e defende qual o papel da Turquia no quadro da pós-Guerra Fria. Há claramente uma reorientação de significados – como a ideia de “estado central” (BILGIN, 2007) e de “modelo turco” – e de afirmação de ruptura com o passado estabelecendo o novo, a “nova Turquia”, “a nova política externa”. Pretendemos analisar essas transformações discursivas no seio de publicações do *think tank SAM* porque ele faz parte do estado turco e publica materiais que refletem sobre a prática geopolítica da Turquia.

2.2.2 Perceptions

A revista *Perceptions* é de longe a mais tradicional, prestigiosa e regular das publicações do *SAM*, com artigos de intelectuais turcos e estrangeiros que trabalham com temas de interesse da comunidade de intelectuais de estado turca do Ministério de Relações Exteriores. A revista é quadrimestral, publicada desde 1996 e revisada por pares. O *think tank* avisa, na seção de escopo e objetivos da revista,¹⁹ que as opiniões são as dos autores e não a da instituição. O corpo editorial, no entanto, tem quatro membros, sendo dois pertencentes ao *SAM*, tendo voz na escolha dos artigos. Após a primeira seleção de artigos pelo corpo editorial, eles passam por dupla análise por pares acadêmicos e especialistas. Para efetuar a análise nessa dissertação, o período a ser trabalhado será de 2009 até 2016, que compreende o tempo em que Ahmet Davutoğlu foi ministro das relações exteriores e primeiro-ministro turco e esteve em uma posição de poder para implementar sua própria visão da política externa turca e coordenar os esforços de divulgação do projeto geopolítico turco.

2.2.3 Vision Papers

Quando Ahmet Davutoğlu se tornou ministro das relações internacionais, ele estabeleceu uma série de publicações específica dentro do *SAM* que explorasse a visão pessoal dele sobre a política externa turca e sobre importantes acontecimentos no cenário

¹⁹ <http://sam.gov.tr/aims-and-scope/>, acessado em 13/06/2019.

internacional. Na definição do escopo e objetivos da publicação o sítio da instituição explica que a *Vision Papers* busca articular a visão de Davutoğlu em assuntos internacionais do momento com “um olho em estimular o debate informado sobre esses temas no mundo.” São apenas seis artigos, com os três primeiros inclusive traduzidos para outras línguas, dependendo da questão regional de que trata o artigo. Iremos em seguida apenas indicar os artigos que serão trabalhados.

O primeiro deles se chama *A Forward Looking Vision for the Balkan* se seu aproveita do aniversário de quinze anos do Processo de Cooperação do Sudeste Europeu para discutir as “bases normativas e a política de princípios para a cooperação regional” através dessa organização dos países balcânicos para propor uma nova visão de atuação conjunta dos países da região para formar um novo polo econômico e político.

O segundo artigo, *Global Governance*, uma temática que Davutoğlu considera importante e cuja “abordagem metodológica deve ser criteriosa” com uma clara definição do que seria o “global” para ensejar a elaboração de um sistema de governança global mais eficiente. Em *Principles of Turkish Foreign Policy and Regional Political Structuring*, são retomados pontos da política externa turca de Davutoğlu, sob à luz da crise financeira internacional e da Primavera Árabe, para demonstrar sua solidez e a da capacidade da Turquia em ser um importante ator regional com contribuições a dar sobre ambas as crises.

No artigo *New Vision for Least Developed Countries* surgem propostas de como ajudar esses países e o papel que a Turquia pretende desempenhar como uma liderança dos países menos desenvolvidos, notadamente na África- onde a Turquia começou a estabelecer uma forte presença com aberturas de embaixadas e agência de cooperação- e, em particular, o caso da Somália. No paper *Turkic Republics since Independence: Towards a Common Future* é tratada a situação geopolítica da região Ásia Central. Davutoğlu reitera as ligações culturais, históricas e geográficas com os países da região e busca fazer uma análise da mudança do sistema geopolítico da Eurásia com as independências dessas nações em relação à antiga União Soviética. Em *Turkey's Mediation: Critical Reflections From the Field*, o ex-ministro aponta para um mundo em conflito, especialmente no Oriente Médio, que necessita urgentemente de mediação. A localização da Turquia está no centro de uma série de conflitos regionais a sua volta que a atingem direta e indiretamente. Davutoğlu então posiciona a Turquia ao lado de outros países como um mediador de conflitos no mundo e estabelece um guia metodológico de como fazer uma mediação.

Todos esses artigos são interessantes porque partem do próprio ideólogo da política externa turca durante mais de uma década. Podemos estudar as relações desses artigos com a produção mais acadêmica da revista *Perceptions* no mesmo período e

observar as relações que se estabelecem entre a visão de Davutoğlu e o que se publica no periódico.

2.2.4 SAM Papers

A descrição dessas publicações é bem sucinta e indica trabalhos acadêmicos que dizem respeito a temas de interesse da comunidade de estudiosos, especialistas e intelectuais que pensam as relações internacionais da Turquia. São artigos que trabalham especificamente a Turquia, de relações bilaterais passando por organizações internacionais, questões religioso-identitárias, até análises mais gerais sobre o que é a política externa turca nos governos do AKP. Todos os artigos, até a saída de Davutoğlu do poder, foram analisados neste trabalho.

Para esse trabalho, optou-se por analisar as três publicações com um recorte temporal de 2009 a 2016, período em que Ahmet Davutoğlu ocupou os postos de ministro das relações exteriores e, em seguida, de primeiro-ministro turco. Para selecionar os artigos das publicações para compor o *corpus* da pesquisa, foram escolhidos aqueles que continham a palavra-chave “Turquia”. Posteriormente, excluem-se os textos que eram resenhas de livros para focar apenas nos artigos que pretendiam explicar algum aspecto da atuação geopolítica da Turquia. Dessa maneira, o *corpus* foi composto de 144 artigos.

2.2.5 A codificação indutiva do *corpus*

Para se chegar à codificação, precisa-se primeiro fazer uma análise prévia, ou seja, definir qual será o material analisado para a composição do *corpus* da pesquisa, que são os documentos que serão utilizados. A partir desse momento, se estabelecem os objetivos buscados dentro desse material até chegar aos indicadores que permitem a análise do texto (BARDIN, 1977, p. 95). Durante esse primeiro momento, é necessário entrar em contato com o material, realizar o que Bardin (*idem*, p. 96) chamada de “leitura flutuante”. Esse momento de primeiro contato com o material serve para observá-lo, deixando a leitura mais atenta e permitindo a formulação de hipóteses e procedimentos metodológicos que podem ser aplicados para a análise (*ibidem*). Após a análise dos documentos, deve-se estabelecer quais deles entrarão no processo de pesquisa.

A autora estabelece algumas regras para a definição do material que será efetivamente analisado (BARDIN, 1977, p. 97). A da “exaustividade”, em que ao se definir que tipo de material será analisado, ir atrás de todos os textos que correspondam

a esse campo. No caso dessa pesquisa, os artigos acadêmicos das revistas do *Center of Strategic Research (SAM)*. Em seguida, tem-se a regra da “representatividade” do material, quando se trabalha por amostragem, em que o que fica precisa ser representativo do todo do material. Na análise que foi realizada nessa dissertação, houve um corte temporal e a exclusão de um determinado material, que será explicado mais adiante.

Após a definição da representatividade do material, Bardin fala da “homogeneidade” do material selecionado, da precisão dos “critérios de escolha”, que nesse caso foram as características de textos acadêmicos e políticos presentes na instituição que continham um determinado significante, “Turquia”. Por último, a regra da “pertinência”. Essa regra estabelece que os documentos “devem ser adequados enquanto fonte de informação de modo a corresponderem aos objetivos que suscitam a análise” (*idem*, p. 98).

A partir desse momento, definem-se as hipóteses e os objetivos da pesquisa, se ela está ou não dentro de uma determinada abordagem teórica que estabelece limites do que se quer encontrar dentro do texto. No caso desse estudo, quais narrativas emergem na construção da geografia imaginativa da Turquia nas publicações do *SAM*. Com isso posto, é necessário estabelecer índices para a criação de indicadores que servirão à análise (*idem*, p. 99). Esses índices são ponto de partida da análise do material, eles podem ser temas ou palavras que aparecem no texto. Nessa dissertação, o índice utilizado, é o significante “Turquia”. É a partir dele que se criaram códigos para o registro dos dados brutos do *corpus* e, posteriormente as narrativas geopolíticas que são analisadas no último capítulo.

A codificação é a transformação desses dados encontrados no *corpus* efetuados por “recorte, agregação e numeração” (*idem*, p. 103), que permitirá chegar, no caso desse estudo, às narrativas que serão interpretadas pelo pesquisador. Ela é não um fim da pesquisa, mas um meio para se chegar à evidência (BAZELAY, 2013, p. 125). Codificar é dar um rótulo a uma passagem baseado no que se entendeu sobre ela. Esse rótulo, código, é usado tanto para “representar quanto para acessar uma determinada passagem no material junto com dados iguais ou similares” (*ibidem*). Codificar significa dessa maneira, recontextualizar os dados; eles são fragmentados no material para serem ressignificados em um novo contexto (BAZELAY, 2013, p. 128). Esse processo de codificação é feito através da leitura do material e a classificação feita pelo pesquisador, que irá refinando seus códigos a cada nova leitura, construindo seus significados indutivamente.

Para organizar a codificação é necessário fazer um recorte e escolher qual a unidade de registro a ser utilizada para demarcação dos códigos e “criação de categorias e uma contagem frequencial” (BARDIN, p. 104). Essa unidade de registro pode ser um tema ou uma palavra e é ela que será codificada. Neste trabalho, a palavra que foi

codificada em todo o *corpus* foi “Turquia”. Isso significa que toda vez que a palavra “Turquia” aparecia no texto, ela era analisada para se observar que sentido era dado a ela em cada contexto, que efeito de verdade estava sendo construído cada vez que ela aparecia. A partir daí, foi feita a análise dos dados encontrados.

Os códigos não são rígidos, podendo ser mudados, reescritos e renomeados de acordo com o andamento da pesquisa e das percepções e interpretações do analista. “Codificar serve para organizar e ordenar os dados de uma maneira que seja fácil traçar tudo o que você tem sobre determinado assunto. Tudo que foi dito ou que é sabido está em um lugar” (BAZELEY, 2013, p. 127). Dessa maneira, é importante nomear os códigos encontrados para poder encontrar as passagens relacionadas a ele mais facilmente no texto, assim como para poder juntar outras passagens; nomear conecta as passagens similares e permite que se observe a ocorrência de padrões no material utilizado (*idem*, p. 128).

A codificação foi feita indutivamente, ou seja, não foram criados códigos pré-estabelecidos em que o signo “Turquia” era encaixado, mas os códigos foram sendo elaborados conforme eram identificados no *corpus*. Ao final foram feitos alguns refinamentos, em que códigos foram incorporados a outros, pois compunham a mesma narrativa. E a categoria que incorporava aos códigos é também “Turquia”, pois é a composição de narrativas que elabora a nova geografia imaginativa do país. É importante ressaltar que o trabalho de codificação é subjetivo e seus limites são os do pesquisador que os cria. Um pesquisador diferente pode olhar para os dados e estabelecer diferentes códigos e categorias.

2.2.6 A Tabela de Códigos

Código: Turquia é uma potência média emergente	
Descrição e uso	Código aplicado aos trechos em que a Turquia é descrita como uma potência média em ascensão, sua transformação e a criação de objetivos decorrentes dessa mudança assim como o desenvolvimento de estratégias e instrumentos de atuação ao longo do período estudado.
Exemplo	<i>“One of the novelties of this paper is to reassess Turkey’s changing power status in the complex power hierarchies and categories under the auspices of “rising/emerging middle powers” occupying a middle ground between traditional middle powers and non-traditional middle powers, mainly due to its unique position and its bridge building role between “the West and the rest” (DAL, 2014, p. 108).</i>
Código: A Turquia busca fazer valer seus interesses	
Descrição e uso	Esse código é aplicado a todas as passagens que ressaltam a Turquia atuando em prol de seus interesses nacionais e objetivos geopolíticos confirmando sua posição de potência média.
Exemplo	<i>“The United States wanted to send its troops to the northern front via Turkey; however, the Turkish Parliament rejected a motion on 1 March 2003 which would have allowed the deployment of up to 62,000 US troops in Turkish territory. Then the United States needed to use Turkish airspace for the northern front. This time, negotiations were marked by uncertainty and tension. The underlying reason for Turkey’s ambivalence is that it was caught between its political priorities and strategic relationship with the United States. It should be noted that the two sides obviously had different priorities regarding the Iraq issue. Thus, Turkey decided to stand outside of the “coalition of willing” in Iraq by not allying with the US.” (YESILTAS, 2009, p. 34–35).</i>

Código: A “profundidade estratégica”: a história, a geografia e a cultura forjam uma nova identidade à Turquia	
Descrição e uso	Esse código foi estabelecido para quando a narrativa enfatiza aspectos históricos, geográficos e identitários na justificativa da importância estratégica da Turquia como potência no cenário internacional.
Exemplo	<i>“Yet another cost of the alliance with the West was incurred in Turkey’s relations with neighbouring regions. Turkey, as reflected in terms such as the ‘frontline state’ or ‘southern flank’ of NATO, defined its external policies within the broader outlines of the Western alliance, and to the extent that it did so, could not develop independent regional policies. In addition, in an international environment where bipolar competition had placed the countries in the Balkans and Middle East in opposite camps, and the Black Sea, Caucasus and Central Asian countries had come under direct Soviet control, Turkey’s isolation from its neighbouring regions was further deepened.”</i> (KARDAS, 2011, p. 25–52.
Código: O AKP liderou a Turquia ao seu novo papel na ordem global	
Descrição e uso	Esse código é utilizado para discutir a atribuição dada ao AKP como a entidade política responsável pela transformação da política externa turca no século XXI.
Exemplo	<i>“Since the Justice and Development Party (AKP) came to power in 2002, Turkey’s foreign policy has reflected a more “value oriented” outlook towards order, both in discourse and practice. The new foreign policy approach towards order is more interested in “building influence” in its region as well as across the globe through international institutions. In this regard, the new rulers did not just capitalize on the “active diplomatic initiatives of the 1990s”, but also demonstrated increasing “willingness” to adopt a new “order building role” in the last decade especially through the UN platform.”</i> (GÖK, 2014, p. 89).

Código: A ascensão da Turquia ocorreu pela resolução de problemas internos	
Descrição e uso	O código busca mostrar a correlação entre a solução de antigos problemas internos turcos e a possibilidade de sua atuação internacional mais proativa durante o governo do AKP.
Exemplo	<i>“In this section it will be argued that Turkey’s domestic transformation, specifically the consolidation of democracy and economic growth, is the background to the new foreign policy. Turkey’s domestic reforms have enabled the new ruling elite to implement political views that are radically differentiated from the previous era, and, along with rapid economic growth, has increased the power of the country and been the main factor in the emergence of Turkey as a stabilizing force and peace-promoter in the region.” (DINÇ, 2011, p. 61).</i>
Código: A Turquia é um modelo combinando islã, democracia e capitalismo	
Descrição e uso	Esse código é aplicado quando a Turquia é tratada na vertente de sua europeização e ocidentalização combinada com uma população majoritariamente muçulmana e isso é visto como um ativo tanto para o islã (dissociação de islã e terrorismo/fanatismo) e para os aliados ocidentais da Turquia, mas também contra a tese de choque de civilizações.
Exemplo	<i>“In the post-September 11 world, Turkey and its historical experience of modernity has constituted a significant case for the possibility of the coexistence of Islam and democracy. As a social formation with a large Muslim population, Turkey has succeeded in establishing itself as a modern nation with a strong secular state structure, transforming its political system into a multiparty parliamentary democracy and creating a free-market economy.” (KEYMAN, 2010, p. 7).</i>

Código: A Turquia não está se desocidentalizando, mas se reposicionando na ordem global	
Descrição e uso	O código em questão é utilizado para todos os trechos que ressaltem a correlação de valores identitários internos da Turquia e a transformação da identidade turca no cenário internacional para justificar suas ações ou de outros atores internacionais.
Exemplo	<i>“Prime Minister Recep Tayyip Erdoğan’s reprimand of Israeli President Shimon Peres at the World Economic Forum meetings and his call to Egypt’s Hosni Mubarak to step down were memorable. These same discourses and criticisms generated scepticism both in Western public opinion and domestically. Those criticisms and condemnations were considered by the critics of JDP’s foreign policy in debates about the “axis shift or change of direction in Turkish foreign policy” and the “Middle Easternisation of Turkish foreign policy”. Generating controlled tensions and using these tensions to express commitments and moral positions is a widely used instrument of Turkish foreign policy. However, Turkey’s material contributions to structural peace building efforts had much more concrete impact.” (KÖSER, 2013, p. 178–179).</i>
Código: A nova Turquia precisa de uma nova narrativa de si	
Descrição	Esse código aborda o desenvolvimento de uma ideia de que há uma nova Turquia que precisa ter sua história narrada para o mundo.
Exemplo	<i>“The changes taking place in Turkish society and foreign policy are as much triggered by ruptures in the regional and global system as they are by those taking place within Turkey itself. Turkey, which has become one of the important actors in the regional order and the global system, is experiencing this transformation in tandem with its unique conditions. It is thus correct to say a “new Turkish story” is emerging. The changes born out of Turkey’s internal dynamics, and its consequent effects on foreign policy, are seen through a wide swath from Europe to America, the Middle East to Asia, and prompt a new discussion about Turkey on different platforms, ranging from international relations to political science and cultural studies. These new dynamics which have emerged in the recent episodes of Turkish modernization are also adding new dimensions to Turkey’s traditional relations with Europe and the United</i>

	<p><i>States. As I have discussed elsewhere, the new Turkey is emerging as a result of a new geopolitical imagination on the one hand, and Turkey's economic and security-based priorities on the other. The tectonic changes in Turkish foreign policy can be reduced neither to ideological considerations, nor to Realpolitik anxieties.</i>" (KALIN, 2011, p. 7).</p>
<p>Código: O crescimento econômico e a política externa turca são inter-relacionados</p>	
<p>Descrição e uso</p>	<p>Esse código é sobre a construção narrativa da importância da nova política externa turca no desenvolvimento econômico da Turquia e como ambos os casos de sucesso se retroalimentam.</p>
<p>Exemplo</p>	<p><i>"The economic implications of socio-political instability and polarization proved to be lower economic growth rates, chronic hyperinflation and the complete loss of fiscal discipline leading to abysmal budgetary performance. Speculative attacks in the presence of substantial budget deficits were among the main causes of successive financial crises that hit the Turkish economy in 1994, 2000 and 2001. Evaluated in the light of these prominent trends of instability, the post-2001 period represented a clear rupture in the historic transformation trajectory of the Turkish political economy, which witnessed both the restructuring of a 'regulatory state' through comprehensive institutional/regulatory reforms, and a positive macroeconomic environment characterized by high and sustained growth rates, lower inflation, fiscal discipline, unprecedented levels of FDI inflows and the completion of large-scale privatization programs. In the post- 2002 period, it is also possible to discern mutually reinforcing dynamics between the galvanization of macroeconomic stability and strong growth momentum on the one hand, and sustainability of the renewed activism in foreign policy on the other, both coalescing to transform Turkey into a credible regional power."</i> (UNAY, 2010, p. 27).</p>

Código: A Turquia vista de fora: “ela não compartilha os valores da Europa”	
Descrição e uso	Esse código aborda a construção imagética da Turquia para populações de países da União Europeia.
Exemplo	<i>“In fact, Italian conservatives seem currently divided on Turkey and Turkey’s European integration. Turkey’s very belonging to European and Western civilization is questioned by parties, or individual leaders within parties, that subscribe to the view that Europe’s response to the dangers and challenges of globalization should be to rediscover its roots and tradition, starting with Christianity. These are the same parties demanding that European officials in Brussels more rigorously and conservatively define Europe’s borders, geographically as well as culturally.” (ALESSANDRINI, 2011, p. 94).</i>
Código: A Turquia hoje é uma democracia que foi construída ao longo da história republicana	
Descrição e uso	Esse código se aplica nas passagens em que se discute a construção da democracia na Turquia e sua consolidação sob o AKP.
Exemplo	<i>“For this reason, the perspective of modernity has to be completed with a critical analysis of the history of contemporary Turkey from the perspective of democracy and its consolidation. As has been suggested by many, although Turkey’s travel in modernity has always involved a reference to democracy, this history has revealed a paradox: a ‘success’ in the transition to democracy, but a ‘failure’ in making it consolidated.” (KEYMAN, 2010, p. 12).</i>

Código: Idas e vindas: o movimento da diáspora turca e a diminuição da emigração é um sinal do sucesso da nova Turquia	
Descrição e uso.	Esse código se aplica aos trechos que mostram a Turquia como um país que era predominantemente de emigração dos anos 1950 a 1990 a um país que conseguiu diminuir esse êxodo da população e até mesmo receber imigrantes à prosperidade econômica e desenvolvimento democrático dos anos 2000, no ciclo de governo do AKP.
Exemplo	<i>“Many Turkish emigrants who previously settled in various European countries are returning to Turkey, but not all of them permanently. Many of the first generation migrants who migrated in the 1960s and 1970s and later retired have started living six months in Turkey and six months in Europe. They prefer to keep in contact with, for example, the health services and pension systems, and they often do not wish to give up their houses, and try to keep in contact with their relatives, who live both in Turkey and abroad. Meanwhile, children of migrants who were born in Europe or grew up there also sometimes return to Turkey because they wish to connect with their roots.”</i> (IÇDUYGU, 2012, p. 20).
Código: A Turquia defende os direitos humanos	
Descrição e uso	Nesse código, é narrada a adesão da Turquia a tratados internacionais para demonstrar seu compromisso com valores democráticos além de ações tomadas internamente pelo governo AKP para se diferenciar dos períodos anteriores à sua chegada ao poder.
Exemplo	<i>“Therefore, since coming to power in 2002, the Justice and Development Party firstly broke the shackles of the minds and made revolutionary reforms in issues that were regarded as taboos. For example: the state of emergency, which allows for the suspension of human rights, exists in the legislations of almost all countries. However, this practice may bring about abuses and bad practices. The 25 years of state of emergency which was declared due to terrorism was abolished only 12 days after the formation of our Government on 30 November 2002. Indeed, being the first action of our Government, it was a clear sign of our human rights perspective.”</i> (ARINÇ, 2013, p. 6).

Código: A Turquia ainda é um país em desenvolvimento	
Descrição e uso	Esse código especifica que a Turquia ainda é um país em desenvolvimento, com muitos problemas característicos dos países do sul global, e como isso pode afetar seu projeto de potência média.
Exemplo	<i>“Because Turkey is still a developing country, the government has not made its external spending a high profile issue and thus reliable and consistent figures are not always easy to come by. In addition, since up to 75% of spending on major crises has come not from budgetary allocations but from government-organized telethons, there are questions about how “donor fatigue” could more easily undermine the sustainability of Turkish efforts.” (GILLEY, 2015, p. 46).</i>
Código: A Turquia construiu um papel de liderança internacional emergente	
Descrição e uso	Desse código são retirados trechos que corroboram a narrativa da Turquia como potência média em ascensão demonstrada em situações de liderança e proatividade no cenário mundial.
Exemplo	<i>“The mayor of Mogadishu is more blunt: “If I request computers from the UN, they will take months and require a number of assessments. They will spend US\$ 50,000 to give me US\$ 7,000 of equipment. If I request computers from Turkey, they will show up next week.” (GILLEY, 2015, p. 46).</i>
Código: A Turquia sempre acolheu refugiados e exilados	
Descrição e uso	Esse código foi criado para os trechos em que a Turquia aparecia como lugar de acolhimento de refugiados.

Exemplo	<p><i>“Turkey has long been a land of asylum, particularly for refugee flows from the Balkans, since its inception in 1923. Since the 1980s the influx of refugees and irregular and transit migrations to Turkey, particularly from the Middle East but also from Africa and Asia, have intensified. In 1988 and 1991 Turkey had to deal with the Iraqi Kurdish refugee flows. The 1991 refugee flow, when more than one and a half million Iraqi Kurds were amassed by the mountains bordering Turkey, Iraq, and Iran, was the biggest refugee crisis in recent memory, and Turkey opened its border to around half a million Iraqi Kurds. Today, due to the onset and intensification of violence in Syria since early 2011, Turkey is trying to cope with another refugee influx from Syria. The number of Syrian refugees has currently reached half a million and is expected to grow given the escalation of violence in Syria, which will further strain Turkey’s already overburdened refugee and asylum regime.” (IHLAMUR-ÖNER, 2013, p. 191).</i></p>
<p>Código: A religião tem um projeto de potência da Turquia</p>	
Descrição e uso	<p>Esse código aborda os caminhos do modelo religioso turco pré e pós AKP como modelo islâmico racional em relação com suas disputas com o salafismo árabe e o xiismo iraniano.</p>
Exemplo	<p><i>“At this stage, it is worth mentioning the increasing appreciation of Turkey’s Directorate of Religious Affairs on a global scale. Owing to its vast experience and strong internal structure, not to mention its foundations being on the principles of balance, depth and high quality services, the Directorate has received a wide and considerable appreciation in the world. Turkey’s rational and liberal approach to the issue of religion has made very strong contributions to the extension of peace and happiness in Turkish society as well as in other Muslim communities. Today, religion is seen as a source of the quest for peace and comfort while some steps aiming to limit the religious sphere through controversial policies have been abandoned. The Directorate is leading a prestigious organization of religious services both in a regional and global scale. This endeavor is supported by Turkey’s unique interpretation of secularism and freedom of thought and faith which are legally guaranteed.” (GÖRMEZ, 2012, p. 10–11).</i></p>

Código: O Ministério das Relações Exteriores turco se modernizou	
Descrição e uso	Esse código aborda a modernização da estrutura do ministério das relações exteriores turco com um forte sistema informatizado que permita sua atuação como um centro da atuação externa da Turquia.
Exemplo	<i>“The introduction of ICTs (Information and communication technologies) to work processes at the Ministry has been based upon a conscious decision of a group of computer-enthusiast senior foreign service officials to transform the organization. The underlying motivation for this initiative was to adapt the Ministry to the rapidly changing socio-political environment, and restore the Ministry’s traditional dominance in the information field of foreign policy of Turkey.” (ÖZKAN, 2015, p. 38).</i>

2.2.7 O software QDA Miner Lite

Para efetuar a codificação, contou-se com o apoio do software *QDA Mine Lite*, que é a versão gratuita e com menos recursos, os textos do *corpus* foram incorporados pelo software e a partir daí foi possível selecionar a palavra Turquia em todos os artigos selecionados e codificá-los. Do total de vezes que a palavra Turquia apareceu, foram subtraídas as aparições em que ela estava em referências bibliográficas dos textos ou nota de rodapé. Ao usar a ferramenta *text retrieval*, na opção *Retrieval*, e refinando a pesquisa para apenas mostrar as vezes que a unidade de registro “Turquia” foi codificada (*coded segments*), foram encontrados 4658 registros no *corpus*. Não necessariamente o significante “Turquia” estava associado a apenas um código. Muitas vezes ele poderia ser codificado em mais de uma narrativa.

O *corpus* foi constituído de 144 artigos, selecionados com a palavra Turquia. Qualquer texto que não possuísse a unidade registro delimitada foi descartado. A exceção de textos com a palavra Turquia que foram descartadas são as de resenhas de livros. Nesse caso, o critério era por somente analisar textos que queriam explicar a Turquia diretamente.

Foi realizada uma análise quantitativa das narrativas em que foram avaliadas a quantidade de artigos em que elas apareciam no *corpus*. A quantidade de artigos em que uma determinada narrativa foi encontrada foi assinalada em gráfico em ordem decrescente, do maior para o menor. Em quanto mais casos uma narrativa tenha

aparecido, mais forte ela é dentro do *corpus*, mais importante ela é para determinar a nova geopolítica imaginativa da Turquia.

2.2.8 A Análise Frequencial e Análise Qualitativa dos Dados

A análise frequencial é uma forma de análise quantitativa. É um método que busca descrever o fenômeno por meio de um processo estatístico. É uma forma de análise mais restrita, mas útil em verificações de hipóteses. A “contagem da regularidade quantitativa de aparição é aquilo que se considera mais significativo”, desde que as unidades verificadas tenham o mesmo valor dentro da pesquisa (BARDIN, 1977, p. 109). Para trabalhar com o material escolhido dessa dissertação, os artigos das revistas do *Center of Strategic Research*, escolhi trabalhar com uma análise frequencial dos códigos obtidos no material. Essa análise indica qual a frequência de cada código encontrado nos artigos selecionados. Ou seja, em quantos artigos determinado código aparece. Assim foi possível classificar os códigos, e as narrativas encontradas, entre principais, marginais e circunstanciais, que foram descartadas. Dessa maneira, dos 144 artigos analisados, os códigos que apareceram em apenas 2 artigos foram descartados. Em seguida, foi feita uma análise qualitativa dos dados.

CAPÍTULO 3

Turquia, uma potência média emergente

Nesse capítulo será feita a análise do *corpus*. Será apresentada uma análise quantitativa assim como uma análise qualitativa do que foi encontrado ao longo dos 144 artigos escrutinados. Pode-se constatar a existência de uma grande narrativa, que permeia todo o *corpus*, a de que a Turquia é uma potência média emergente. As demais narrativas são auxiliares, que exemplificam e reforçam a tese principal. A Turquia busca criar uma nova geografia imaginativa, em que sua experiência histórica e geográfica são ressignificadas em prol de uma nova identidade com objetivos geopolíticos nítidos, se transformar numa potência média. Com essa nova identidade, a Turquia sente-se confortável em criar novos objetivos geopolíticos assim como estratégias em atingi-los. O espaço de influência criado com essa nova imaginação geopolítica abarca o Oriente Médio, Balcãs, Cáucaso e Ásia Central, assim como estimula uma crescente presença turca na África.

A Turquia pretende ser, dessa forma uma potência média, com força suficiente para vocalizar críticas à ordem global, considerada injusta e desigual. Para que essa legitimidade se concretize, é necessário justificar em termos teóricos e acadêmicos como funciona essa nova geografia imaginativa, porque ela é real e não apenas retórica, e convencer o público que estuda, publica a respeito e formula política externa dessas transformações que teriam ocorrido durante o governo AKP. Estimulada pelo sucesso encontrado na primeira década do século XXI, a Turquia passou a narrar pro mundo o que seria o seu próprio caso de sucesso e como estar-se-ia diante de uma nova Turquia, mais confiante para observar seus próprios interesses nacionais em prol de seu desenvolvimento e projeto de expansão de influência nas regiões vizinhas.

Na tabela abaixo, constam os códigos, os números absolutos e a porcentagem de artigos nos quais as narrativas codificadas aparecem.

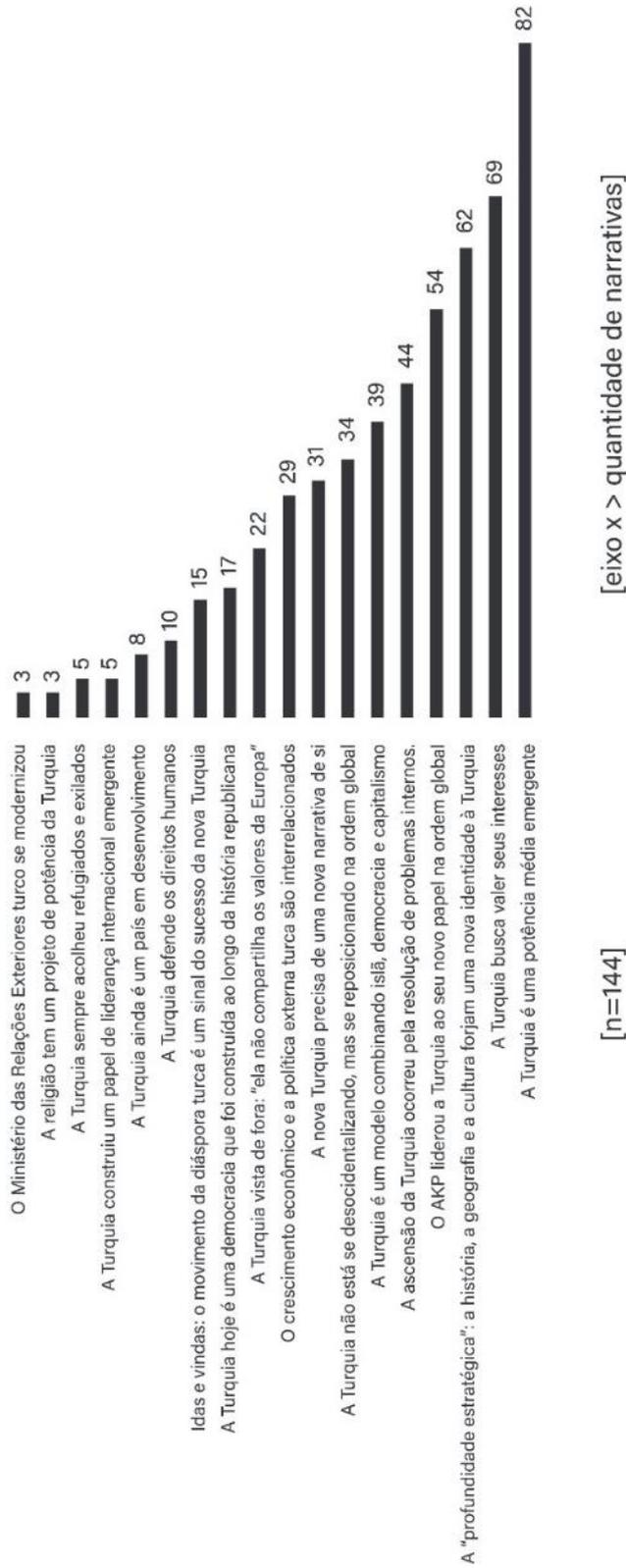
Tabela 1. Tabela de Códigos

Códigos	Números absolutos de artigos nos quais as narrativas codificadas aparecem	Porcentagem de artigos nos quais as narrativas codificadas aparecem
A Turquia é uma potência média emergente	89	61,8%
A Turquia busca valer seus interesses	69	47,8%
A “profundidade estratégica”: a história, a geografia e a cultura forjam uma nova identidade à Turquia	62	43,0%
O AKP liderou a Turquia ao seu novo papel na ordem global	54	37,5%
A ascensão da Turquia ocorreu pela resolução de problemas internos	44	30,5%
A Turquia é um modelo combinando islã, democracia e capitalismo	39	27,0%
A Turquia não está se desocidentalizando, mas se reposicionando na ordem global	34	23,6%
A nova Turquia precisa de uma nova narrativa de si	31	21,5%
O crescimento econômico e a política externa turca são interrelacionados	29	20,0%
A Turquia vista de fora: “ela não compartilha os valores da Europa”	22	15,0%
A Turquia hoje é uma democracia que foi construída ao longo da história republicana	17	11,8%

Idas e vindas: o movimento da diáspora turca é um sinal do sucesso da nova Turquia	15	10,41%
A Turquia defende os direitos humanos	10	6,9%
A Turquia ainda é um país em desenvolvimento	8	5,5%
A Turquia construiu um papel de liderança internacional emergente	5	3,5%
A Turquia sempre acolheu refugiados e exilados	5	3,5%
A religião tem um projeto de potência da Turquia	3	2,0%
O Ministério das Relações Exteriores turco se modernizou	3	2,0%

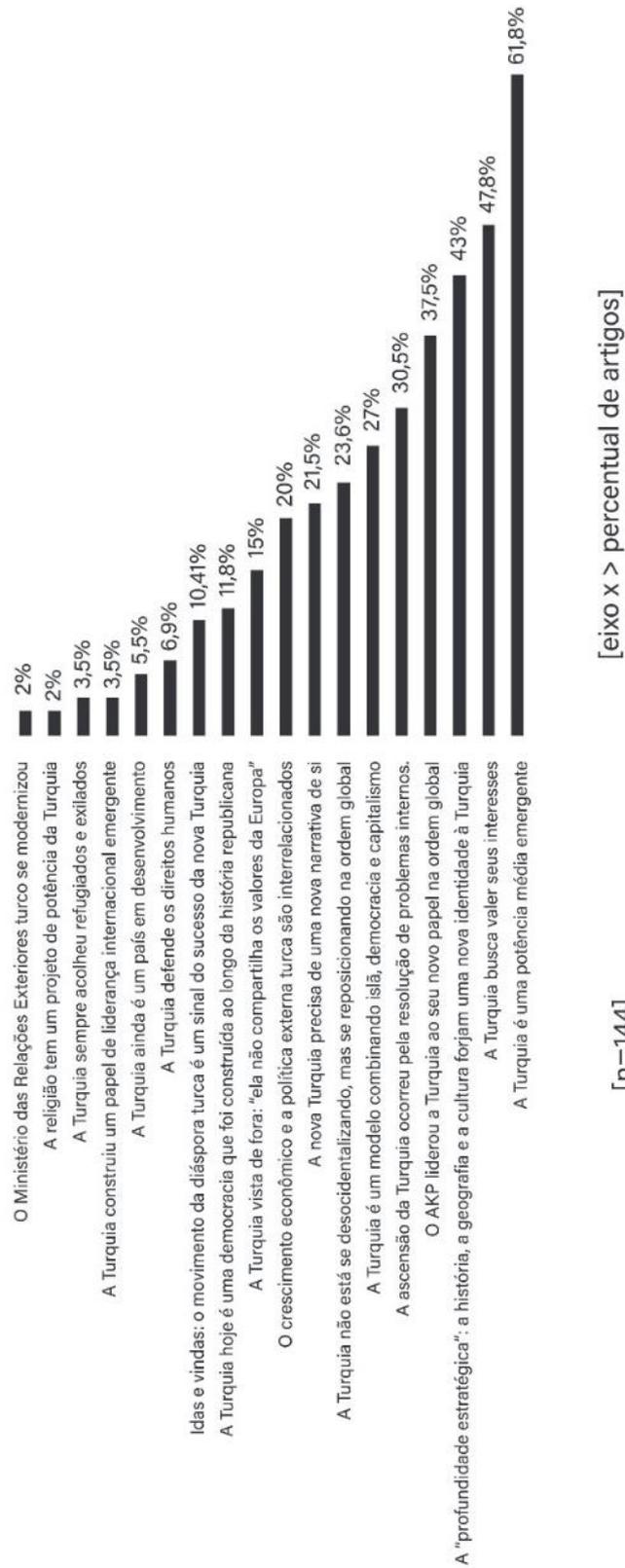
Fonte: Do autor (2024)

Diagrama 1. Análise quantitativa – Números absolutos de artigos nos quais as narrativas codificadas aparecem



Fonte: Do autor (2024)

Diagrama 2. Análise quantitativa – Porcentagem de artigos nos quais as narrativas codificadas aparecem



Fonte: Do autor (2024)

Pode-se observar, com a tabela e diagramas acima, que a narrativa que sobrepõe a todas as outras é a da Turquia como uma potência média emergente. Ela perpassa o maior número de artigos tornando-se assim a narrativa principal que emerge do *corpus*. As narrativas encontram-se, dessa maneira, em ordem decrescente, assinalando a importância de cada narrativa geopolítica do nos artigos, da maior para a menor.

A partir de agora, as narrativas geopolíticas encontradas serão analisadas. Da narrativa principal às auxiliares que possuem mais presença na quantidade de artigos do *corpus*. As narrativas mais marginais, com menos de 20% de aparição no conjunto de artigos, serão apenas descritas e exemplificadas ao final do capítulo.

3.1 A Turquia como uma potência média em ascensão

A grande narrativa geopolítica encontrada na análise do *corpus* é a de que a Turquia é uma potência média em ascensão. Ela passa por 61,8% dos casos analisados no *corpus* como observado no Diagrama 02. É uma correspondência com a ideia de Ahmet Davutoğlu da Turquia como um país que possui “profundidade estratégica”, isto é, com potencial para atingir o *status* de grande potência. Essa categorização da Turquia justifica e torna legítima a atuação de sua política externa e aumenta sua importância no cenário internacional. A Turquia quer ser vista como um país com uma agenda internacional própria, munida da capacidade de influenciar os acontecimentos globais e ser participante ativa com as demais potências em definir os rumos da sociedade internacional. Narrar a Turquia como uma potência média nas publicações do SAM significa que é essa imagem que a elite dirigente turca quer que se consolide nos círculos de formuladores e estudiosos de política internacional.

No *corpus* analisado, há diversas passagens que demonstram a qualificação da Turquia como uma potência média emergente. Dentre o material das edições da revista *Perceptions* que foram analisadas, a do inverno de 2014 é dedicada à visão da Turquia como uma potência média emergente. Os artigos dessa edição buscaram classificar a Turquia como tal e dessa forma legitimam esse discurso através de diferentes aspectos considerados fundamentais para categorizar um estado dessa maneira. É dessa edição que será feita, portanto, a descrição dessa narrativa.

O próprio texto introdutório da edição já defende a tese de que a Turquia se tornou uma potência média emergente:

This special issue aims to address this theme by opening a new ground of research for Turkish foreign policy and its changing power status in the global system by profiling Turkey as both a

“middle” and “rising” power. Turkey has become the world’s 17th biggest economy and a member of The Group of Twenty (G-20) in the last decade, with an increasingly expanding material and soft power. Turkey is certainly leaping forward, though at a lesser degree when compared to the core big rising powers like China, India and Brazil. Yet its rise is somehow different from the latter, not only structurally, but also ideologically. Despite its increasingly critical stance in regard to the global governance institutions and their decision-making mechanisms in recent years, the normative challenges to Turkey and its behavioural posture within the current international order need to be nuanced from those of the other rising powers in the Global South. Turkey’s complaints about the current international order are not informed by an anti-Western attitude or Third Worldist ideology, but clearly fall into the framework of a within-system challenge (DAL; GÖK, 2014, p. 5).

Como os autores assinalam, a Turquia seria tanto uma potência média como uma potência em ascensão. É uma “mudança de *status*” do que a Turquia foi durante toda a sua história desde sua fundação como república até o início dos governos AKP, como fica subentendido sempre que a expressão “última década” aparece no *corpus*.²⁰ Logo, precisa-se explicar o que é esse novo fenômeno, esse dado da realidade, para a comunidade internacional. As definições de ser uma “potência média e em ascensão”, indicam que novos objetivos e estratégias no cenário internacional estão no horizonte de sua classe dirigente. Apesar de colocada como potência em ascensão, os autores limitam seu alcance quando comparada os grandes países emergentes, Índia, China e Brasil. O peso do tamanho da economia, do desenvolvimento tecnológico, da população, da influência regional que esses países possuem está bem acima do que a Turquia dispunha no momento da construção dos artigos.

A comparação da Turquia com o grupo de países emergentes dos BRICS traz outras particularidades, as ambições turcas na disputa por espaços de poder internacional seriam de outra ordem. Ela não teria um viés “anti-ocidental”, muito menos uma “ideologia terceiro-mundista”, seu desafio para se tornar uma potência passaria reformar o atual sistema de acordo com seus conceitos de justiça, equidade social e econômica, cosmopolitismo (o reconhecimento de “múltiplas civilizações, com múltiplas modernidades”). Suas críticas e demandas por reforma buscam deixar o sistema atual mais justo e representativo, porém não antagonizariam nem as instituições do sistema internacional, nem necessariamente as grandes potências que as regem.

A Turquia, como uma potência média, tem interesses próprios e a maneira como se articula no cenário internacional corresponderiam a seus objetivos nacionais. Não seguiria mais “*the vagaries of the American geopolitical interests*” e “*the whimsical dictates of the Europe Union*”, mas os critérios de Ancara (DAL; GÖK, 2014, p. 5). A mesma argumentação foi encontrada em Keyman (2010), Uslu (2010), Kardas (2011),

²⁰ Refere-se à década de 2001 a 2010.

isto é, os interesses turcos. É uma afirmação forte que expressa alguns pontos importantes. Primeiro, que a Turquia se coloca como autônoma, com seus próprios critérios do que é vantajoso para si e que tem força suficiente perseguir e implementar sua agenda. Essa força implica em não ser uma peça auxiliar das formulações geopolíticas de seus aliados, cuja classificação como “caprichosas” denota a falta de convergência, ou mesmo conflito, entre esses objetivos geopolíticos com os objetivos turcos. Essa reiteração de que a Turquia tem suas próprias “prioridades, visão da sociedade internacional e projeções a longo prazo” (DAL, GÖK, 2014, p. 5) são afirmações para reforçar essa posição da Turquia como uma potência média emergente. Ela tem uma concepção de como deve ser o funcionamento da sociedade internacional, interesses imediatos e de longo prazo.

As relações feitas entre Turquia e potências emergentes, estão relacionadas principalmente à busca de reformas dentro das instituições internacionais controladas pelas grandes potências. Uma potência emergente reconhece que essas instituições são espaços de poder, logo locais em que essa potência quer estar presente para aumentar seus espaços de poder e de representação no cenário internacional (DAL, GÖK, 2014). Elas buscariam transformar essas instituições, com uma “redistribuição mais ‘justa’ da autoridade política de tomada de decisões” enquanto advogam para que seus próprios interesses e valores estejam presentes nessas instituições (*idem*). Além disso, uma potência emergente deve ser capaz de influir em seu entorno regional valendo-se do peso de seus recursos econômicos e capital político (*idem*). Essa linha argumentativa foi igualmente encontrada em Dermitas (2013).

A Turquia é dessa forma, relacionada com aspectos que integram o que se imagina ser uma potência em ascensão: recursos econômicos que podem ser utilizados na sua expansão de prestígio e poder. Os elementos concretos elencados para o aumento da sua atuação global em órgãos internacionais são sua participação no Conselho de Segurança da ONU no biênio 2009–2010, a sua candidatura para o biênio 2015–2016 (em que não se elegeu) e a presidência turca da Cúpula do G-20 entre em 2015. Dentro do Conselho de Segurança, buscou conjuntamente com o Brasil realizar um acordo sobre a limitação do uso de urânio com a República Islâmica do Irã. Aparentemente com respaldo inicial das grandes potências, o acordo final não as satisfaz, demonstrando que se a Turquia conseguiu se articular para participar do principal órgão de decisões da ONU, sua influência ainda era limitada. A participação maior da Turquia nos fóruns e instituições internacionais é caracterizada como um sinal do seu pertencimento à categoria de potência média em ascensão (DAL, 2014, p. 124).

Esse reconhecimento da Turquia como uma potência média em ascensão não é tão claro para a comunidade internacional, logo esse número da revista *Perceptions* buscou reafirmar esse novo *status* como fato:

Similarly, some countries like Brazil, India, South Africa, Indonesia, Mexico, Argentina, and Turkey are labeled both as “rising powers” and “emerging/non-traditional middle powers” (but are labeled in this study as rising (or emerging) middle powers). Given this overlapping conceptual framework, Turkey has generally been neglected in most of the studies in IR on rising powers and middle powers despite its rising middle power status over the last decade. (DAL, 2014, p. 108).

As potências médias são caracterizadas entre as tradicionais (completamente integradas à ordem liberal ocidental) e não-tradicionais (países que buscam grandes reformas na divisão de poder e influência no sistema internacional). A Turquia, em tese, estaria no grupo das não-tradicionais, mas é “negligenciada” pela literatura de relações internacionais “apesar da sua ascensão ao *status* de potência média na última década”,²¹ ou seja, a partir dos governos do AKP. O esforço do *corpus* no geral, e dessa publicação em particular, é mostrar à comunidade internacional essa mudança de *status* do estado turco, mas também demonstrar que tipo de potência média é a Turquia. É “reafirmar a transição do status de poder da Turquia” (*ibidem*) e demonstrar que o estado turco possui todas as características de uma potência média ascendente. Ao mesmo tempo, a Turquia estaria no meio do caminho entre as potências médias tradicionais e não-tradicionais, ela teria uma posição única, a de uma potência-ponte, que ligaria o “Ocidente e o resto”:

One of the novelties of this paper is to reassess Turkey’s changing power status in the complex power hierarchies and categories under the auspices of “rising/emerging middle powers” occupying a middle ground between traditional middle powers and non-traditional middle powers, mainly due to its unique position and its bridge building role between “the West and the rest” (*ibidem*).

A ideia de uma potência-ponte se origina dessa nova percepção da Turquia não mais como um estado tampão entre o Ocidente e o mundo soviético e islâmico (dentro de uma perspectiva de segurança de sua aliança com o bloco ocidental), mas um estado-ponte, que pode interligar ambos os “mundos”, já que a nova interpretação de sua identidade abarca diferentes universos. A Turquia durante o período republicano identificava-se apenas como uma aliada do Ocidente, (DAL, 2014, p. 111), queria ser vista como um país pertencente ao campo ocidental e seguia as premissas dos interesses das grandes potências ocidentais, destoando apenas em casos muito específicos de seu interesse, como o caso da situação da minoria turca no Chipre, em 1974.

A identificação apenas como um país pró-ocidente, e a seus interesses, seria um dos motivos para que a Turquia não tenha buscado esse *status* de potência anteriormente. Ao mesmo tempo, a nova maneira como a Turquia se identifica também abarca esse aspecto ocidental, além dos outros (como um país do mundo islâmico, por exemplo). É

²¹O artigo é de 2014 e se refere à década de 2001-2010.

por se ver como esse país plural, cuja identidade não se limita a somente um campo político, histórico, cultural, geográfico e econômico, que a Turquia quer ser vista como uma potência que permite o diálogo e representações de interesses entre “*the West and the rest*”. Essa parte de identificação com o Ocidente também seria o que diferenciaria a Turquia das potências médias não-tradicionais, já que ela estaria integrada à ordem liberal ocidental “ideologicamente, discursivamente e institucionalmente” (*idem*, p. 125) e, portanto, não seria uma potência que confrontaria diretamente os interesses ocidentais, além de suas críticas à ordem internacional serem menos intensas do que as dessas potências. O caminho turco seria entre ambos os tipos de potências médias, com parte de sua agenda se identificando com o que essas novas potências, reforma da ordem internacional, mas ainda possuindo fortes laços com o campo ocidental.

A diferenciação de que tipo de potência média a Turquia se considera e sua ligação com o Ocidente é importante porque um dos grandes debates sobre a política externa do AKP era o quanto ela estava mudando seu eixo ocidental para outro mais voltado para a Eurásia (KEYMAN, 2009, p. 26), abandonando seu viés pró-ocidente. O esforço em demonstrar que a identificação da Turquia com o Ocidente ainda se faz presente, é um indicador de que apesar de uma atuação mais ativa e plural no cenário internacional, ela se vê como parte dessa ordem internacional regida pelo Ocidente. Por exemplo, dentro do *corpus*, encontra-se essa afirmação:

In matters of security, especially as it relates to the Middle East, despite the existence of divergences of its point of view with some of its allies, particularly the U.S., with regard to the region’s key problems, Turkey stands out as an accommodating and challenging actor, and not as a hard bargaining and blocking one; indeed Turkey prefers cooperation as a response to regional and transnational threats. As a natural concomitant of its membership within the Western security system, Turkey’s challenging attitude is not meant to obstruct major-power initiatives. (DAL, GÖK, 2014, p. 125).

A Turquia, dessa forma, é uma potência média que prefere a “cooperação” com as grandes potências para responder às ameaças regionais e internacionais. Ressalta-se o pertencimento da Turquia ao sistema Ocidental de segurança através da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Dessa maneira, a Turquia é colocada como uma potência emergente, mas que não preconiza um desafio intransigente em relação às grandes potências. Essa ideia de que a Turquia não busca “obstruir” as iniciativas das potências ocidentais é o diferencial entre ela das demais potências emergentes. A importância em ressaltar que as transformações do sistema internacional preconizadas pela Turquia não são “anti-ocidentais e terceiro-mundistas”, está relacionada em responder críticos, internos e externos, de que a Turquia, por meio do governo do AKP,

estava se afastando do Ocidente para assumir uma identidade islâmica e focada na Eurásia. É a tentativa de demonstrar que a Turquia ainda pertence ao bloco Ocidental, mas que ampliou suas perspectivas de atuação e interesses.

Após justificar que a Turquia não se afasta do campo ocidental com sua nova atuação geopolítica, o *corpus* precisa mostrar que a Turquia faz jus no cenário internacional, a ser categorizada como uma potência média emergente. Dessa forma, a atuação da Turquia em organismos internacionais é ressaltada. Se é verdade que a Turquia está integrada na ordem internacional do pós-guerra desde seu início, a maneira como ela atuou na primeira década do século XXI é enaltecido e diferenciado da forma como atuava no século anterior. De acordo com o *corpus*, se no século XX a Turquia já havia criticado em alguns momentos a ordem internacional, é apenas na década de 2001–2010 que ela passou a ter elementos de fato para se colocar como um ator influente no mundo e participar ativamente diversas instituições internacionais, como o Sistema ONU, o G-20 e outros fóruns regionais.

A Turquia é tratada no *corpus* como um sucesso econômico durante a primeira década do governo do AKP. A economia turca vinha de sucessivas crises e, durante o governo AKP, tornou-se mais estável, o que teria possibilitado uma atuação internacional mais firme do país. O crescimento econômico e o aumento do PIB possibilitaram o investimento da Turquia em diplomacia humanitária, investir em projetos de desenvolvimento em diferentes regiões do mundo, financiar a atuação de suas forças armadas em ações humanitárias estabelecidas por instituições internacionais das quais faz parte. A economia turca é tratada ao lado das grandes economias emergentes, não em relação ao tamanho, mas ao seu crescimento constante, resistência à crise financeira de 2008 e à característica de ser uma economia altamente dependente do comércio mundial. Essa dependência é acolhida na narrativa como fundamental para qualificar a Turquia como uma potência média, já que estimularia a Turquia a ser mais participativa nas instituições de governança global (DAL, 2014, p. 117). Ser um país altamente dependente do comércio internacional é um dos elementos associados a uma potência média, pois estimularia os países a terem uma “maior cooperação diplomática com seus parceiros econômicos” e “assumir maiores responsabilidades na governança global” (*idem*, p. 114).

Dentre os aspectos elencados para a caracterização de uma potência emergente falta à Turquia um forte exercício de influência no seu entorno regional. Nesse aspecto, a Turquia ainda teria grandes limitações (DAL, GÖK, 2014). O Oriente Médio estava em um momento de “desordem” e “turbulência” que impediam a Turquia de exercer sua capacidade de potência. O uso desses termos implica em justificar a falta de influência da Turquia em direcionar seus interesses na região de maneira satisfatória, não conseguindo convencer aliados importantes, como os EUA, a agir nos conflitos que irromperam no

O Oriente Médio de acordo com os seus objetivos. A existência dessa divergência torna a Turquia um país que desafia as formulações geopolíticas das grandes potências, mas que pode encontrar um espaço próprio dentro desse contexto, sem bloquear qualquer ação ou sendo intransigente com os interesses de seus aliados ocidentais. O peso que a Turquia possui entre os países da região também declinou durante o período da primavera árabe, seu apoio a grupos ligados à Irmandade Muçulmana a afastou dos países do Golfo Pérsico, que também buscam preponderância regional, pois a organização egípcia é opositora das monarquias árabes e demais regimes militares da região (CHAROUNTAKI, 2012).

O objetivo da Turquia em obter influência regional no Oriente Médio gerou preocupações a respeito do foco e comprometimento turco com suas alianças ocidentais. As dúvidas que pairavam sobre uma mudança de eixo da atuação turca, que se desviasse do Ocidente, seria uma quebra com os objetivos que fundaram a república. Dessa maneira, afirmar essa diferença entre o tipo de ascensão como potência da Turquia seria diferente do preconizado pelos grandes países emergentes é um importante sinal de reafirmação da Turquia com sua aliança atlântica. Ainda assim, a Turquia desenvolveu uma retórica de sub-representação do mundo islâmico no sistema de governança global:

Turkey's present government is committed to "reforming" the international system which, in Turkish eyes, is beset by global injustices, economic and social inequality, excessive militarisation, undemocratic representation and decision-making in major international institutions, and the geopolitical, geo-economic and geo-cultural marginalisation of the Muslim world. Not surprisingly, therefore, global and/regional actors with hegemonic ambitions have become rather weary of Turkey's moral stand on issues ranging from the endurance of poverty in the South to Israel's enduring military occupation of and massive human rights violations in the Palestinian territories, from its unflinching denunciation of the *coup d'état* in Egypt that removed the elected President Mohammed Morsi from power in July 2013(...). (DAL, 2014, p. 5).

A Turquia pretende se colocar como a grande liderança do mundo islâmico, corrigindo sua falta de representatividade nas instituições internacionais. Uma potência média precisa possuir influência regional e a estratégia turca, durante os governos do AKP, foi se colocar como defensora dos interesses dos países muçulmanos no mundo, se dirigindo às questões urgentes daquele período. Da questão palestina ao golpe que derrubou o democraticamente eleito governo de Mohamed Morsi (2012–2013), no Egito, passando pela questão Síria, a Turquia pretendeu ser a potência que defende os interesses dos povos muçulmanos internacionalmente.

A construção dessa legitimidade se assentou na elaboração de um discurso que atenderia, de acordo com a visão turca, os anseios da população muçulmana do Oriente Médio e como a Turquia seria o ator que representaria melhor essas demandas, notadamente, de mais democracia. Mas não só isso, a revalorização do passado histórico

do Império Otomano também fez parte desse processo. Sua história, sua extensão se tornaram ativos para esse projeto de “nova Turquia”. A Turquia estaria olhando novamente com atenção para o mundo islâmico, um hiato de décadas de história republicana, onde o importante era se conectar economicamente e culturalmente com o Ocidente.

O papel turco agora seria de uma liderança democrática, inserida no mundo capitalista, em ascensão econômica e muçulmana. Exemplo a ser seguido e mediador de conflitos regionais. Um “estado-ponte”, que consegue se movimentar por diferentes universos culturais e políticos interligando-os. Assim, a Turquia se vê como um ativo a seus aliados.

A narrativa de que a Turquia é uma potência média emergente é construída ao longo do *corpus* não só para justificar seu papel mais ativo nos fóruns internacionais, na ampliação de suas relações comerciais e sistema de alianças, mas também para convencer àqueles que acompanham a política externa turca de que agora ela possui uma nova percepção de seu papel no mundo e que está engajada em atuar de acordo com essa nova identificação.

3.2 “A Turquia busca fazer valer seus interesses”

Essa narrativa é construída ao longo do *corpus* de maneira a demonstrar que a Turquia procura implementar estratégias de atuação geopolítica de acordo com sua visão de mundo, com objetivos de curto, médio e longo prazo. Ela é encontrada em 47,8% dos artigos analisados no *corpus*. Se é verdade que nem sempre os interesses turcos são alcançados, seja por conflito com os objetivos estratégicos das grandes potências ou mesmo por falta de capacidades materiais e políticas, a Turquia tem de maneira clara quais são os seus próprios objetivos geopolíticos. Como ela está se construindo como potência média, o *corpus* possui diversos exemplos em que a Turquia quer corresponder a essa imagem e a demonstrar suas ações em prol do aumento de sua influência regional, seja na maneira como se comporta em suas relações bilaterais, seja como atua nas instituições de governança global. Defender seus próprios interesses projeta uma imagem de independência, necessária a quem quer se colocar como uma potência.

O primeiro marco dessa demonstração de independência da Turquia, nos anos 2000, é apontada no *corpus* como o momento da rejeição, pelo parlamento turco, da moção que permitiria que os Estados Unidos usassem o país como plataforma para suas tropas nos preparativos da invasão do Iraque em 2003. A recusa da Turquia em aceitar as

condições propostas pelos americanos se dá dentro de um contexto em que a política externa turca colocou seus interesses regionais à frente dos de seu aliado histórico:

The United States wanted to send its troops to the northern front via Turkey; however, the Turkish Parliament rejected a motion on 1 March 2003 which would have allowed the deployment of up to 62,000 US troops in Turkish territory. Then the United States needed to use Turkish airspace for the northern front. This time, negotiations were marked by uncertainty and tension. The underlying reason for Turkey's ambivalence is that it was caught between its political priorities and strategic relationship with the United States. It should be noted that the two sides obviously had different priorities regarding the Iraq issue. Thus, Turkey decided to stand outside of the "coalition of willing" in Iraq by not allying with the US. (YEŞİLTAS, 2009, p. 34–35).

A Turquia precisou escolher entre suas "prioridades políticas" e a relação estratégica com os Estados Unidos, decidindo pela primeira opção. Ao final, ela ficou de fora da aliança que invadiu o Iraque. A Turquia era "ambivalente" nas negociações, ou seja, ela buscou manejar a situação de uma forma que afetasse o mínimo possível sua relação com os americanos. Esse equilíbrio político para defender seus próprios interesses estratégicos e ao mesmo tempo não passar a ideia de ruptura na aliança é o que esse autor coloca como "*soft balancing*". A Turquia buscou convencer os EUA de que uma solução diplomática, envolvendo atores regionais, era o melhor desfecho para a situação.

O então novo governo turco, liderado pelo AKP, teve uma diplomacia ativa em conversas com importantes atores regionais para evitar uma guerra que atingiria seus interesses (YEŞİLTAS, 2009, p. 39). No caso, que o enfraquecimento do governo central de Bagdá e a provável autonomia das suas províncias curdas influenciasse a minoria curda presente na Turquia. Não apenas isso, a recém lançada política de "zero problemas com os vizinhos" já nasceria morta (*idem*, p. 38), pois essa grande proximidade com os Estados Unidos, que iniciaria uma guerra na região com resultados imprevisíveis a todos em volta, indicaria que esses países, cujo governo AKP acabara de afirmar a importância, não eram tão centrais assim para a Turquia.

Estava em jogo a ideia defendida pelo então conselheiro do primeiro ministro para assuntos internacionais, Ahmet Davutoğlu, de que a Turquia era um país central na região. Esse sentido de centralidade é o fio que tece a consciência de que a Turquia precisa desenvolver, vocalizar e buscar valer seus interesses na região para assim ser vista como potência média e, portanto, a política externa turca no Oriente Médio não poderia continuar "passiva". Aqui, observa-se o contraste entre o que seria considerado a nova e a velha Turquia. Passividade como uma característica da antiga política externa turca e ativa para a política externa desenvolvida por Davutoğlu (*idem*, p. 39). Logo, o governo

turco precisaria agir, dentro de suas limitações, para resguardar seus objetivos estratégicos.

A situação, colocada como “tensa”, exemplifica o significado da busca de autonomia no cenário internacional e a força que a Turquia precisou empreender para não ceder aos objetivos norte-americanos. No fim, o Iraque foi invadido, mas a Turquia não participou da aliança. Esse fato é construído no *corpus* como o momento de inflexão em sua política externa, cuja marca era a da “passividade” em seu entorno regional para uma posição mais proativa, que quer moldar acontecimentos. Se é verdade que a Turquia “ainda não teria condições de mudar a redistribuição de poder no mundo, ela pode usar a influência de *soft power* e seu poder cultural na região do Oriente Médio, e além, para se tornar um país que consegue se contrapor aos interesses das grandes potências” (*idem*, p. 51). A Turquia, portanto, seria um país com capacidade de atuação independente no mundo.

Outro ponto importante que corrobora a narrativa é o desenvolvimento das relações bilaterais entre Rússia e Turquia. Os dois estados possuem uma rivalidade histórica, remanescente de seus períodos imperiais, com um momento de colaboração em seus momentos revolucionários, do início do século XX e, posteriormente, com a desconfiança do período da Guerra Fria. A partir dos anos 2000, ambos os países começaram a cooperar mais entre si e aumentar suas relações comerciais. Essa interação com os russos são um exemplo em que os interesses turcos não coincidem necessariamente com os de seus aliados ocidentais, mas a nova forma da Turquia se ver no cenário internacional dá o impulso político de atender seus próprios interesses, transformando suas relações com os russos:

When speaking of Turkish-Russian relations, the subject must be evaluated in terms of the new foreign policies adopted by both countries in recent years, and especially as part of Turkey’s new foreign policy vision. Equally, this change can be seen as a product of the restructuring processes of Turkish and Russian diplomacies. Turkey’s multidimensional foreign policy approach is gaining influence. As one of the requirements of Turkey’s active foreign policy which is based on increasing its economic relations with other countries, regional security, stability and zero problems with neighbours, Russia is inevitably positioned in the higher ranks of the agenda within this scope. (ÖZBAY, 2011, p. 69).

As relações entre ambos os países se transformaram, principalmente, a partir do momento em que a Turquia mudou sua “visão” na política externa. A política externa turca seria então “ativa”, ou seja, em busca de seus próprios interesses, que podem ser elencados como: “aumentar suas relações econômicas com outros países, segurança regional, estabilidade e zero problemas com seus vizinhos”. O ponto de inflexão para que os russos considerassem a Turquia como um país parceiro e confiável, a despeito de sua

aliança ocidental e participação na OTAN, foi justamente a rejeição pelo parlamento turco da moção que permitiria o uso de seu território para a invasão do Iraque. Nas palavras do presidente russo, Vladimir Putin: “(...) *Through this act of rejecting the resolution, in Russian eyes, Turkey confirmed its position as an independent actor*”. (ÖZBAY, 2011, p. 81).

A construção discursiva da Turquia a caracteriza como um país independente, apesar de sua aliança com os EUA, ainda afirma que a Rússia passou a ver a Turquia como um “país confiável e poderoso”, “com forte determinação política” que “toma decisões independentes em relação aos seus interesses nacionais” (*ibidem*). É uma definição de um estado que se projeta no cenário internacional, uma potência média que possuindo objetivos e estratégias internas e externas para seu desenvolvimento nacional, desafia até mesmo seus aliados poderosos. Certamente, é a maneira em que se constrói a imagem de uma Turquia com uma agenda internacional própria e capacidade de implementá-la.

Essa Turquia, como um “ator independente” no cenário internacional, engendrou relações cada vez mais complexas com os russos, ao ponto de, em 2011, a Rússia ter se tornado o principal parceiro comercial turco, notadamente pela importação de recursos energéticos. As relações políticas também se transformaram e, apesar de divergências e disputas de espaços de poder, ambos os países buscam pontos em comum. O espaço da bacia do Mar Negro é visto por ambos os países como sua área de influência e a Turquia, se utilizando da Convenção de Montreux,²² impediu a chegada de navios da OTAN e dos Estados Unidos na região durante a guerra entre a Rússia e a Geórgia (em 2008) sob o pretexto de levar ajuda ao país do Cáucaso.

A neutralidade turca e sua iniciativa em criar a Plataforma de Cooperação e Estabilidade do Cáucaso, um instrumento regional para resolução de conflitos, intensificou a relação entre russos e turcos. Novamente, a Turquia se mostrava independente de seus aliados ocidentais, colocando seus interesses nacionais à frente dessa aliança, impedindo que a região se tornasse mais uma “arena de disputa de poder global” (*ibidem*), além de exercer seu *soft power* criando um mecanismo de resolução de conflitos entre os países da região. Como afirmou o então à época primeiro-ministro turco, Recep Erdogan: “os EUA são nossos aliados e a Rússia um importante vizinho(...) dois terços de nossa energia vem da Rússia. Estamos agindo de acordo com nossos próprios interesses nacionais. Não podemos ignorar a Rússia” (ÖZBAY, 2011, p. 82).

²² A Convenção de Montreux (1936) trata a respeito do controle turco sobre embarcações militares nos estreitos do Bósforo e Dardanelos, onde se dá a conexão entre o Mar Mediterrâneo e o Mar Negro.

A Turquia não vê como conflitante se manter dentro do sistema ocidental para sua “própria segurança e estabilidade” e sustentar seus objetivos, se equilibrando entre as grandes potências. Esse estreitamento das relações da Turquia com uma potência como a Rússia é percebida como uma maneira da própria Turquia se fortalecer nas suas relações com o Ocidente (*idem*, p. 87). A Turquia nesses exemplos do *corpus*, busca fazer valer seus interesses como uma potência média, com uma política externa mais ativa em desenvolver a ampliação de sua esfera de influência, mas também em ser vista como um interlocutor importante na mediação de conflitos nas áreas em que julga ser de sua atuação.

3.3 A “profundidade estratégica”: a história, a geografia e a cultura forjam uma nova identidade à Turquia

Esse código se refere a imagens sobre a Turquia que enfatizam aspectos históricos, geográficos e de identidade na justificativa da importância estratégica da Turquia como potência no cenário internacional assim como legitimadora de sua atuação internacional. Encontrado em 43% dos artigos no *corpus* (cf. Diagrama 2), é uma narrativa geopolítica importante na construção da ideia da Turquia como uma potência média emergente. Sua importância reside em como ela é a justificativa para a extensão da atuação turca no seu entorno regional. A *naturalização* de uma área de influência da Turquia baseada em suas antigas possessões imperiais e o legado histórico, cultural, linguístico e religioso deixado nesses locais. A expressão “profundidade estratégica” foi cunhada por Ahmet Davutoğlu para explicar as potencialidades da Turquia para ser uma potência. Dentre esses significados, uma parte importante é essa herança histórica-cultural-geográfica que será tratada nesse tópico.

Durante o período da Guerra Fria, é identificado no *corpus* um isolamento da Turquia em relação ao seu entorno regional:

Yet another cost of the alliance with the West was incurred in Turkey’s relations with neighbouring regions. Turkey, as reflected in terms such as the ‘frontline state’ or ‘southern flank’ of NATO, defined its external policies within the broader outlines of the Western alliance, and to the extent that it did so, could not develop independent regional policies. In addition, in an international environment where bipolar competition had placed the countries in the Balkans and Middle East in opposite camps, and the Black Sea, Caucasus and Central Asian countries had come under direct Soviet control, Turkey’s isolation from its neighbouring regions was further deepened. (KARDAŞ, 2011, p. 25–52).

A maneira como o espaço geopolítico da Turquia foi construída na Guerra Fria era a de um “estado da linha de frente”, o “flanco sul” da OTAN. Essa formulação é tratada como extremamente limitante da projeção de poder regional que a Turquia poderia ter. Esse foco veria a Turquia apenas como um país na linha de frente do combate ao comunismo, dentro da narrativa geopolítica “oeste-leste”, da Guerra Fria. Percebe-se que é dessa maneira que se justifica o “isolamento” turco dos países do seu entorno regional, aprofundado pela maior parte desses países serem do bloco comunista ou estarem alinhados com esse bloco no contexto da disputa bipolar EUA-URSS (KARDAŞ, 2011, p. 29).

O período da Guerra Fria é o momento da identificação da Turquia com o Ocidente, com sua participação neste bloco em busca de segurança e estabilidade no contexto da disputa da ordem bipolar. Assim, a geografia imaginativa da Turquia nesse período é a de um espaço de fronteira da aliança ocidental, em contato com universos distintos, que pertence ao Ocidente, mas ainda permeado em parte pelo o que a circunda (como no caso de ser um país de maioria muçulmana). É um estado tampão, que impede o avanço do indesejável, mais do que um estado que se conecta com outros. História regional em comum, cultura, religião, eram temas com um espaço muito pequeno na agenda da Turquia desse período histórico.

Outro ressentimento turco construído em relação a esse período é que a aliança com os EUA e Europa Ocidental, embora se desenvolvesse em questões de segurança, nas “questões não-militares” a relação permaneceu em desequilíbrio e os “esforços para incrementar os laços econômicos e sociais tiveram alcance limitado” (*ibidem*). A Turquia, então, via-se com “pouco espaço de manobra” para uma atuação geopolítica mais ampla em prol de sua segurança. No entanto, com o final da Guerra Fria a Turquia precisou reformular qual era seu papel nessa nova ordem que emergiu a partir dos anos 1990.

Nessa época, a Turquia buscou expandir suas relações com outros países e se recolocar geopoliticamente no mundo. Como se encontrava “isolada” e buscava se tornar um poder regional, suas ações geopolíticas eram articuladas com os objetivos americanos nas suas regiões vizinhas (KARDAŞ, 2011, p. 31). Essa adaptação a esses novos tempos foi “dolorosa”, mas a Turquia conseguiu se reposicionar na ordem global por meio de seu grande aliado, os EUA. Concomitantemente, a Turquia “redescobriu sua vizinhança imediata e passou a redefinir suas políticas regionais” (*idem*, p. 34).

A narrativa sobre a percepção turca a respeito de seu legado histórico-cultural, além de seu posicionamento geográfico, aponta para os anos 2000 como o momento chave de mudança. É a partir do momento que o parlamento turco rejeitou abrir um segundo front pelo seu território na Segunda Guerra do Iraque, em 2003, que as mudanças começaram a se desenvolver. Foi um ato de independência em relação à sua aliança com

os Estados Unidos, embora não tenha sido uma ruptura; a partir desse momento, as fricções entre ambos os países aumentaram e a relação bilateral foi sendo colocada em outros termos e mantida (*idem*, p. 32). De qualquer forma, é a partir desse momento que as estratégias geopolíticas turcas ganharam outros contornos, impulsionados por uma nova concepção de sua posição geográfica, história e legado cultural.

A distinguishing feature of the new Turkish foreign policy has been Turkey's deliberate effort to redefine its position in international relations, and the emphasis placed on regional dimension in such efforts. First, Turkey has increasingly 'rediscovered' its immediate neighbourhood and started to redefine its regional policies on an ambitious platform. (*idem*, p. 34).

O *corpus* elabora a grande transformação da Turquia nos anos 2000 a um “redescobrimto’ de sua vizinhança imediata.” É por esse caminho de maior atuação regional que a Turquia teve seu ponto de inflexão em sua estratégia geopolítica, uma ambição em tornar-se uma potência média, um poder regional, a agir de acordo com seus interesses geopolíticos próprios. Esse momento de mudança vai construir uma nova percepção espacial da Turquia no mundo, com a naturalização da sua ação política na sua vizinhança imediata. Parte desse processo é construir a legitimidade dessa nova estratégia turca após anos atrelados aos interesses americanos.

Se é verdade que a Turquia já nos anos 1990 buscou ampliar suas relações em seu entorno regional, é nos anos 2000 que ela buscou um “modelo de poder regional, com seus interesses no centro”, com um grau de “independência de seus parceiros do Ocidente” além de uma “prontidão em arriscar o confronto para perseguir seus objetivos” (*idem*, p. 35). A Turquia passou a ser não mais como um país da “linha de frente” ou o “flanco sul” da OTAN, mas um país central (*ibidem*):

In that regard, the metaphor of 'central-country' rejects not only the Cold War concepts of 'frontline state' or 'southern flank' but also the post-Cold War metaphors of 'bridge' or 'pivot' country. This new imagination puts at the center of Turkey's foreign policy its perception of the geographical and historical position of the country. (*ibidem*).

A narrativa geopolítica construída pela Turquia para lidar com a nova ordem global se estruturou dessa forma, numa “nova imaginação” (geopolítica). Nessa nova formulação, a Turquia seria um “estado central”, cuja nova percepção histórico-geográfica constituiria no grande ativo do país em sua estratégia regional. A reelaboração do significado de sua posição geográfica e legado histórico-cultural decorrente de sua história imperial deram novo sentido para a atuação regional turca. Mais do que o aprofundamento dos laços comerciais com seus vizinhos, as considerações da Turquia também abarcavam elementos “geoculturais” (KARDAŞ, 2011, p. 36):

The conceptual background is set by Davutoğlu, who highlights both geographic and historical depth in his redefinition of Turkey's international positioning. According to this view, Turkey holds a responsibility towards people beyond its borders due to historic-cultural reasons, and in order to fulfill this responsibility, it has to pursue proactive regional policies. For this purpose, Turkish political elites have to make peace with their historical and cultural legacy, and work toward reintegrating Turkey with its natural geo-cultural hinterland as defined by not only its geography but also its culture, civilization and history. (*ibidem*).

O desenvolvimento dessa narrativa geopolítica no *corpus* é importante para legitimar a atuação turca na sua vizinhança imediata. A “profundidade histórica e geográfica” da Turquia não apenas legitimam a política externa regional turca, mas a impele. A urgência das ações geopolíticas turcas estaria relacionada com uma “responsabilidade com povos além de suas fronteiras, devido a razões histórico-culturais”. No mais clássico discurso de expansão de espaços de poder, a Turquia declara que tem o dever de proteger povos em outros países devido a laços “histórico-culturais”.

Essa nova visão geopolítica critica o projeto turco voltado para o Ocidente (*ibidem*). Fica claro nessa narrativa que a visão da tradicional elite dirigente republicana (kemalista) em relação ao passado otomano precisava mudar. Era preciso se reconciliar com esse passado e se “reintegrar” a um espaço geográfico maior, que “naturalmente” faz parte da área de influência turca, seja geograficamente, seja histórica e culturalmente. Essa narrativa mostra como era importante, para a nova construção espacial da Turquia, delimitar uma área de influência e naturalizá-la. A concepção da “vocação ocidental” da Turquia, conjuntamente com as “condições da Guerra Fria” a alijou de lugares aos quais ela estava historicamente ligada (*ibidem*). O desafio turco, para os formuladores da política externa turca, seria se “reencontrar com seu destino geo-cultural”. A Turquia deve “normalizar a história e a geografia na política externa turca”. Isso significa que se deve incorporar à estratégia geopolítica turca sua história e legado cultural em espaços geográficos que já fizeram parte de sua projeção de poder no seu passado imperial. É buscar influência em locais negligenciados durante a história republicana turca, principalmente no Oriente Médio.

3.4 O AKP liderou a Turquia ao seu novo papel na ordem global

Essa narrativa auxiliar foi identificada em 37,5% dos artigos do *corpus*. Sua construção coloca em evidência o papel do AKP e seu principal formulador de política externa, Ahmet Davutoğlu, como os grandes artífices da nova identidade turca na ordem global e as ações decorrentes dessa nova visão do papel da Turquia no mundo. O que se delineia nessa narrativa é que o grande ponto de transformação da atuação geopolítica

turca foi a chegada do AKP ao poder. Não só ele teria estabelecido uma política externa mais ativa, mas estabeleceu uma nova geografia imaginativa para a Turquia, buscando dar bases históricas e culturais para construir um espaço de influência turco, onde a Turquia pode perseguir objetivos de interesse nacional e não ser apenas uma linha auxiliar dos objetivos geopolíticos das grandes potências.

O governo AKP é colocado como responsável, não necessariamente por uma tentativa de expandir as relações regionais da Turquia, mas de efetivamente desenvolvê-las e de criar uma base teórica que guie essa expansão. O espaço de atuação da Turquia se expandiu para além de territórios imediatamente vizinhos, “*following the AK Party’s accession to power in 2002, Turkey’s foreign policy opening towards long-neglected regions has been gaining more depth and diversity*” (OZKAN, 2011, p. 115). É durante o governo AKP que as relações da Turquia com áreas consideradas “negligenciadas” obtiveram “aprofundamento e diversidade”. A Turquia, por exemplo, colocou a África como um importante lugar para a expansão de sua influência geopolítica.

For the last decade, Turkey has developed a new foreign policy which represents a considerable degree of discontinuity with its foreign policies in the former era. This is, first and foremost, the result of a transformation in the domestic landscape, but also of a new regional and international environment. The new geopolitical thinking is rooted in a self-confidence and a perception of Turkey as a country with multiple identities in terms of regional belonging (...). (ARAS, 2013, p. 1).

Quando o AKP não é citado diretamente, a expressão “a última década” dá o sinal de reconhecimento a respeito sobre as transformações ocorridas a partir da chegada do partido ao poder. O AKP é relacionado com a criação de uma nova política externa. Essa narrativa ganhou fôlego em alguns textos do *corpus* como o de Aras, em que é assinalado essa “nova política externa”, em um “grau considerável”, é uma “descontinuidade” de todo o período anterior ao AKP. Será esse partido que não só estabeleceu novas perspectivas e identidade geopolítica à Turquia, mas também resolveu diversos problemas internos que possibilitaram que a atuação externa turca fosse possível de ser aplicada na prática. O AKP deu uma nova imaginação geopolítica à Turquia, transformando-a num país que reconhece “múltiplas identidades em termos de pertencimento regional.”

Since the Justice and Development Party (AKP) came to power in 2002, Turkey’s foreign policy has reflected a more “*value oriented*” outlook towards order, both in discourse and practice. The new foreign policy approach towards order is more interested in “*building influence*” in its region as well as across the globe through international institutions. In this regard, the new rulers did not just capitalize on the “active diplomatic initiatives of the 1990s”, but also demonstrated increasing

“willingness” to adopt a new “*order building role*” in the last decade especially through the UN platform (GÖK, 2014, p. 89).

A imaginação geopolítica turca foi construída pelo AKP com o foco em “construir influência” regional e na ordem global por intermédio de uma ação mais focada nas “instituições internacionais”. O AKP pode não ter iniciado exatamente a política externa mais ativa em relação ao seu entorno regional, mas foi que demonstrou vontade política para buscar um novo papel na construção de uma nova ordem global, em que a Turquia teria mais influência. Nesse sentido, os “*new rulers*” do AKP são aqueles que têm “disposição” política para construir essa nova identidade da Turquia.

É o fortalecimento do partido e seus dirigentes como aqueles que estão realmente dando um sentido geopolítico à Turquia, cujo um dos principais objetivos seria construir uma nova ordem global (GÖK, 2014, p. 90). Há um posicionamento turco para que haja uma revisão da arquitetura institucional internacional, e conjuntamente há a narrativa de que seus líderes, ou seja, o AKP, vocalizam “críticas” e até mesmo “desafiam a ordem global em níveis políticos, econômicos e culturais” (*ibidem*) nas instituições multilaterais. Comparando o AKP com seus “predecessores”, os atuais governantes turcos verbalizam sempre que podem a “demanda urgente” de uma ordem mais “representativa e efetiva” no sistema ONU (GÖK, 2014, p. 91). Novamente, os líderes do AKP são aqueles que têm a disposição de colocar a Turquia em um novo patamar geopolítico da ordem mundial.

Dentro dessa narrativa há espaço para as falas públicas das figuras de proa da arquitetura geopolítica turca, os então primeiro ministro Recep Erdogan, o presidente Abdullah Gül – que já eram políticos conhecidos quando fundaram o AKP – e o ministro das Relações Exteriores Ahmet Davutoğlu, o intelectual cujas idéias sobre o papel da Turquia no mundo basearam a ação do AKP. O partido e seus líderes são colocados de maneira ativa nos planos de transformação da ordem mundial, reformadores do sistema multilateral internacional. Trechos como o de Erdogan reclamando da inefetividade da ONU na questão síria (*ibidem*); Davutoğlu indo além de críticas de ordem econômica e da inefetividade institucional do sistema ONU, mas criticando a “ordem cultural eurocêntrica” e que “novos valores deveriam ser introjetados” na ordem global de maneira que outras perspectivas históricas fossem contempladas na “leitura de normas, entendimentos e práticas” (*ibidem*) e de Gül afirmando que a “singular experiência histórica, política e social da Turquia a concedem um papel e uma responsabilidade em promover paz e segurança” (GÖK, 2014, p. 91–92). São os “*Turkish rulers*” tomando a “responsabilidade” para “moldar” a ordem global. É o AKP liderando a Turquia ao seu novo papel na ordem global.

3.5 A ascensão da Turquia ocorreu pela resolução de problemas internos

A narrativa geopolítica que compõe esse código busca mostrar a correlação entre a solução de antigos problemas internos turcos e a possibilidade de sua atuação internacional mais proativa durante o governo do AKP. Essa narrativa aparece citada em 30,5% dos artigos do *corpus*, sendo dessa forma uma narrativa relevante na composição do quadro da Turquia como uma potência média em ascensão. Ela se desenvolve a partir dos argumentos de que diferentemente das tentativas dos anos 1980 e 1990, a Turquia só pode ter uma atuação geopolítica efetiva a partir dos anos 2000 porque resolveu alguns problemas internos que a deixavam sem espaço de manobra no cenário internacional. É apenas após o desenlace desses nós que Turquia pode dar efetividade a uma política regional.

In this section it will be argued that Turkey's domestic transformation, specifically the consolidation of democracy and economic growth, is the background to the new foreign policy. Turkey's domestic reforms have enabled the new ruling elite to implement political views that are radically differentiated from the previous era, and, along with rapid economic growth, has increased the power of the country and been the main factor in the emergence of Turkey as a stabilizing force and peace-promoter in the region. (DINÇ, 2011, p. 61).

A narrativa que emerge nesse caso afirma que a Turquia passou por uma série de reformas internas na primeira década do século XXI que tiveram repercussões importantes para a efetividade da construção do espaço geopolítico turco. São reformas políticas de “consolidação da democracia” e outras que permitiram um importante crescimento da economia da Turquia. De acordo com o *corpus* são essas transformações do panorama econômico-político turco que permitiu à nova elite política do AKP “implementar sua visão de política externa”, tão diferente das que “existiram previamente”. Consolidação da democracia e “rápido crescimento econômico” são os dois pilares que sustentam a força da Turquia para implementar uma visão geopolítica com o grau de sucesso que se via naquele momento. A Turquia dessa forma é um país “forte”, transformada em “força estabilizadora e promotora da paz.”

As reformas de cunho democrático são fruto do processo de ascensão da Turquia à União Europeia (DINÇ, 2011, p. 62). De acordo com as demandas do bloco europeu, a Turquia precisaria atingir determinados parâmetros políticos e democráticos para ingressar no bloco. Essas reformas acabaram por “normalizar” as relações civis-militares na Turquia, tornando-se dessa forma uma “ilha de estabilidade” no Oriente Médio. Essa imagem de “ilha de estabilidade” vai ao encontro do desejo da Turquia em tornar-se a grande mediadora dos conflitos na região.

Esse processo turco é visto como um movimento em duas frentes. Ao também estimular processos democráticos, paz e estabilidade no seu entorno regional, mais se aprofundaria a própria democracia na Turquia assim como seu sucesso econômico. Um ambiente instável e povoado por conflitos só poderia fortalecer elementos autoritários no país (*idem*, p. 64).

A maneira como a Turquia passou a reagir aos seus vizinhos do Oriente Médio se transformou completamente ao afastar os elementos militares na condução da política externa turca (*idem*, p. 65). Permitiu uma mudança entre tratar os problemas com “*hard power*” para “soluções diplomáticas.” As reformas políticas empreendidas pelo governo possibilitaram o controle civil sobre todos os aspectos da política externa turca. Apesar disso, a segurança é um dos objetivos primordiais da estratégia geopolítica turca e o poder militar turco pode ser acionado, se considerado necessário. A preferência é por uma abordagem diplomática para a solução de conflitos regionais, mas a Turquia mantém e expande seu poderio militar (*idem*, p. 66).

O compromisso, no entanto, do AKP em aprofundar a democracia na Turquia se esvanecia no período analisado do *corpus*, e o medo do surgimento discursos “reacionários e nacionalismos exclusivistas fortemente vocalizados por turcos e curdos, em termos étnicos” assim como por vários grupos do espectro político, da esquerda até liberais e conservadores (KEYMAN, 2010, p. 14). Se parte basilar do sucesso da expansão geopolítica turca era a democracia, no próprio *corpus* há a preocupação em retomar a consolidação da democracia na Turquia.

A estabilidade da sua vizinhança é fundamental para a estratégia turca de crescimento econômico. Apenas uma região politicamente estável permitiria a expansão da economia turca, dependente do comércio externo para seu crescimento. Em 2009, 20% das exportações turcas iam para a região do Oriente Médio. O comércio e a interdependência entre os países aumentaram consideravelmente e a Turquia pode observar o aumento de suas trocas comerciais com os países da região, só com os países do Conselho de Cooperação do Golfo as trocas comerciais aumentaram em quinze vezes entre 1999 e 2008 (DINÇ, 2011, p. 65).

(...) it must be emphasized as a general political comment that the incumbent JDP has consistently attempted to maintain the image of a market-friendly, center-right political movement with a carefully balanced dose of sensitivity in social welfare, since its foundation in 2001. Therefore, it conceived both the promotion of private sector activity, accelerated integration with the global markets, and realization of visible improvements in the socioeconomic realm through substantial investments in public services in key areas such as education, health, and transportation, as existential elements of its political legitimacy. (UNAY, 2010, p. 32–33).

As ditas reformas econômicas que, de acordo com essa narrativa geopolítica, impulsionaram a política externa turca, eram de características liberais. “Promoção do setor privado”, “integração acelerada com os mercados globais” e a melhora dos serviços públicos para a população, como “educação, saúde e transporte.” A Turquia, dessa forma, teria combinado reformas de desregulamentação da economia enquanto investia no atendimento à população. A integração com os mercados globais se refere aos novos mercados abertos pela nova estratégia geopolítica do AKP, notadamente na África, América Latina e o Extremo-Oriente (UNAY, 2010, p. 33). O AKP, portanto, realizou reformas administrativas e institucionais e estimulou os industriais da região da Anatólia a rapidamente se integrem nos mercados globais, com apoio do governo (*ibidem*).

3.6 A Turquia é um modelo combinando islã, democracia e capitalismo

Essa narrativa se constrói no *corpus* quando a Turquia é tratada na vertente de sua europeização e ocidentalização combinada com uma população majoritariamente muçulmana e isso é visto como um ativo para o islã (dissociação de islã e terrorismo/fanatismo) e para seus aliados ocidentais, mas também como um argumento contra a tese de choque de civilizações. Ela aparece em 27% dos artigos analisados como pode ser observado no Diagrama 2.

A existência dessa narrativa se dá porque no Ocidente, o Islã passou a ser associado como sua antítese. Os valores ocidentais estão relacionados a “modernidade secular e a democracia liberal” e quanto ao Islã, para a corrente de pensamento alinhada a ideia de “choque de civilizações”²³, ele representaria a falta de articulação desses valores com sua visão de mundo (KEYMAN, 2011, p. 7). O sucesso da luta contra o terrorismo fundamentalista islâmico passaria pela possibilidade de o Islã recepcionar esses valores (*ibidem*).

In the post-September 11 world, Turkey and its historical experience of modernity has constituted a significant case for the possibility of the coexistence of Islam and democracy. As a social formation with a large Muslim population, Turkey has succeeded in establishing itself as a modern nation with a strong secular state structure, transforming its political system into a multiparty parliamentary democracy and creating a free-market economy., (*ibidem*).

A Turquia então era lida como esse caso de “coexistência entre Islã e democracia”; coexistência, como se uma fosse impermeável à outra. Para além disso, a Turquia era um caso de sucesso de um estado de população majoritariamente muçulmana, mas secular,

²³ Tese elaborada por Samuel Huntington em 1994, originalmente para a revista *Foreign Affairs*.

com um sistema político da democracia liberal e uma economia de livre-mercado. O estado turco, dessa maneira, era o exemplo de possibilidade de um país muçulmano se enquadrar nos valores ocidentais. A Turquia passou por um grande processo de modernização e ocidentalização durante seu período republicano e a história de sua democracia é de altos e baixos, com períodos alternados entre democracia e ditaduras militares (*ibidem*). Mais do que isso, na Turquia o próprio Islã político não só encontrou um espaço de atuação no sistema democrático com grupos identificados com seus valores passaram a governar esse estado fortemente secular. Dessa maneira, o exemplo turco tornou-se ainda mais notório nesse contexto e era colocado como uma possibilidade a ser alcançada pelos outros estados de maioria muçulmana no mundo.

A Turquia então é construída como “modelo” para o mundo muçulmano pelos seus aliados ocidentais. A Turquia é “hábil” em fazer coexistir o Islã com a modernidade e a democracia “pacificamente”. Essa habilidade era considerada um ativo pela administração americana durante o período de sua invasão do Iraque. Essa experiência de modernidade e Islã era vista como um modelo a ser exportado para a região (KEYMAN, 2010, p. 8). O próprio processo de entrada da Turquia à União Europeia era acompanhado com atenção pelos países muçulmanos. Se a Turquia estava sendo tratada como um “modelo” para os países muçulmanos, o processo para fazer parte da União Europeia seria uma espécie de teste do quanto o Ocidente realmente aceitaria esse país de maioria islâmica, mas baseado politicamente numa economia de mercado, uma democracia liberal, secularizado e, ocidentalizado. Apesar dessa característica normalmente não ser colocada, ela é importante para definir a identidade turca, comparada aos demais países muçulmanos.

O *corpus* constrói então a ideia de que o papel atribuído à Turquia nesse momento pós 11 de setembro, é de garantir a paz e estabilidade no Iraque, em particular e no “Oriente Médio e mundo islâmico, no geral” (*idem*, p. 9). A Turquia é colocada então como o único país islâmico que se consolidou como um estado-nação moderno. Ainda, a história moderna turca seria um contraexemplo em relação à teoria do choque de civilizações porque ela é capaz de dialogar com diferentes perspectivas civilizacionais já que seu processo de modernização já possui mais de um século. Ainda, a “significativa experiência histórica turca” também poderia ser uma fonte para todo o mundo islâmico, em especial para países como “Marrocos, Indonésia e Malásia” que poderiam tirar “lições em suas tentativas de democratizarem-se” (*ibidem*). A Turquia é construída geopoliticamente como um grande caso de sucesso do islã moderado, um país muçulmano na modernidade que pode inspirar países díspares, do Marrocos, no norte da África até a Indonésia e Malásia, no sudeste asiático. Essa é a tentativa turca de se estabelecer como a grande liderança muçulmana no mundo, porta voz e catalisador de suas demandas.

No entanto, esse papel atribuído externamente, não agradava uma parte importante do espectro político turco:

These arguments were criticized in Turkey as a “violation of laicism” and “moving toward an Islamic order”. In particular, the fact that majority of the governing AK Party’s members had Islamic identity and practices has heightened the laicist debate. Some of this criticism was targeted to the US, due to widespread allegations that the latter supported AK Party and moderate Islam. (GÖZEN, 2010, p. 49).

O debate laicista da Turquia tem raízes antigas e a própria manutenção do AKP no poder era vista como um desafio de ordem democrática para o *establishment* político turco. Para a elite republicana tradicional, esse papel de “país de Islã moderado” não cabia dentro da construção da identidade turca, laica, secular e ocidentalizada. O AKP era colocado como um partido que se sustentava através do apoio americano. A ideia de que a Turquia representava um modelo por exercer esse “islã moderado” dessa forma também serviu como legitimação para a construção geopolítica que o AKP estabeleceu para a Turquia, a de grande liderança no mundo islâmico.

3.7 A Turquia não está se desocidentalizando, mas se reposicionando na ordem global.

Essa narrativa é construída a partir da reação à crítica de que o estabelecimento de uma nova imaginação geopolítica turca estaria descaracterizando o projeto secularista e ocidentalizante dos pais da república e se afastando dos aliados ocidentais para ocupar uma nova identidade onde o islã e a história do Império Otomano teriam papéis mais centrais. Essa nova identidade, portanto, colocaria em risco a segurança do estado turco, seja por perder o apoio do Ocidente, seja por afastar a Turquia de elementos associados ao Ocidente. Esse código teve uma frequência de 21,5% no número de artigos que apareceram no *corpus*.

Prime Minister Recep Tayyip Erdoğan’s reprimand of Israeli President Shimon Peres at the World Economic Forum meetings and his call to Egypt’s Hosni Mubarak to step down were memorable. These same discourses and criticisms generated scepticism both in Western public opinion and domestically. Those criticisms and condemnations were considered by the critics of JDP’s foreign policy in debates about the “axis shift or change of direction in Turkish foreign policy” and the “Middle Easternisation of Turkish foreign policy”. Generating controlled tensions and using these tensions to express commitments and moral positions is a widely used instrument of Turkish foreign policy. However, Turkey’s material contributions to structural peace building efforts had much more concrete impact. (KÖSER, 2013, p. 178–179).

A Turquia passou a se posicionar diferentemente com o Ocidente e seus aliados, principalmente em relação às áreas em que a Turquia busca a expansão de sua influência geopolítica. As reprimendas públicas a aliados do Ocidente no Oriente Médio e mesmo a um país com quem a Turquia possuía estreitas relações, como Israel, serviam ao público alvo que a estratégia geopolítica que a Turquia quer atingir, a população muçulmana da região do Oriente Médio e afirmar que a Turquia não se exime de marcar posição nos conflitos do seu entorno regional. A fala em relação ao presidente egípcio está dentro do contexto da chamada Primavera Árabe, um movimento em prol da democratização dos países árabes regidos por ditaduras militares e de características laicas. Já a discussão com o presidente israelense ocorreu no contexto de um debate em relação aos ataques de Israel à Faixa de Gaza, que já havia vitimado mil e duzentos palestinos²⁴. O *corpus* afirma que esses momentos foram “memoráveis”, já que mobilizaram bastante a opinião pública regional.

A maneira como a crítica coloca essas ações do governo turco é a de que a Turquia estaria mudando seu eixo de política externa do Ocidente para o Oriente Médio, inclusive usando termos como “*Middle Easternisation of Turkish Foreign Policy*”. O impacto é dizer que a Turquia não se preocupa mais em fazer parte da aliança ocidental e estaria se movendo em direção aos países da Eurásia e Oriente Médio. Isso significa que a Turquia estaria saindo da esfera de influência ocidental para confrontá-la frontalmente, atrapalhando os interesses das grandes potências ocidentais na região, mas também podendo se tornar um aliado de adversários do bloco ocidental. O que seria um problema grave, já que a Turquia está inserida na arquitetura de segurança da OTAN.

Outro risco, percebido mesmo como interno, é que o distanciamento da Turquia de seus tradicionais aliados ocidentais também a afastaria do modelo ocidental de democracia liberal, economia de mercado e secularização, já que a ideia de “*Middle Easternisation*” também enseja um papel cada vez maior da religião no espaço público. A defesa no *corpus* é a de que embora a Turquia tenha perseguido o conflito no debate público, ela tem contribuições concretas para a construção do processo de paz na região.

A estratégia turca para o incremento da estabilidade na região seria uma estratégia de *soft power* com interdependência econômica, devido ao aumento dos fluxos comerciais entre os países; o encontro de pessoas através do “comércio, viagens (por meio político para facilitar o trânsito de pessoas) e pela produção cultural turca nos países do Oriente Médio (KOSEN, 2013, p. 179). A estratégia turca é mudar sua “imagem pública”, tanto para a elite como para a população em geral dos países da região e assim estabelecer a

²⁴ Reportagem da BBC: “Premiê vira herói na Turquia após atrito com Israel”. https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/01/090130_pmturquiavoltadavosfn_tc2, acessado em 14/02/2024.

construção de uma paz focada na “construção de confiança” e não pela segurança militar e se tornar um mediador de conflitos reconhecido por todas as partes na região (*idem*, p. 181). A construção desse papel, não afastaria a Turquia do Ocidente, mas permitiria a ela se tornar um importante ator regional.

Turkey’s ideological and institutional belonging to the Western bloc, as well as its close relations with the U.S as the hegemonic power of the system, brings it closer to the Western traditional middle powers seeking revision in the international system through strengthened cooperation arrangements and mechanisms in the formal and informal global governance institutions and forums. (DAL, 2014, p. 131).

Mesmo com o aprofundamento da Turquia com seus vizinhos do Oriente Médio, a Turquia ainda pertence “ideologicamente e institucionalmente ao bloco ocidental”. Essa afirmação que surge no *corpus* mostra claramente que por mais que a construção de uma nova imaginação geopolítica turca abarque espaços geográficos antes negligenciados, a Turquia mantém laços econômicos, políticos, militares e culturais importantes tanto com os Estados Unidos, quanto com a União Europeia. A narrativa que emerge é a de que está em curso uma mudança de paradigma. A criação de um novo espaço geográfico, em que a Turquia pretende se tornar o ator que conecta a todos por meio de estratégias econômicas e culturais, além de sua transformação e legitimação como mediador dos conflitos regionais.

3.8 A nova Turquia precisa de uma nova narrativa de si.

Essa narrativa está presente em 21,5% dos artigos analisados no *corpus* de acordo com o Diagrama 2. Ela aborda a premissa de que a Turquia passa por uma mudança de identidade baseada em diversos fatores e de que isso gera uma nova narrativa sobre a Turquia. Essa “nova narrativa” da Turquia é parte fundamental de seu projeto de configuração de um novo espaço de poder para o país e legitimá-lo domesticamente assim como para o exterior. Assim, é comunicar ao público, do mais restrito ao mais geral, uma nova maneira inclusive de olhar a Turquia, suas experiências históricas, sociais e culturais e a partir de aí construir uma imagem crível a respeito da posição na ordem global em que a Turquia quer fazer parte. A narrativa quer demonstrar que a transformação pela qual o país passava não era retórica, mas baseada em evidências factuais, além de ser uma experiência um tanto única comparada a outros países.

The changes taking place in Turkish society and foreign policy are as much triggered by ruptures in the regional and global system as they are by those taking place within Turkey itself. Turkey, which has become one of the important actors in the regional order and the global system, is experiencing this transformation in tandem with its unique conditions. It is thus correct to say a “new Turkish story” is emerging. The changes born out of Turkey’s internal dynamics, and its consequent effects on foreign policy, are seen through a wide swath from Europe to America, the Middle East to Asia, and prompt a new discussion about Turkey on different platforms, ranging from international relations to political science and cultural studies. These new dynamics which have emerged in the recent episodes of Turkish modernization are also adding new dimensions to Turkey’s traditional relations with Europe and the United States. As I have discussed elsewhere, the new Turkey is emerging as a result of a new geopolitical imagination on the one hand, and Turkey’s economic and security-based priorities on the other. The tectonic changes in Turkish foreign policy can be reduced neither to ideological considerations, nor to Realpolitik anxieties. (KALIN, 2011, p. 7).

A narrativa já coloca a Turquia como um dos “atores mais importantes na ordem regional e global”. Dá essa informação como um fato consolidado. As transformações pelas quais a Turquia passou não foram apenas na sua “política externa”, mas também em sua “sociedade”. Assim, constrói-se a ideia de que a posição da Turquia se dizer esse importante ator, regional e global, não é apenas circunstancial ou retórico, mas estrutural e, portanto, mais permanente. Essas mudanças pelas quais o país passa são tão intensas, “tectônicas”, que se fizeram sentir em praticamente todo o mundo, tornando a Turquia em objeto de estudo em “diferentes plataformas” abrindo “novas discussões” a seu respeito. Novamente, é a corroboração de que a Turquia mudou completamente do que era antes, com consequências em sua estratégia de atuação geopolítica. E esse fato não pode ser reduzido a um discurso “ideológico” ou “ansiedades da *realpolitik*”, mas é alicerçado por novas “prioridades econômicas e de segurança” conjuntamente com uma nova geografia imaginativa. Uma nova forma de ser ver no mundo que transforma as prioridades do país e faz emergir uma “nova história turca.”

A Turquia dessa maneira se transformou e mudou sua relação com o mundo. São “novas dinâmicas” que permeiam agora suas interações com antigos aliados como os EUA e a Europa. A palavra, “novo”, aparece repetidamente no *corpus* para justificar os rumos na política externa turca e em seus objetivos geopolíticos. É a “nova Turquia”, “uma nova história”, “uma nova geografia imaginativa”. Se a Turquia é algo diferente do que era antes, ela precisa marcar essas diferenças, desenvolver uma forma de mostrar, explicar e legitimá-las, para um público amplo, acostumado com uma velha Turquia. Essa narrativa aborda justamente esse fato. Ela trata justamente das ações da nova Turquia assim como da necessidade de se contar essa história ao mundo.

This article takes a look at two core elements of Turkish foreign policy: “soft power” and “public diplomacy.” Turkey’s soft power capacity will be explained as a confluence of the country’s history, geography, cultural depth, economic strength and democracy, and its place in Turkish foreign policy will be highlighted. Public diplomacy, which is a platform for the implementation of soft power, is a new concept in Turkey and is increasingly being discussed especially since the launching of the Office of Public Diplomacy within the Turkish Prime Ministry. Since the publication of decree 27478 announcing its launch on January 30, 2010 in the Official Gazette, the Office of Public Diplomacy has been pursuing various public diplomacy activities. (KALIN, 2011, p. 7).

Para narrar essa trajetória que a Turquia percorreu na primeira década dos anos 2000, o porquê do comportamento dela na ordem mundial e a legitimidade para ela ocupar o espaço pretendido, um projeto de convencimento do público deve ser feito. Esse convencimento deve se utilizar do *soft power* turco. Esse tipo de poder que age mais pela “persuasão” do que pela força, pela criação de liderança pela “credibilidade” que permitiria a legitimidade do uso do poder (KALIN, 2011, p. 8). O *soft power* turco seria baseado em vários eixos que foram defendidos por Ahmet Davutoğlu, “a história, a geografia, a profundidade da cultura, a força da economia e a democracia turcas.” Todos esses elementos devem ser de alguma forma comunicados aos diversos tipos de público para que reconstrução geopolítica de sua imagem seja aceita, para que se conheça a nova Turquia e sua nova posição no mundo.

Uma das maneiras que a Turquia encontrou de controlar a narrativa sobre si, foi criando um departamento de diplomacia pública. Ela é um “instrumento estratégico de comunicação que busca ‘entender, informar e convencer o público’ e, diferentemente da propaganda, deve-se basear em “fatos e na verdade” (KALIN, 2011, p. 11). É uma estratégia para trabalhar a comunicação política dos Estados em duas frentes, do estado para o público e público para o público (*ibidem*). Na primeira, o estado busca explicar suas políticas para o público através de seus canais oficiais e na segunda, são usados outros “elementos, como organizações não-governamentais, centros de pesquisa, pesquisas de opinião, a mídia, formadores de opinião, universidades, programas de intercâmbio, associações e fundações” (*ibidem*). Logo, para a Turquia expandir sua nova imaginação geopolítica, externa e internamente (pois é preciso também introjetar essa nova geografia imaginativa de forma ampla para angariar apoio interno) ela deve se engajar nessa nova forma de comunicar com o público.

Turkey has acquired a negative image due to past mistakes, and was prevented from conducting an effective public diplomacy because of those failed and misguided government policies. Turkey’s new narrative is more than creating a new image. Rather, it reflects the new identity which the country wants to embrace to overcome its past mistakes and chart a new course for its social and political future. (KALIN, 2011, p. 12).

O objetivo dessa narrativa é defender que a imagem que ficou da “velha” Turquia precisa ser apagada do público, o que é necessário é explicar o que é a “nova” Turquia. Novamente, não se de criar uma imagem. Uma imagem pode ser falsa, manipulada, não se sustentar a uma apreciação mais próxima. A nova narrativa responde ao anseio de mostrar transformações estruturais e complexas na Turquia. É uma nova identidade. É uma ressignificação ampla não só de quem se é, mas do que se foi e do se quer ser. O “país quer assumir” essa nova identidade. Essa expressão implica dizer que esse projeto é mais do que político partidário, mas uma percepção maior da própria sociedade turca para se guiar de uma nova maneira interna e externamente. O próprio *SAM*, como centro de pesquisa em política externa, é parte dessa estratégia, ocupando espaço tanto dentro dos canais oficiais, pois é ligado ao ministério de relações exteriores turco, mas também serve como diplomacia pública, já que atrai intelectuais turcos e estrangeiros.

3.9 O crescimento econômico e a política externa turca são interrelacionados

Essa narrativa foi encontrada em 20,1% dos artigos *corpus* como pode ser visto no Diagrama 02. É uma narrativa auxiliar ainda significativa já que ajuda a justificar a Turquia como uma potência média emergente. Aqui, a construção é legitimar economicamente o projeto de potência média da Turquia, assinalando boa parte do seu sucesso econômico com o aumento das exportações turcas para países vizinhos assim como para novos mercados, como a África, América Latina e Ásia. A construção desse novo espaço geopolítico pretendido pela nova geografia imaginativa turca possibilitaria ao país sustentar seu crescimento econômico conjuntamente com reformas econômicas neoliberais realizadas no início dos anos 2000.

The economic implications of socio-political instability and polarization proved to be lower economic growth rates, chronic hyperinflation and the complete loss of fiscal discipline leading to abysmal budgetary performance. Speculative attacks in the presence of substantial budget deficits were among the main causes of successive financial crises that hit the Turkish economy in 1994, 2000 and 2001. Evaluated in the light of these prominent trends of instability, the post-2001 period represented a clear rupture in the historic transformation trajectory of the Turkish political economy, which witnessed both the restructuring of a ‘regulatory state’ through comprehensive institutional/regulatory reforms, and a positive macroeconomic environment characterized by high and sustained growth rates, lower inflation, fiscal discipline, unprecedented levels of FDI inflows and the completion of large-scale privatization programs. In the post-2002 period, it is also possible to discern mutually reinforcing dynamics between the galvanization of macroeconomic stability and strong growth momentum on the one hand, and sustainability of the renewed activism in foreign policy on the other, both coalescing to transform Turkey into a credible regional power. (UNAY, 2010, p. 27).

A Turquia, durante os anos 1990, passou por diversas crises políticas que tiveram impacto um impacto negativo na sua economia com “baixo crescimento, hiperinflação” e problemas fiscais com grandes crises econômicas em um curto espaço de tempo. Após a última grande crise, de 2001, diversas reformas econômicas foram realizadas para estabilizar a economia. O *corpus* mostra que houve algumas reformas relacionadas à regulação da economia pelo estado, baixa inflação, aumento do crescimento econômico, disciplina fiscal e um significativo fluxo de investimentos estrangeiros que engendraram uma “ruptura” na história econômica da Turquia. Apesar dessas reformas iniciais não terem se iniciado com o AKP, o partido, que chegou ao poder em 2002, além de mantê-las e aprofundá-las, já que “galvanizou”, ou seja, protegeu a “chamada estabilidade macroeconômica e o momento de crescimento” e associou a isso um ativismo de política externa sustentado. É a conjunção de ambos os fatores que permitiram à Turquia se tornar uma “potência regional com credibilidade.”

A associação clara entre sucesso econômico e a possibilidade de verdadeiramente se tornar potência é o foco dessa narrativa. O sucesso econômico e a atuação geopolítica turca viabilizam um ao outro e ao mesmo tempo que transformam a Turquia numa potência média. Essa simbiose é destacada na narrativa mostrando as crises econômicas turcas ao longo da história ou mesmo comparando com um outro momento de medidas neoliberais e tentativa de expandir as relações econômicas em seu entorno regional, no governo Özal, nos anos 1980 (UNAY, 2010, p. 28). O que diferenciaria o período Özal com o período AKP foi justamente uma proativa política externa que atuasse de maneira multidimensional para “identificar novos mercados e parceiros comerciais” para sustentar a economia baseada em exportação ao longo do tempo (*ibidem*).

Undoubtedly, one of the crucial aspects of the productive synergy between economic strategy and foreign policymaking in the post-2002 era concerned the adoption of a proactive and multidimensional foreign policy approach, as has been the case in numerous countries which experienced transitions from inward-looking import substitution regimes to outward-oriented export promotion strategies (UNAY, 2010, p. 29).

De acordo com o *corpus*, é com o governo AKP que se irá realmente usar a diplomacia para esse enfoque econômico. Para que esse sucesso econômico fosse sustentável, foi adotado esse modelo de abordagem proativa e multidimensional, na sua política externa para abrir mercados e se associar a outros atores internacionais. O trecho afirma que há uma “sinergia” entre ambos, ou seja, ambos atuam em cooperação. A política externa possibilita o sucesso econômico, que por sua vez dá credibilidade ao discurso de potência utilizado para abrir mercados. Para ilustrar esse fato, aparecem dados do aumento das exportações turcas entre 2003 e 2009, saltando de 43 bilhões de dólares

para 132 bilhões em 2008 e, mesmo com a crise financeira de 2008, mantendo-se alta em 2009 com 101,6 bilhões de dólares (*idem*, p. 31).

3.10 As demais narrativas geopolíticas encontradas no *corpus*

As demais narrativas geopolíticas encontradas nos artigos do *corpus* são menores, em geral, tanto na quantidade de citações, quanto nas suas aparições em diferentes artigos do *corpus*, como pode ser vista nas tabelas acima. Às vezes, a quantidade de vezes que uma narrativa foi associada à palavra Turquia é relativamente alta, mas ela está relacionada apenas a poucos textos, menos de 15% do que foi analisado. Dessa maneira, essas narrativas serão apenas descritas no presente trabalho, pois não são incisivas quantitativamente para a realização da análise qualitativa, a discussão sobre a construção da narrativa da Turquia como potência média emergente.

3.10.1 A Turquia vista de fora: “ela não compartilha os valores da Europa”

Essa é a narrativa da construção imagética da Turquia em países da União Europeia dentro do contexto do processo de sua entrada no bloco europeu. Em geral, as populações que compõem o bloco não creem, de acordo com pesquisas, que a Turquia compartilhe de valores europeus, como defesa dos direitos humanos ou mesmo em termos de valores culturais como religião.

In fact, Italian conservatives seem currently divided on Turkey and Turkey’s European integration. Turkey’s very belonging to European and Western civilization is questioned by parties, or individual leaders within parties, that subscribe to the view that Europe’s response to the dangers and challenges of globalization should be to rediscover its roots and tradition, starting with Christianity. These are the same parties demanding that European officials in Brussels more rigorously and conservatively define Europe’s borders, geographically as well as culturally (ALESSANDRINI, 2011, p. 94).

3.10.2 A Turquia hoje é uma democracia que foi construída ao longo da história republicana

Essa narrativa aborda a construção da democracia na Turquia republicana. Apesar da democracia ser considerada um dos pilares de legitimidade turca como potência média, a sua construção ao longo da história não é amplamente debatida no *corpus*, como a tabela

4 revela. Nesse caso, são descritos os momentos de florescimento e retraimento democráticos na história turca. Os outros momentos em que se fala de democracia na Turquia no *corpus* não estão relacionadas à sua construção, mas como um elemento dado de legitimidade da Turquia em sua nova imaginação geopolítica. Por isso foi feita essa diferenciação na forma como ela é associada à unidade de pesquisa “Turquia”, no *corpus*.

For this reason, the perspective of modernity has to be completed with a critical analysis of the history of contemporary Turkey from the perspective of democracy and its consolidation. As has been suggested by many, although Turkey’s travel in modernity has always involved a reference to democracy, this history has revealed a paradox: a ‘success’ in the transition to democracy, but a ‘failure’ in making it consolidated. (KEYMAN, 2010, p. 12).

3.10.3 Idas e vindas: o movimento da diáspora turca e a diminuição da emigração é um sinal do sucesso da nova Turquia

Essa narrativa se alicerça na construção da ideia de sucesso econômico da Turquia. O discurso que se forma é de que o sucesso econômico turco estaria atraindo o retorno temporário de primeira geração de turcos emigrantes e de seus descendentes (que querem se conectar com a terra de seus pais) e diminuindo o fluxo de emigração turca para o exterior.

Many Turkish emigrants who previously settled in various European countries are returning to Turkey, but not all of them permanently. Many of the first generation migrants who migrated in the 1960s and 1970s and later retired have started living six months in Turkey and six months in Europe. They prefer to keep in contact with, for example, the health services and pension systems, and they often do not wish to give up their houses, and try to keep in contact with their relatives, who live both in Turkey and abroad. Meanwhile, children of migrants who were born in Europe or grew up there also sometimes return to Turkey because they wish to connect with their roots. (IÇDUYGU, 2012, p. 20).

3.10.4 A Turquia defende os direitos humanos

Essa narrativa constrói a ideia da Turquia como defensora dos direitos humanos, um tópico pelo qual ela é historicamente criticada. Nesse código, é narrada a adesão da Turquia a tratados internacionais para demonstrar seu compromisso com valores democráticos além de ações tomadas internamente pelo governo AKP para se diferenciar dos períodos anteriores à sua chegada ao poder.

Therefore, since coming to power in 2002, the Justice and Development Party firstly broke the shackles of the minds and made revolutionary reforms in issues that were regarded as taboos. For example: the state of emergency, which allows for the suspension of human rights, exists in the legislations of almost all countries. However, this practice may bring about abuses and bad practices. The 25 years of state of emergency which was declared due to terrorism was abolished only 12 days after the formation of our Government on 30 November 2002. Indeed, being the first action of our Government, it was a clear sign of our human rights perspective. (ARINÇ, 2013, p. 6).

3.10.5 A Turquia ainda é um país em desenvolvimento

Essa narrativa constrói a ideia que, apesar de todo o discurso a respeito de ser uma potência média, a Turquia ainda é um país em desenvolvimento, com muitos problemas característicos dos países do sul global, como concentração de renda, pobreza, insuficiência dos serviços públicos e dependência tecnológica. Isso afeta os projetos turcos de ser considerada uma potência global, pois é há limites no poder econômico que a Turquia pode dispor. Ainda assim, seria um país que tem um projeto de desenvolvimento e almeja chegar aos seus objetivos regionais.

Because Turkey is still a developing country, the government has not made its external spending a high profile issue and thus reliable and consistent figures are not always easy to come by. In addition, since up to 75% of spending on major crises has come not from budgetary allocations but from government-organized telethons, there are questions about how “donor fatigue” could more easily undermine the sustainability of Turkish efforts (GILLEY, 2015, p. 46).

3.10.6 A Turquia construiu um papel de liderança internacional emergente

Desse código são retirados trechos que corroboram a narrativa da Turquia como potência média em ascensão demonstrada em situações de liderança e proatividade no cenário mundial. É uma atuação geopolítica de cunho humanitário em países menos desenvolvidos (*Least developed countries*) onde a Turquia busca uma ação rápida e efetiva para solução de problemas concretos, dentro das suas possibilidades orçamentárias. É uma maneira de dizer que a Turquia não se furta em ajudar os países mais pobres do mundo, notadamente na África.

The mayor of Mogadishu is more blunt: “If I request computers from the UN, they will take months and require a number of assessments. They will spend US\$ 50,000 to give me US\$ 7,000 of equipment. If I request computers from Turkey, they will show up next week.”(GILLEY, 2015, p. 46).

3.10.7 A Turquia sempre acolheu refugiados e exilados

Nessa narrativa se constrói a Turquia como um lugar sempre disposto a receber refugiados e determinados grupos de exilados políticos. A política de acolhimento de refugiados da Turquia passava por uma revisão para enquadrá-la no seu projeto de potência média emergente e nova atuação geopolítica.

Turkey has long been a land of asylum, particularly for refugee flows from the Balkans, since its inception in 1923. Since the 1980s the influx of refugees and irregular and transit migrations to Turkey, particularly from the Middle East but also from Africa and Asia, have intensified. In 1988 and 1991 Turkey had to deal with the Iraqi Kurdish refugee flows. The 1991 refugee flow, when more than one and a half million Iraqi Kurds were amassed by the mountains bordering Turkey, Iraq, and Iran, was the biggest refugee crisis in recent memory, and Turkey opened its border to around half a million Iraqi Kurds. Today, due to the onset and intensification of violence in Syria since early 2011, Turkey is trying to cope with another refugee influx from Syria. The number of Syrian refugees has currently reached half a million and is expected to grow given the escalation of violence in Syria, which will further strain Turkey's already overburdened refugee and asylum regime. (IHLAMUR-ÖNER, 2013, p. 191).

3.10.8 A religião tem um projeto de potência da Turquia

Esse código aborda os caminhos do modelo religioso turco pré e pós AKP como modelo islâmico mais liberal e racional e suas disputas ideológicas com o salafismo e xiismo. Aponta as diferenças e como a Turquia é fundamental para reter o avanço dessas correntes classificadas pelos turcos como sectárias e mais fundamentalistas. Ele também fala da expansão de influência do *Dyianet* em diversas áreas de influência religiosa turca.

At this stage, it is worth mentioning the increasing appreciation of Turkey's Directorate of Religious Affairs on a global scale. Owing to its vast experience and strong internal structure, not to mention its foundations being on the principles of balance, depth and high quality services, the Directorate has received a wide and considerable appreciation in the world. Turkey's rational and liberal approach to the issue of religion has made very strong contributions to the extension of peace and happiness in Turkish society as well as in other Muslim communities. Today, religion is seen as a source of the quest for peace and comfort while some steps aiming to limit the religious sphere through controversial policies have been abandoned. The Directorate is leading a prestigious organization of religious services both in a regional and global scale. This endeavor is supported by Turkey's unique interpretation of secularism and freedom of thought and faith which are legally guaranteed. (GÖRMEZ, 2012, p. 10–11).

3.10.9 O Ministério das Relações Exteriores turco se modernizou

Essa narrativa aborda a modernização da estrutura do Ministério das Relações Exteriores turco com um forte sistema informatizado que permita sua atuação como um centro da atuação externa da Turquia. Também mostra como o Ministério está obviamente atuando de acordo com a nova visão geopolítica turca, com a abertura de embaixadas em locais de interesse para o estado turco. A narrativa quer demonstrar que o ministério e o corpo diplomático estão à altura dos desafios na ordem global que a Turquia pretende atuar.

The introduction of ICTs (Information and communication technologies) to work processes at the Ministry has been based upon a conscious decision of a group of computer-enthusiast senior foreign service officials to transform the organization. The underlying motivation for this initiative was to adapt the Ministry to the rapidly changing socio-political environment, and restore the Ministry's traditional dominance in the information field of foreign policy of Turkey. (ÖZKAN, 2015, p. 38).

3.11 Conclusões do capítulo

Foi possível observar a construção de narrativas geopolíticas que colocam a Turquia como uma potência média emergente dentro da ordem global, buscando não só influência regional, mas também em remodelar o sistema internacional. A Turquia busca convencer o público de que ela se transformou em relação à Turquia pré-AKP. Ela seria mais democrática, com sucesso econômico sustentável, capaz de projetar poder regionalmente e defender seus interesses frente às grandes potências, dentro de determinados limites. A projeção de poder da Turquia não seria baseada na sua força militar- que existe e é considerável- mas no chamado *soft power*. A economia, a cultura, o uso de instituições multilaterais, investimentos e cooperação são alguns dos instrumentos que aparecem ao longo do *corpus*.

Nos artigos analisados, não foram encontradas narrativas de oposição direta, mas alguns poucos trechos que falam em sugestões no direcionamento de determinadas ações da política externa como “*Furthermore, as Ian Lesser has correctly pointed out, Turkey should focus more and more on ‘priority setting’ rather than multi-dimensional ‘engagement’, in order to make its proactive and constructive foreign policy realistic and effective.*” (KEYMAN, 2010).

Nesse sentido, há em alguns momentos a percepção de que a estratégia geopolítica turca naquele período era excessivamente otimista e sem foco além de sugerir que o eixo de política externa que a Turquia deveria seguir seria o de estreitamento com a União

Europeia, já que foi o processo de ingresso que ajudou a aprofundar algumas reformas democráticas no país (*ibidem*).

A Turquia estaria criando para si, uma nova geografia imaginativa em que sua posição geográfica é um ativo que a liga a diversas regiões, onde sua história e legado cultural devem servir de conexão com outros povos que viveram dentro das margens do antigo Império Otomano e em que o país seguiria firme em defender seus interesses nacionais, a despeito da opinião de seus antigos aliados ocidentais. As narrativas do *corpus*, em sua maioria, complementam essa imagem. O *SAM* e suas publicações, são utilizadas como ferramentas para expandir essa nova visão que o governo do AKP estabeleceu para ela comentando e defendendo, em geral, as ações geopolíticas turcas. É preciso ressaltar, que essa é uma representação idealizada do que a Turquia pretende ser na ordem global.

CAPÍTULO 4

Considerações Finais

A chegada do AKP ao poder não foi apenas uma abertura do rígido laicismo kemalista a um partido islamista moderado, com pequenas implicações para a Turquia. Devido a uma série de fatores externos e internos que foram se desenvolvendo ao longo da primeira década de sua primeira vitória eleitoral, o AKP conseguiu se consolidar como a maior força política da Turquia do século XXI. Essa força interna que o partido foi construindo ao longo dos anos no poder foi utilizada para a busca de uma nova geografia imaginativa da Turquia, novas definições de identidade com consequências para a atuação geopolítica turca. A nova construção espacial com a qual a Turquia estava desenvolvendo deveria permitir uma atuação internacional mais afirmativa e transformadora, reposicionando o país na ordem global.

Desde o início da primeira década dos anos 2000, o principal ideólogo de política externa do partido, Ahmet Davutoğlu, procurou implementar seus conceitos geopolíticos junto ao círculo dirigente do partido no poder. Para ele, a Turquia não era um país central nos moldes da antiga estratégia turca, cercada de inimigos. A Turquia é um país central e repleto de possibilidades de projeção de poder. Davutoğlu não inventou seus conceitos sobre a criação de uma nova geografia imaginativa da Turquia sozinho, muitos elementos que ele traz já estavam em gestação não só na academia turca, mas mesmo dentro do *establishment* da Turquia. Basta lembrar que o último ministro das relações exteriores do período anterior ao AKP, Ismail Cem, já preconizava uma política externa mais ativa e em contato com os países da vizinhança imediata da Turquia. Também o período de Turgut Özal, nos anos 1980, a Turquia ensaiou uma expansão das parcerias comerciais da Turquia, dentro do seu contexto de liberação da economia, além de uma tentativa de influência nas recém independentes repúblicas turcas (também ensaiando a concepção de uma nova geografia imaginativa da Turquia que apelasse para as origens étnicas comuns), oriundas da dissolução da União Soviética.

O que os impediu, em ambos os casos anteriores ao AKP, foi a crise econômica e política em parte do período de Cem e a falta de sustentabilidade do modelo econômico do governo Özal. No entanto, ambas as iniciativas já apontavam para o caminho de uma

Turquia proativa na ordem mundial, assim como antevia a possibilidade de aumentar o poder de influência regional da Turquia. Davutoğlu defendia que a Turquia poderia ser não só um poder regional, mas global e que continha elementos mais do que suficientes para exercer esse papel. Ela tinha peso histórico e cultural em diferentes regiões vizinhas. O período otomano deveria ser reabilitado como uma experiência de poder da Turquia que a habilitaria nos dias de hoje ter um papel mais proeminente nos países que um dia fizeram parte do império. Na visão de Davutoğlu, essa experiência histórica não é utilizada como referência no sentido de dominação, mas de que a Turquia historicamente saberia lidar com um mundo multiétnico e multicultural de uma maneira realmente integrada e com respeito pelas diferenças, a Turquia seria cosmopolita.

Para além do peso histórico e cultural, a geografia da Turquia também seria um fator de extrema importância na concepção dessa nova geografia imaginativa. O país está na Europa, na bacia do Mediterrâneo oriental e do Mar Negro; na Ásia, ligada ao Oriente Médio, ao Cáucaso e, culturalmente, à Ásia Central. Longe de ser um problema, a Turquia teria esse grande ativo de pertencimento geográfico e cultural com diferentes regiões em uma área que Davutoğlu considera central para o exercício do poder. A religião é, talvez, o principal elemento original trazido por Davutoğlu nesse processo. Ela legitima uma forte reentrada geopolítica da Turquia numa região que há muito era negligenciada na política externa turca, o Oriente Médio. A Turquia precisava voltar a ter, como no passado otomano, ser um ator importante no mundo islâmico. Com todos os elementos que Davutoğlu defendeu que a Turquia possuía, ela deveria ser a liderança do mundo islâmico.

O islã praticado na Turquia foi moldado e instrumentalizado pelas necessidades da república secular turca ao longo do século XX e no período AKP, um partido de orientação islamista, ela passou a ser colocada como parte fundamental da identidade da Turquia. Não foi um processo suave, essa ação encontrou muita resistência dos militares, que tutelavam a política turca, assim como do *establishment* burocrático e econômico turcos. No entanto, a maioria parlamentar do AKP em conjunto com o processo de ingresso da Turquia na União Europeia, apoiado por boa parte da tradicional elite econômica, burocrática e militar, e suas exigências em relação à direitos humanos, permitiu ao AKP colocar a liberdade religiosa nesses termos ao mesmo tempo que encerrava a tutela militar do país. Foi um aprofundamento da democracia turca, elencada como um dos principais elementos da construção dessa nova geografia imaginativa turca, o elemento que diferenciaria a Turquia dos demais países muçulmanos e justificaria a liderança turca no mundo islâmico. A grande preocupação com a segurança do estado turco se daria não pelo seu isolamento de determinadas regiões e força militar, mas por uma nova inserção da Turquia no seu entorno regional criando laços culturais, políticos e econômicos.

A construção de uma geografia imaginativa não é um processo simples, nem rápido. Ela precisa ser apropriada internamente e reconhecida externamente. Ela necessita ser assentada em discursos que se tornem hegemônicos no universo de compreensão geopolítica dos atores envolvidos para que assim as ações decorrentes de sua concepção sejam legitimadas. É por meio da elaboração desses discursos que a representação espacial desejada pelos formuladores de estratégias geopolíticas se estabelece e se naturaliza nas diversas escalas da sociedade. Da produção acadêmica à produção cultural de massa passando pelos formadores de opinião da mídia, uma geografia imaginativa deve estar assentada para que as ações do estado sejam consideradas legítimas e justificáveis.

Nessa dissertação buscou-se analisar artigos de publicações de um *think tank* turco que é ligado ao estado, o *Center for Strategic Research*. São artigos acadêmicos e semi-acadêmicos, de uma ampla gama de autores, a maioria turcos, mas estrangeiros também. Pretendeu-se averiguar se nesse contexto de produção intelectual surgiriam narrativas geopolíticas que conformariam essa nova geografia imaginativa da Turquia. Para efetuar essa pesquisa foi escolhida a abordagem teórica da geopolítica crítica, cujos postulados trabalham justamente com a construção discursiva do espaço geopolítico que conforma as identidades dos estados. Identidades que estabelecem as prioridades, as ameaças, os aliados e os possíveis inimigos do estado. O discurso como produtor de sentidos, do que é a ordem global e o lugar de cada ator internacional nela. Dessa maneira, como metodologia foi escolhida a análise de discurso para que fosse possível conhecer como se formavam no material analisado, narrativas geopolíticas que construíssem uma nova geografia imaginativa da Turquia.

Para empreender a análise de discurso nos artigos, algumas estratégias foram elaboradas. Em primeiro lugar, os artigos selecionados precisaram possuir o significante “Turquia” para que a partir daí fosse possível encontrar padrões em como ela era representada em cada passagem nos textos, codificar esses achados para daí descobrir quais narrativas geopolíticas emergiriam do material analisado. Com as narrativas em mãos, foi feita uma análise frequencial para estabelecer quais eram as narrativas principais e quais eram as auxiliares. Isso foi feito pelo cruzamento das narrativas geopolíticas encontradas e o número de artigos analisados. Quanto em mais artigos uma narrativa geopolítica aparece, maior é sua importância na elaboração da geografia imaginativa da Turquia. Com esses dados em mãos, a análise das narrativas geopolíticas encontradas foi realizada.

A grande narrativa encontrada no *corpus* foi a Turquia como uma potência média em ascensão. A Turquia teria passado por grandes transformações na primeira década do governo AKP que culminaram com uma mudança fundamental no status internacional da

Turquia. Ela agora teria ascendido ao papel de potência média na ordem global. Uma potência nova, recente, e por isso mesmo com necessidade de se legitimar na ordem internacional. Se identificar como uma potência média em ascensão significa que a Turquia teria ali por diante novos objetivos geopolíticos, iria se posicionar mais assertivamente no cenário internacional em defesa de seus interesses nacionais; demandaria mudanças no sistema de tomada de decisões da ordem global, considerado injusto. Essa nova maneira de se enxergar geopoliticamente justificaria a nova maneira proativa da política externa turca. No *corpus* fica claro que essa mudança de status é recente e relacionada à chegada do AKP.

A preocupação ao longo do *corpus* é legitimar essa nova maneira da Turquia ver a si mesma. Não à toa, foi a narrativa geopolítica com o maior número de ocorrências e que perpassa o maior número de artigos. As demais narrativas encontradas, também buscam corroborar essa nova percepção que a Turquia tem de si. Portanto, foram consideradas narrativas auxiliares desse processo de produção de sentido de uma Turquia como potência média emergente. Ela é um país que busca defender seus interesses na ordem global, mesmo ante as grandes potências, manejando como pode dentro de seus limites de poder. A Turquia possui “profundidade estratégica”, sua história, geografia e cultura são elementos que legitimam sua nova posição na ordem mundial. As narrativas auxiliares tratam de vários aspectos que legitimariam a visão da Turquia como potência média e os posicionamentos tomados nos anos após a chegada do AKP e também das decisões que seriam tomadas ali por diante.

Esse estudo contribui com o campo da geopolítica crítica, pois analisa a criação de uma geografia imaginativa da Turquia por meio de artigos acadêmicos e semi-acadêmicos nas publicações de um *think tank* pertencente ao estado turco. Apesar da maioria dos autores não fazerem parte do núcleo do estado que formula e implementa visões geopolíticas, os textos são organizados, selecionados e escritos para a comunidade de intelectuais que pensa a atuação política dos estados. O caso turco é interessante de ser estudado porque o período selecionado coincide com o momento de consolidação dessa nova geografia imaginativa domesticamente e a defesa de expandir essa nova autopercepção para os demais estados. A partir dessa pesquisa, outras podem ser empreendidas em outros *think tanks* turcos para compor um quadro de como a geografia imaginativa da Turquia encontrada perpassa, ou não, os centros de pesquisa da política externa turca; até mesmo analisar se os mesmos intelectuais que escrevem para o SAM também produzem artigos para esses outros centros e fundações circulando as mesmas narrativas geopolíticas, ou não.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Aline. **Islã político e mobilização social na República da Turquia: uma análise discursiva**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- ARAS, Bülent. “**Davutoğlu Era in Turkish Foreign Policy**”. In *Seta: Policy Brief*, n. 32, p. 127–142, 2009a.
- _____. “**Turkish and Eurasian Frontiers of a New Geographic Imagination**”. In *New Perspectives in Turkey*, n. 40, p. 195–217, 2009b.
- ARAÚJO, Shadia H. “**Nenhum ‘choque de civilizações’: uma análise das geografias imaginativas na mídia impressa árabe após os ataques de 11 de setembro de 2001**”. In *GEOgraphia*, v. 19, n. 41, p. 73–87, 2017.
- BAZELEY, Patricia. *Qualitative Data Analysis: Practical strategies*. Sage, Londres, 2013.
- BEST, Steven; KELLNER, Douglas. *Post Modern Theory: Critical interrogations*. Palgrave Macmillian, Londres, 1991.
- BILGIN, Pinar. “**‘Only Strong Sates Can Survive in Turkey’s Geography’: The uses of ‘geopolitical truths’ in Turkey**”. In *Political Geography*, v. 26, p. 740–756, 2007.
- BROCKEMEIER, Jens; HARRÉ, Rom. “**Narrativa: Problemas e Promessas de um Paradigma Alternativo**”. In *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 16, n. 3, p. 525–535, 2003.
- CASTRO, Edgard. *El Vocabulário de Michel Foucault: um recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores*. Universidad Nacional de Quillmes, Espanha, 2005.
- CEM, Ismail. *Turkey in the New Century*. Rustem, 2001.
- COSTA, Wanderley Messias. **Geografia Política e Geopolítica**. Edusp, São Paulo, 1990.

- DAVUTOĞLU, Ahmet. “**The Clash of Interests: an explanation to the world (dis)order**”. In *Perception*, v. 2, n. 4, s/p., 1998.
- _____. “**Turkey’s Foreign Policy Vision: an assessment of 2007**”. In *Insight Turkey*, v. 10, n. 1, p. 77–96, 2008.
- DEY, Ian. *Qualitative Data Analysis: a User-Friendly Guide for Social Scientists*. Routledge, Nova York, 1993.
- ERSOY, Duygu; ÜSTÜNER, Fahriye. “**Liberal Intellectuals**” narration of the **Justice and Development Party in Turkey**”. In *Turkish Studies*, v. 17, n. 3, p. 1–23, 2016.
- FLICK, Uwe (org.). *The Sage Handbook of Qualitative Analysis*. Sage, Londres, 2014.
- GÖZAYDIN, Ishtar. “**A Religious Administration to Secure Secularism: The Presidency of Religious Affairs of the Republic of Turkey**”. In *Marburg Journal of Religion*, v.11, n. 1, p. 1–8, 2006.
- _____. “**Diyanet and Politics**”. In: *The Muslim World*, v. 98, p. 216–227, 2008.
- _____. “**Religion as Soft Power in the International relations of Turkey**”, In *Political Studies Conference proceedings*. 2010. Retirado de paperroom.ipsa.org/papers/paper_26422.pdf, acessado em 13/10/2017.
- _____. “**Ahmet Davutoğlu: Role as an Islamic Scholar Shaping Turkey’s Foreign Policy**”. In *International Relations and Islam: Diverse Perspectives*, edited by Nassef Manabilang Adiong. 91–110. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2013.
- GUIMARAIS, Marcos T. S. **Turquia: dicotomias e ambivalências de uma possível potência regional**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- KORKUT, Senol. “**The Diyanet of Turkey and its historical evolution**”. In *Turkish Studies*, v. 11, n. 17, p. 447–466, 2016.
- JØRGENSEN, Marianne; PHILLIPS, Louise. *Discourse Analysis: Theory and Method*. Sage, Londres, 2002.
- LAMI, Blendi. “**Geo-culture as a turkish foreign policy tool for influence in Albania**”. In *International Journal of Academic Research and Reflection*, v. 5, n. 1, p. 28–37, 2017.

- LARRABEE, Stephen. “**Turkey’s New Geopolitics**”. In *Survival*, vol. 52, n. 2, p. 157–180, 2010.
- LEÃES, Ricardo. *A política externa turca entre o ocaso das forças armadas e a ascensão dos religiosos*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- LIMA, Rafael Mesquita. **Liderança Regional em Perspectiva Comparada: Brasil e Turquia**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.
- MARCH, Andrew F. “**Political Islam: a Theory**”. In *Annual Review of Political Science*, v. 18, n. 1, p. 103–123, 2015.
- McGUNN, James. *Think Tanks, foreign policy and emerging powers*. Palgrave-Macmillan, Filadélfia, 2019.
- MISKIMMON, Alister; O’LOUGHLIN, Ben; ROSELLE, Rose. *Strategic narratives: communication power and the new world order*. Routledge, Londres, 2013.
- MOISIO, Sami. “**Geopolitics/Critical Geopolitics**”. In AGNEW, John; MAMADOUH, Virginie; SECOR, Anna; SHARP, Joanne (eds.). *The Wiley Blackwell Companion of Political Geographie*. Wiley-Blackwell, Oxford, p. 220–234, 2015.
- ONIŞ, Ziya. “**Multiple Faces of the ‘New’ Turkish Foreign Policy: Underlying Dynamics and a Critique**”. GLODEM Working Paper Series 04/2010, Center for Globalization and Democratic Governance, Koç University, Istanbul, 2010.
- ÖKTEM, Kerem. “**Global Diyanet and Multiple Networks: Turkey’s New Presence in the Balkans**”. In *Journal of Muslims in Europe*, v. 1, p. 27–58, 2012.
- ÖKTEM, Kerem; KADIOGLU, Ayse; Karli, Mehmet. **Another Empire? A Decade of Turkey’s Foreign Policy Under the Justice and Development Party**. Istanbul Bilgi University Press, Istanbul, 2012.
- ÖRMECI, Ozan. “**Ismail Cem’s Foreign Policy**”. In *SDU Faculty of Science and Arts, Journal of Social Science*, n. 23, 2011, p. 223–245.
- Ó’TUATHAIL, Geróid. AGNEW, John. “**Geopolitics and discourse**”. In *Political Geography*, v. 11, n. 2, p. 190–204, 1992.

- _____. *Critical Geopolitics*. Routledge, Londres, 1996.
- _____. “**Geopolitical Structures and Cultures: Towards Conceptual Clarity in the Critical Study of Geopolitics**”. In TCHANDOURITZE, Lasha (org.). *Geopolitics: Global problems and regional concerns*, Bison Papper 4, Winnipeg, p. 75–102, 2004.
- Ó'THUATHAIL, Gearóid; DALBY, Simon; ROUTLEDGE, Paul. *The Geopolitics Reader*. Ed. Routledge, London, 1998.
- OZKAM, Behül. “**Turkey, Davutoğlu and the Ideia of Pan-islamism**”. In *Survival: Global Politics and Strategy*, v. 56, n. 4, p. 119–140, 2014.
- ÖZKAN, Güner; DEMIRTEPE, Mustafa Turgut. “**Transformation of a development aid agency: TIKA in a changing in domestic and international setting**”. In *Turkish Studies*, v. 13, n. 4, p. 647–664, 2012.
- OZKAN, Mehmet. “**Turkey’s Religious diplomacy**”. In *The arab world geographer / Le geographe du monde arab*, v. 17, n. 3, p. 223–237, 2014.
- ÖZTURK, Ahmet. “**Turkey’s Diyanet under AKP rule: from protector to imposer of state’s ideology?**”. In *Southeast European and Black Sea Studies*, p. 1–17, 2016.
- ÖZTURK, Ahmet; SÖZERI, Semiha. “**Diyanet as Foreign Policy Tool: Evidence from the Netherlands and Bulgaria**”. In *Politics and Religion*, p. 1–25, publicação online: 2 de março de 2018.
- PAMMENT, James. “**Strategic Narratives in US Public Diplomacy: A Critical Geopolitics**”. In *Popular Communication*, v. 12, p. 48–64, 2014.
- POWER, Marcus; CAMPBELL, David. “**The State of Critical Geopolitics**”. In *Political Geography*, n. 29, p. 243–246, 2010.
- RICH, Andrew. *Think Tanks, Public Police and politics of expertise*. Cambridge University Press. Cambridge, 2004.
- ROBERTO, Willian Moraes. *As Mudanças na Política Externa da Turquia: As Respostas Diante das Revoltas Árabes Pós-2011*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais Universidade Estadual Paulista, Universidade de Campinas e Pontifícia Universidade Católica – SP, São Paulo, 2018.

- SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Companhia de Bolso, São Paulo, 2007 [1995].
- SEZAL, M. A.; SEZAL, I. “**Dark Taints in the looking glass: Whither New Turkey?**”. In *Turkish Studies*, v. 19, n. 2, p. 1–23, 2018.
- SHARP, Joanne. “**Critical Geopolitics**”. In KITCHIN, Rob; THRIFT, Nigel. *International Encyclopedia of Human Geography*. Elsevier, Londres, p. 358–362, 2009.
- SUNIER, Thjil; LANDMAN, Nico. *Transnational Turkish Islam: shifting geographies of religious activism and community building in Turkey and Europe*, Palgrave Macmillan, London, 2015.
- TAGLIA, Stephano. *Intellectuals and Reform in the Ottoman Empire: The Young Turks on Challenges of Modernity*. Routledge, Nova Iorque, 2015.
- TAYLOR, Peter. “**Geopolitics, Political Geography e Social Science**”. In ATKINSON, David; DODDS, Klaus. *Geopolitical Traditions: a century of political thought*. Routledge, London, p. 391–395, 2000.
- TOLEDANO, Ehud. “**AKP’s New Turkey**”. In *Current Trends in Islamist Ideology*, v. 11, p. 40–61, 2011.
- WARNING, Martina; KARDAŞ, Tuncay. “**On Turkey’s New Foreign Policy**”. In *Alternatives Turkish Journal of International Relations*, v. 10, n. 2–3, p. 123–140, 2011.
- YETER, Emin. *The Effect of Homeland Politics on the Diaspora: Engagement Efforts of the Turkish State, the AKP and Diyanet*. Dissertação (Mestrado no Curso de Estudos Migratórios). Departamento de Desenvolvimento Internacional de Oxford e Escola de Antropologia e Museu de Etnografia. University of Oxford, Oxford, 2017.
- YILMAZ, Ayhan; Kiliçoğlu, Gökmen. “**Directorate of Religious Affairs as a Soft Power Actor in Turkey’s Latin American Initiative**”. In *Journal of Current Researches in Social Sciences*, v. 6, n. 1, p. 135–154, 2016.

ANEXO

Este anexo apresenta a referência bibliográfica dos artigos selecionados para formação do *corpus* analisado na presente dissertação. Os artigos se encontram separados por publicação, ano e ordem de aparição.

Perceptions

2009

ATAÇ, C. Akça. **Re-enterring The Cosmopolitan Phase of Imperium: Remarks on Obama's Presidency and Discussions of American Empire.** PERCEPTIONS, *Spring–Summer*, p. 1–23, 2009.

DODD, Clement. **Solving the 'Minority' Problem in Cyprus – A Historical Account.** PERCEPTIONS, *Autumn–Winter*, p. 1–12, 2009.

KUTLAY, Mustafa. **A Political Economy Approach to the Expansion of Turkish–Greek Relations: Interdependence or Not?** PERCEPTIONS, *Spring–Summer*, p. 91–119, 2009.

YEŞİLTAŞ, Murat. **Soft Balancing in Turkish Foreign Policy: The Case of the 2003 Iraq War.** PERCEPTIONS, *Spring–Summer*, p. 25–51, 2009.

2010

ARAS, Bülent. **Editorial.** PERCEPTIONS, *Autumn–Winter*, 2010.

BORCAN, Adina. **I am from the Balkans – Proud or Ashamed?** PERCEPTIONS, *Spring–Summer*, p. 99–121, 2010.

GÖZEN, Ramazan. **Turkish – American Relations in 2009**. PERCEPTIONS, *Autumn–Winter*, v. XV, n. 3–4, p. 49–77, 2010.

KEYMAN, E. Fuat. **Globalization, Modernity and Democracy–Turkish Foreign Policy 2009 and Beyond**. PERCEPTIONS, *Autumn–Winter*, v. XV, n. 3–4, p. 1–20, 2010.

ÖZCAN, Mesut. **Turkish Foreign Policy Towards Iraq in 2009**. PERCEPTIONS, *Autumn – Winter*, v. XV, n. 3–4, p. 113–132, 2010.

ÖZCAN, Sevinç Alkan. **Turkish Foreign Policy Towards Afghanistan: 2009–2010**. PERCEPTIONS, *Autumn – Winter*, v. XV, n. 3–4, p. 133–146, 2010.

ÜNAY, Sadık. **Economic Diplomacy for Competitiveness: Globalization and Turkey’s New Foreign Policy**. PERCEPTIONS, *Autumn – Winter*, v. XV, n. 3–4, p. 21–47, 2010.

USLU, Nasuh. **Searching a Beneficial Way Out from the Impasse: The Cyprus Problem and Turkish Foreign Policy**. PERCEPTIONS, *Autumn–Winter*, v. XV, n. 3–4, p. 79–112, 2010.

2011

ALESSANDRINI, Emiliano. **Italian–Turkish Relations: Potential and Limits of a ‘Strategic Partnership’**. PERCEPTIONS, *Spring*, v. XVI, n. 1, p. 91–110, 2011.

ALIBONI, Roberto. **Turkey and Italy: Interests and Cooperation in the Mediterranean and the Middle East**. PERCEPTIONS, *Spring*, v. XVI, n. 1, p. 3–20, 2011.

ALTUN, Fahrettin. **Orientalization Practices in Mainstream Turkish Foreign News Coverage**. PERCEPTIONS, *Autumn*, v. XVI, n. 3, p. 139–166, 2011.

ARAS, Bülent; AKPINAR, Pınar. **The Relations between Turkey and the Caucasus**. PERCEPTIONS, *Autumn*, v. XVI, n. 3, p. 53–68, 2011.

ATEŞOĞLU, H. Sönmez. **Security of Turkey with Respect to the Middle East**. PERCEPTIONS, *Summer*, v. XVI, n. 2, p. 99–110, 2011.

- CANAN-SOKULLU, Ebru. **Italian Public Opinion on Turkey's EU Accession: Utilitarian Calculations, Identitarian Evaluations or Perceived Threats?** PERCEPTIONS, *Spring*, v. XVI, n. 1, p. 47–70, 2011.
- DİNÇ, Cengiz. **Turkey as a New Security Actor in the Middle East: Beyond the Slogans.** PERCEPTIONS, *Summer*, v. XVI, n. 2, p. 61–80, 2011.
- ELLNER, Andrea. **Iran – Challenge or Opportunity for Regional Security?** PERCEPTIONS, *Summer*, v. XVI, n. 2, p. 3–26, 2011.
- FITZPATRICK, Mark. **Containing the Iranian Nuclear Crisis: The Useful Precedent of a Fuel Swap.** PERCEPTIONS, *Summer*, v. XVI, n. 2, p. 27–42, 2011.
- KALIN, İbrahim. **Soft Power and Public Diplomacy in Turkey.** PERCEPTIONS, *Autumn*, v. XVI, n. 3, p. 5–23, 2011.
- KARDAŞ, Şaban. **Turkish-American Relations in the 2000s: Revisiting the Basic Parameters of Partnership?** PERCEPTIONS, *Autumn*, v. XVI, n. 3, p. 25–52, 2011.
- KÖSEBALABAN, Hasan. **Turkey and the New Middle East: Between Liberalism and Realism.** PERCEPTIONS, *Autumn*, v. XVI, n. 3, p. 93–114, 2011.
- KRÓKOWSKA, Katarzyna. **The Fall of Democracy in Syria.** PERCEPTIONS, *Summer*, v. XVI, n. 2, p. 81–98, 2011.
- MARCELLINI, Margherita; ŞENYUVA, Özgehan. **Turkey in Italian Media: Between Islam and Europe.** PERCEPTIONS, *Spring*, v. XVI, n. 1, p. 21–45, 2011.
- ÖZBAY, Fatih. **The Relations between Turkey and Russia in the 2000s.** PERCEPTIONS, *Autumn*, v. XVI, n. 3, p. 69–92, 2011.
- ÖZKAN, Mehmet. **Turkey's 'New' Engagements in Africa and Asia: Scope, Content and Implications.** PERCEPTIONS, *Autumn*, v. XVI, n. 3, p. 115–137, 2011.
- ÜSTÜN, Çiğdem. **Energy Cooperation between Import Dependent Countries: Cases of Italy and Turkey.** PERCEPTIONS, *Spring*, v. XVI, n. 1, p. 71–89, 2011.

2012

- ARIKAN, Gizem. **Attitudes Towards the European Union in Turkey: The Role of Perceived Threats and Benefits.** PERCEPTIONS, *Autumn*, v. XVII, n. 3, p. 81–103, 2012.
- ASLAN, Ali. **The Foreign Policy– Hegemony Nexus: Turkey’s Search for a “New” Subjectivity in World Politics and Its Implications for US–Turkish Relations.** PERCEPTIONS, *Winter*, v. XVII, n. 4, p. 159–184, 2012.
- AYBEK, Can M. **Politics, Symbolics and Facts: Migration Policies and Family Migration from Turkey to Germany.** PERCEPTIONS, *Summer*, v. XVII, n. 2, p. 37–59, 2012.
- AYBET, Gülnur. **The Evolution of NATO’s Three Phases and Turkey’s Transatlantic Relationship.** PERCEPTIONS, *Spring*, v. XVII, n. 1, p. 19–36, 2012.
- CAPELOS, Tereza; CHRONA, Stavroula. **Islamist and Nationalistic Attachments as Determinants of Political Preferences in Turkey.** PERCEPTIONS, *Autumn*, v. XVII, n. 3, p. 51–80, 2012.
- CHAROUNTAKI, Marianna. **Turkish Foreign Policy and the Kurdistan Regional Government.** PERCEPTIONS, *Winter*, v. XVII, n. 4, p. 185–208, 2012.
- ÇOLAKOĞLU, Selçuk. **Turkey’s East Asian Policy: From Security Concerns to Trade Partnerships.** PERCEPTIONS, *Winter*, v. XVII, n. 4, p. 129–158, 2012.
- DAVUTOĞLU, Ahmet. **Transformation of NATO and Turkey's Position.** PERCEPTIONS, *Spring*, v. XVII, n. 1, p. 7–17, 2012.
- ERİŞEN, Elif. **An Introduction to Political Psychology for International Relations Scholars.** PERCEPTIONS, *Autumn*, v. XVII, n. 3, p. 9–28, 2012.
- İÇDUYGU, Ahmet. **50 Years After the Labour Recruitment Agreement with Germany: The Consequences of Emigration for Turkey.** PERCEPTIONS, *Summer*, v. XVII, n. 2, p. 11–36, 2012.
- KAISER, Bianca. **50 Years and Beyond: The ‘Mirror’ of Migration – German Citizens in Turkey.** PERCEPTIONS, *Summer*, v. XVII, n. 2, p. 103–124, 2012.
- KAY, Sean. **NATO’s Missile Defense – Realigning Collective Defense for the 21st Century.** PERCEPTIONS, *Spring*, v. XVII, n. 1, p. 37–54, 2012.

- KESGİN, Barış. **Tansu Çiller's Leadership Traits and Foreign Policy.** PERCEPTIONS, *Autumn*, v. XVII, n. 3, p. 29–50, 2012.
- MARTIN, Philip. **Turkey–EU Migration: The Road Ahead.** PERCEPTIONS, *Summer*, v. XVII, n. 2, p. 125–144, 2012.
- ÖZKEÇECİ-TANER, Binnur. **From Allies to Frenemies and Inconvenient Partners: Image Theory and Turkish-Israeli Relations.** PERCEPTIONS, *Autumn*, v. XVII, n. 3, p. 105–129, 2012.
- RASMUSSEN, Anders Fogh. **Preface: NATO and Turkey – Meeting the Challenge of Change.** PERCEPTIONS, *Spring*, v. XVII, n. 1, p. 3–5, 2012.
- SARI, Yaşar. **Foreign Policy of Kyrgyzstan under Askar Akayev and Kurmanbek Bakiyev.** PERCEPTIONS, *Autumn*, v. XVII, n. 3, p. 131–150, 2012.
- SERT, Deniz. **Integration and/or Transnationalism? The Case of Turkish–German Transnational Space.** PERCEPTIONS, *Summer*, v. XVII, n. 2, p. 85–102, 2012.
- SÜOĞLU, Başak Bilecen. **Trends in Student Mobility from Turkey to Germany.** PERCEPTIONS, *Summer*, v. XVII, n. 2, p. 61–84, 2012.
- TOKTAŞ, Şule. **Introduction: 50 Years of Emigration from Turkey to Germany – A Success Story?** PERCEPTIONS, *Summer*, v. XVII, n. 2, p. 5–9, 2012.

2013

- ADAMS, Paul. **The Quadruple Crisis of Europe: Europe and its Changing Role in the International Political Economy.** PERCEPTIONS, *Winter*, v. XVIII, n. 4, p. 47–70, 2013.
- BAYÜLGEN, Okşan. **Two Steps Forward, One Step Back: How Politics Dim the Lights on Turkey's Renewable Energy Future.** PERCEPTIONS, *Winter*, v. XVIII, n. 4, p. 71–98, 2013.
- DEMİRTAŞ, Birgül. **Turkey and the Balkans: Overcoming Prejudices, Building Bridges and Constructing a Common Future.** PERCEPTIONS, *Summer*, v. XVIII, n. 2, p. 163–184, 2013.

- DIMITROVA, Snezhana. **Of Other Balkan Wars: Affective Worlds of Modern and Traditional (The Bulgarian Example)**. PERCEPTIONS, *Summer*, v. XVIII, n. 2, p. 29–55, 2013.
- DURAN, Burhanettin; YILMAZ, Nuh. **Islam, Models and the Middle East: The New Balance of Power following the Arab Spring**. PERCEPTIONS, *Winter*, v. XVIII, n. 4, p. 139–170, 2013.
- ELİTOK, Seçil P. **Turkey's Prospective EU Membership from a Migration Perspective: Two Steps Forward, One Step Back?** PERCEPTIONS, *Autumn*, v. XVIII, n. 3, p. 1–11, 2013.
- ERSAN, Meltem. **Addressing Cross-cutting Issues in Human Trafficking Policy: Recommendations for Turkey**. PERCEPTIONS, *Autumn*, v. XVIII, n. 3, p. 93–107, 2013.
- GOSWAMI, Namrata. **Power Shifts in East Asia: Balance of Power vs. Liberal Institutionalism**. PERCEPTIONS, *Spring*, v. XVIII, n. 1, p. 3–31, 2013.
- İÇDUYGU, Ahmet; AKSEL, Damla B. **Turkish Migration Policies: A Critical Historical Retrospective**. PERCEPTIONS, *Autumn*, v. XVIII, n. 3, p. 167–190, 2013.
- IHLAMUR–ONER, Suna Gulfer. **Turkey's Refugee Regime Stretched to the Limit? The Case of Iraqi and Syrian Refugee Flows**. PERCEPTIONS, *Autumn*, v. XVIII, n. 3, p. 191–228, 2013.
- İPEK, Pınar. **Hegemony and Crisis in Global Political Economy: The Importance of Legitimacy**. PERCEPTIONS, *Winter*, v. XVIII, n. 4, p. 29–45, 2013.
- KAYA, Ayhan. **Multiculturalism: The Culturalisation of What is Social and Political**. PERCEPTIONS, *Autumn*, v. XVIII, n. 3, p. 63–91, 2013.
- KİBAR, Esra DARDAĞAN. **An Overview and Discussion of the New Turkish Law on Foreigners and International Protection**. PERCEPTIONS, *Autumn*, v. XVIII, n. 3, p. 109–128, 2013.
- KÖSE, Talha. **Transformative Conflict Resolution in an Unstable Neighbourhood: Turkey's Conflict Resolution Efforts in the Middle East**. PERCEPTIONS, *Winter*, v. XVIII, n. 4, p. 171–194, 2013.

- LEVAGGI, Lic. Ariel González. **Turkey and Latin America: A New Horizon for a Strategic Relationship.** PERCEPTIONS, *Winter*, v. XVIII, n. 4, p. 99–116, 2013.
- MAHMOOD, Fakiha. **Power Versus the Sovereign Equality of States: The Veto, the P-5 and United Nations Security Council Reforms.** PERCEPTIONS, *Winter*, v. XVIII, n. 4, p. 117–138, 2013.
- ÖZLER, Zeynep. **Visa Politics under JDP Rule with Respect to EU Visa Policies.** PERCEPTIONS, *Autumn*, v. XVIII, n. 3, p. 33–61, 2013.
- PUSCH, Barbara; SPLITT, Julia. **Binding the *Almanca* to the “Homeland” – Notes from Turkey.** PERCEPTIONS, *Autumn*, v. XVIII, n. 3, p. 129–166, 2013.
- SHIRIYEV, Zaur; DAVIES, Celia. **The Turkey–Armenia–Azerbaijan Triangle: The Unexpected Outcomes of the Zurich Protocols.** PERCEPTIONS, *Spring*, v. XVIII, n. 1, p. 185–206, 2013.
- SIMIĆ, Predrag. **Balkans and Balkanisation: Western Perceptions of the Balkans in the Carnegie Commission’s Reports on the Balkan Wars from 1914 to 1996.** PERCEPTIONS, *Summer*, v. XVIII, n. 2, p. 113–134, 2013.
- TABUR, Canan Ezel. **Renewed Inter–institutional (Im)balance after the Lisbon Treaty? The External Dimension of the EU’s Migration Policy.** PERCEPTIONS, *Autumn*, v. XVIII, n. 3, p. 13–32, 2013.
- TODOROVA, Maria. **War and Memory: Trotsky’s War Correspondence from the Balkan Wars.** PERCEPTIONS, *Summer*, v. XVIII, n. 2, p. 5–27, 2013.
- WELT, Cory. **Turkish–Armenian Normalisation and the Karabakh Conflict.** PERCEPTIONS, *Spring*, v. XVIII, n. 1, p. 207–221, 2013.
- WILTSE, Evren Çelik. **The G20 and Global Economic Governance during a Protracted Recession.** PERCEPTIONS, *Winter*, v. XVIII, n. 4, p. 7–28, 2013.
- YALÇIN, Hasan. **Making Sense of 1 March: A Proactive Strategy of Avoidance.** PERCEPTIONS, *Spring*, v. XVIII, n. 1, p. 155–183, 2013.

2014

- AKKEMİK, Kadir. **Rapid Economic Growth and Its Sustainability in China.** PERCEPTIONS, *Spring*, v. XX, n. 1, p. 133–158, 2014.
- BABUNA, Aydın. **European Integration, Bosnia–Herzegovina and Stability in the Western Balkans: A New Strategy.** PERCEPTIONS, *Summer*, v. XIX, n. 2, p. 1–32, 2014.
- BARDAZZI, Rossella; PAZIENZA, Maria Grazia. **Energy Mix and Energy Taxation: A Comparison between the EU, Italy and Turkey.** PERCEPTIONS, *Autumn*, v. XIX, n. 3, p. 81–100, 2014.
- BİLGİN, Pınar; LING, L.H.M. **Transcultural Asia: Unlearning Colonial/Imperial Power Relations.** PERCEPTIONS, *Spring*, v. XIX, n. 1, p. 1–8, 2014.
- BOCK, Andreas. **Balancing for (In)Security: An Analysis of the Iranian Nuclear Crisis in the Light of the Cuban Missile Crisis.** PERCEPTIONS, *Summer*, v. XIX, n. 2, p. 113–138, 2014.
- CAMPBELL-THOMSON, Olga. **Pride and Prejudice: The Failure of UN Peace Brokering Efforts in Cyprus.** PERCEPTIONS, *Summer*, v. XIX, n. 2, p. 59–81, 2014.
- DAL, Emel Parlar. **On Turkey’s Trail as a “Rising Middle Power” in the Network of Global Governance: Preferences, Capabilities, and Strategies.** PERCEPTIONS, *Winter*, v. XIX, n. 4, p. 107–136, 2014.
- DAL, Emel PARLAR; GÖK, Gonca O. **Locating Turkey as a ‘Rising Power’ in the Changing International Order: An Introduction.** PERCEPTIONS, *Winter*, v. XIX, n. 4, p. 1–18, 2014.
- GÖK, Gonca O. **Tracing the Shift in Turkey’s Normative Approach towards the International Order through Debates in the UN.** PERCEPTIONS, *Winter*, v. XIX, n. 4, p. 77–106, 2014.
- GÜNEY, Nurşin. **Where Does the EU Stand in Energy Dependence on Russia After the Ukrainian Crisis: Are there Any Alternatives at Hand?** PERCEPTIONS, *Autumn*, v. XIX, n. 3, p. 15–34, 2014.

- HAJIZADA, Mukhtar. **Patterns of Regional Collaboration and Institutional Cooperation Around the Black Sea.** PERCEPTIONS, *Autumn*, v. XIX, n. 3, p. 101–121, 2014.
- HOBSON, John. **The Postcolonial Paradox of Eastern Agency.** PERCEPTIONS, *Spring*, v. XIX, n. 1, p. 121–134, 2014.
- KÖSEBALABAN, Hasan. **Muslim Perceptions of Injustice as an International Relations Question.** PERCEPTIONS, *Winter*, v. XIX, n. 4, p. 19–42, 2014.
- MENCUTEK, Zeynep. **The “Rebirth” of a Dead Organization? Questioning the Role of the Arab League in the “Arab Uprisings” Process.** PERCEPTIONS, *Summer*, v. XIX, n. 2, p. 83–112, 2014.
- SZAREJKO, Andrew. **The Soldier and the Turkish State: Toward a General Theory of Civil-Military Relations.** PERCEPTIONS, *Summer*, v. XIX, n. 2, p. 139–158, 2014.
- ÜNAY, Sadık. **Transformation Trajectory of the G20 and Turkey's Presidency: Middle Powers in Global Governance.** PERCEPTIONS, *Winter*, v. XIX, n. 4, p. 137–167, 2014.
- YEŞİLTAŞ, Murat. **Turkey's Quest for a “New International Order”: The Discourse of Civilization and the Politics of Restoration.** PERCEPTIONS, *Winter* 2014, v. XIX, n. 4, p. 43–76, 2014.

2015

- ACEHAN, Işıl. **Ottoman Immigrants and the Formation of Turkish Red Crescent Societies in the United States.** PERCEPTIONS, *Spring*, v. XX, n. 1, p. 59–76, 2015.
- AHMAD, Feroz. **Unionist Failure to Stay out of the War in October–November 1914.** PERCEPTIONS, *Summer–Autumn*, v. XX, n. 2–3, p. 23–38, 2015.
- BASTAKI, Jinan. **Who Represents Palestinian Refugees? The Sidelining of the Core of the Palestine Question.** PERCEPTIONS, *Spring*, v. XX, n. 1, p. 77–92, 2015.
- GILLEY, Bruce. **Turkey, Middle Powers, and the New Humanitarianism.** PERCEPTIONS, *Spring*, v. XX, n. 1, p. 37–58, 2015.

GÜLBOY, Burak. **Redefining the First World War within the Context of Clausewitz's "Absolute War" Dystopia.** PERCEPTIONS, *Summer–Autumn*, v. XX, n. 2–3, p. 7–22, 2015.

MAHDAVI, Mojtaba. **A Postcolonial Critique of Responsibility to Protect in the Middle East.** PERCEPTIONS, *Spring*, v. XX, n. 1, p. 7–36, 2015.

MOREAU, Odile. **Ottoman Military Reforms on the eve of World War I.** PERCEPTIONS, *Summer–Autumn*, v. XX, n. 2–3, p. 59–76, 2015.

OZKAN, Bilgin. **Information and Communication Technologies and Organizational Culture in the Turkish Ministry of Foreign Affairs.** PERCEPTIONS, *Winter*, v. XX, n. 4, p. 37–72, 2015.

SEVER, Ayşegül; BOZBORA, Nuray. **The Great War and the Ottoman Empire: Origins.** PERCEPTIONS, *Summer–Autumn*, v. XX, n. 2–3, p. 1–6, 2015.

TOKAY, Gül. **Austro–Ottoman Relations and the Origins of World War One, 1912–14: A Reinterpretation.** PERCEPTIONS, *Summer–Autumn*, v. XX, n. 2–3, p. 39–58, 2015.

2016

AĞDEMİR, A. Murat. **Relations Between Israel and the South Cyprus Greek Administration: A New Alignment in the Eastern Mediterranean?** PERCEPTIONS, *Summer*, v. XXI, n. 2, p. 103–126, 2016.

AKKEMİK, Kadir. **Is Turkey Turning Its Face Away From Japan to China and Korea? Evidence from Trade Relations.** PERCEPTIONS, *Spring*, v. XXI, n. 1, p. 45–62, 2016.

ASHWARYA, Sujata. **Rehabilitation and Expansion of Iran's Oil Sector in the Post–Nuclear Deal Era: Programs, Problems and Uncertainties.** PERCEPTIONS, *Autumn–Winter*, v. XXI, n. 3–4, p. 33–66, 2016.

GÖK, Gonca; DAL, Emel. **Understanding Turkey's Emerging "Civilian" Foreign Policy Role in the 2000s through Development Cooperation in the Africa Region.** PERCEPTIONS, *Autumn–Winter*, v. XXI, n. 3–4, p. 67–100, 2016.

- HASNAT, Syed Farooq; AWAN, Zamurrad. **Shanghai Cooperation Organization as a Platform for Regional Understanding: Its Economic, Political and Security Potential.** PERCEPTIONS, *Spring*, v. XXI, n. 1, p. 83–100, 2016.
- PEHLİVANTÜRK, Bahadır. **From Peace State to Peacekeeping State: Japan’s Changing National Role Conception and Foreign Policy Norms.** PERCEPTIONS, *Spring*, v. XXI, n. 1, p. 63–82, 2016.
- TAKAOKA, Yutaka. **Analysis of the Resource Mobilization Mechanism of the Islamic State.** PERCEPTIONS, *Spring*, v. XXI, n. 1, p. 11–26, 2016.
- ÜNVER, Hamid Akın. **Corrective Parties and Conveyor Coalitions: Explaining the Rise of Third Parties in European Politics.** PERCEPTIONS, *Summer*, v. XXI, n. 2, p. 1–28, 2016.
- YALÇINKAIA, Haldun. **Turkey’s Struggle Against the Foreign Terrorist Fighters of DAESH.** PERCEPTIONS, *Spring*, v. XXI, n. 1, p. 27–44, 2016.

SAM Papers

- ARAS, Bülent. **Making Sense of Turkish–EU Relations in the Aftermath of the Arab Spring.** SAM Papers, n. 5, *April*, 2013.
- ARAS, Bülent. **Turkey’s Mediation and Friends of Mediation Initiative.** SAM Papers, n. 4, *December*, 2012.
- ARINÇ, Bülent. **Human Rights and the Transformation Process in Turkey.** SAM Papers, n. 8, *July*, 2013.
- GÖRMEZ, Mehmet. **Religion and Secularism in the Modern World: A Turkish Perspective.** SAM Papers, n. 2, *March*, 2012.
- GÜNGÖR, Uğur. **United Nations Peace Operations and the Motivations that Lie at the Root of Turkey’s Involvement.** n. 20, *July*, 2015.
- KARDAŞ, Şaban. **Turkey’s Regional Approach in Afghanistan: A Civilian Power in Action.** SAM Papers, n. 6, *April*, 2013.
- OĞUZLU, Tarık. **The ‘Arab Spring’ and the Rise of the 2.0 Version of Turkey’s ‘zero problems with neighbours’ Policy.** SAM Papers, n. 1, *February*, 2012.

OZKAN, Mehmet. **La política Exterior de Turquía en El Siglo XXI: La Diplomacia Cultural y El Poder Blando.** SAM Papers, n. 9, *March*, 2014.

YEŞİLTAŞ, Murat; BALCI, Ali. **A Dictionary of Turkish Foreign Policy in the AK Party Era: A Conceptual Map.** SAM Papers, n. 7, *May*, 2013.

Vision Papers

DAVUTOĞLU, Ahmet. **A Forward-Looking Vision for the Balkans.** Vision Papers, *Center for Strategic Research*, n. 1, *October*, 2011.

DAVUTOĞLU, Ahmet. **Global Governance.** Vision Papers, *Center for Strategic Research*, n. 2, *March*, 2012.

DAVUTOĞLU, Ahmet. **Principles of Turkish Foreign Policy and Regional Political Structuring.** Vision Papers, *Center for Strategic Research*, n. 3, *April*, 2012.

DAVUTOĞLU, Ahmet. **A New Vision for Least Developed Countries.** Vision Papers, *Center for Strategic Research*, n. 4, *July*, 2012.

DAVUTOĞLU, Ahmet. **Turkic Republics Since Independence: Towards A Common Future.** Vision Papers, *Center for Strategic Research*, n. 5, *January*, 2013.

DAVUTOĞLU, Ahmet. **Turkey's Mediation: Critical Reflections from the Field.** Vision Papers, *Center for Strategic Research*, n. 6, *July*, 2013.